



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA - UNILAB  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – IHL  
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES – MIH**

**RITIÉLLY NUNES FÉLIX**

**SAÚDE DO TRABALHADOR: NOTAS INICIAIS SOBRE AS CONDIÇÕES DE  
TRABALHO DE COMERCIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CE**

**REDENÇÃO - CE**

**2018**

RITIÉLLY NUNES FÉLIX

SAÚDE DO TRABALHADOR: NOTAS INICIAIS SOBRE AS CONDIÇÕES DE  
TRABALHO DE COMERCIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial para aquisição do título de Mestra.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Vieira da Silva Filho

Coorientador: Prof. Dr. Francisco Vitor Macedo Pereira

REDENÇÃO – CE

2018

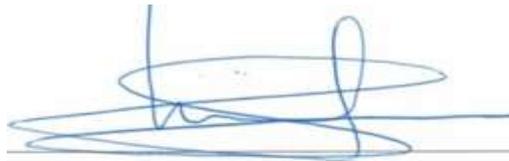
RITIÉLLY NUNES FÉLIX

SAÚDE DO TRABALHADOR: NOTAS INICIAIS SOBRE AS CONDIÇÕES DE  
TRABALHO DE COMERCIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-CE

Dissertação de mestrado apresentada como  
requisito parcial para a obtenção do título  
de Mestra junto ao Programa de Pós-  
Graduação Mestrado Interdisciplinar em  
Humanidades (MIH) da Universidade da  
Integração Internacional da Lusofonia  
Afro-Brasileira (UNILAB) pela banca  
examinadora:

Aprovada em: 30/04/2018

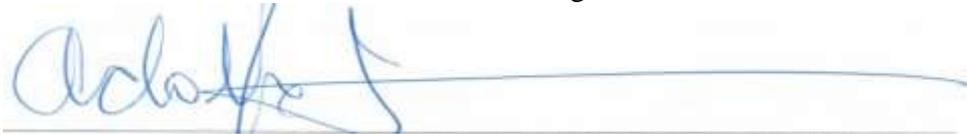
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Antônio Vieira da Silva Filho  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)  
Presidente



Prof. Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)  
Examinador Interno ao Programa



Prof. Dr. Adolfo Pereira de Souza Junior  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)  
Examinador Externo ao Programa



Prof. Dr. Estênio Ericson Botelho de Azevedo  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)  
Examinador Externo ao Programa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Félix, Ritiélly

Nunes. F36s

Saúde do trabalhador: notas iniciais sobre as condições de trabalho de comerciárias do município de Redenção-CE / Ritiélly Nunes Félix. - Redenção, 2018.

121f: il.

Dissertação - Curso de Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Humanidades, Coord. Do Curso De Mest. Interdisciplinar Em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Vieira da Silva Filho.

Coorientador: Prof. Dr. Francisco Vitor Macedo Pereira.

1. Comerciárias - Brasil. 2. Trabalho. 3. Capitalismo. 4. Saúde. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 331.881

---

Primeiramente a DEUS, aquele a quem nunca negarei perante homem nenhum. Aos meus pais que sempre me apoiaram nos estudos e minha irmãzinha Ruth que sempre me roubou a paciência e muitos sorrisos. A meu avô João Sebastião Félix, por todo exemplo de vida (*IN MEMORIAN*). A minha avó Rita Ferreira Félix que muito sofreu como pobre e trabalhadora desde a adolescência. Ao meu primo Antônio Carlos Félix Gadelha, que cedo partiu com 25 anos, assassinado por motivos de homofobia em 27 de abril de 2008, meu eterno irmão (*IN MEMORIAN*). A todos que militam dia a dia contra a classificação e o preconceito atribuídos as categorias criadas pelo próprio coletivo humano, que militam contra o fim do preconceito e da violência contra o trabalhador, o pobre, o oprimido, o preconceito racial, as padronizações de gênero e os crimes homofóbicos. A todos os trabalhadores do mundo, pelos que lutam e resistem à opressão com a esperança de que um dia teremos um mundo melhor, com todo amor às ex-comerciárias e comerciárias de Redenção. Aos professores por todo apoio teórico, emocional e motivacional que recebi de todos que compõem o quadro de professores do MIH, principalmente ao meu orientador e meu co-orientador que me adotaram com todo amor e sempre acreditaram que eu conseguiria chegar à reta final mesmo em meio às intempéries da vida. Aos trabalhadores e trabalhadoras da cidade de Redenção – Ce.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre valorizaram a leitura e me transmitiram esse desejo pelo aprender e com muito esforço garantiram meus estudos, mesmo sendo pessoas simples e que não tiveram essa oportunidade, **RAIMUNDO FERREIRA FÉLIX** e **RITA MARIA DE LIMA NUNES FÉLIX**, não poderiam ficar em outro lugar, a não ser em primeiro. Pois foi esse casal guerreiro que cuidou de mim quando atravessei um momento de muita dificuldade com relação à fragilidade em saúde.

A minha irmã, que tem apenas quatro anos de idade e durante esse período não me deu um segundo de sossego para realização da pesquisa, mas com um beijo na face me deixava mais branda.

Aos meus tios, **ANTÔNIO FERREIRA FÉLIX** (doutorando em Educação pela UFC) e minha tia **MARIA IVONETE FERREIRA FÉLIX** (Mestre em Educação pela UFC), por me apresentarem o Marxismo em longas conversas sobre os escritos de Marx, por me incentivarem a estudar a temática e a importância da práxis de um professor universitário, além de explicarem a importância da militância para além da universidade em prol da classe trabalhadora, o que, a princípio, me deixava apenas com uma revolta construtiva e curiosidade em saber mais a respeito de um sistema tão bem articulado quanto perverso. Eternos agradecimentos aos dois.

À minha prima **REGILENE FÉLIX BARROSO** e minha tia **MARIA FERREIRA FÉLIX BARROSO** pela hospitalidade quando foi necessário. E toda força que me deram para nunca desistir.

Ao professor orientador Dr. **ANTONIO VIEIRA DA SILVA FILHO** e ao professor coorientador Dr. **FRANCISCO VITOR MACEDO PEREIRA**, dois seres humanos brilhantes que me serviram como fonte de inspiração, pois me proporcionaram valorosa orientação, compreensão, paciência nos dias mais nebulosos e pelo incentivo e crédito que me foi dado por ambos.

E por fim, aos colegas da primeira e da segunda turma do MIH, que sempre estiveram ao meu lado. E com todo carinho as cinco **EX-COMERCIÁRIAS**, que me deram voto de confiança e colaboraram com meu projeto piloto, e logo após colaboraram novamente com uma nova coleta de dados para melhoria da dissertação.

“Chega! Obras de milhões de reais e milhões de pacientes sem lugar nos hospitais. [...] Chega! Pânico, morte, dor e desgraça, [...] chega! Lei do mais forte, lei da mordança, desce até o chão na alienação da massa. E a gente paga juros, paga entrada e prestação, paga a conta pela falta de saúde e educação. A taxa sobre o produto, eu pago no meu tributo, [...] eu pago o subsídio absurdo dos deputados, a esmola dos professores, a escola sucateada e cada árvore morta na nossa selva amazônica. [...] eu pago a conta do SUS e cada medicamento, a maca que leva os mortos na falta de atendimento. Paguei ontem, pago hoje e amanhã vou pagar. Me respeita! Eu sou o dono desse lugar! Chega!”

(Gabriel Pensador, trecho da música “Chega” do ano de 2015).

## RESUMO

A centralidade da presente dissertação é compreender as relações e condições de trabalho das comerciárias de Redenção – CE, sendo este o objetivo geral desta pesquisa. Também sendo necessário debruçar-se sobre os objetivos específicos, a saber: (1) averiguar quais as afetações das transformações no mundo do trabalho sobre o dia a dia das comerciárias; (2) avaliar o cumprimento ou descumprimento com relação ao direito à saúde e os direitos trabalhistas e (3) analisar a presença ou ausência de assédio moral no cotidiano das comerciárias e as sintomatologias que as mesmas vivenciaram com interligação direta ao labor. Para serem analisadas as condições de trabalho das comerciárias, em conformidade com os dados das entrevistas, foi ressaltado o uso de uma abordagem epistemológica pautada em um marxismo em constante movimento e no esquadramento da análise crítica das contradições da realidade do capitalismo contemporâneo. Ao todo, foram cinco ex-comerciárias entrevistadas, sendo utilizados nomes fictícios para todas as colaboradoras, pois não foi possível a colaboração de comerciárias atuantes. A metodologia adotada neste trabalho foi elaborada a partir da pesquisa qualitativa de campo e bibliográfica paralelamente, na práxis que condiz com o método de Marx e Engels. A relevância deste estudo está na riqueza das falas das colaboradoras, que falaram não somente sobre seu passado como comerciárias, mas sobre uma parte de suas vidas, como mulheres, pobres e residentes em um município periférico, de um Estado e de um País também periférico, que permanece subalternizado pelas demandas e mandos do capital estrangeiro e de suas potências nacionais. Faz-se necessário concluir com a fala das ex-comerciárias, colaboradoras, que é impossível negar fatos, nos quais não é possível esquivar-se com relação à temática, pois ao partir da materialidade, do concreto, para depois serem trabalhados esses dados, é possível ter minimamente o dever da lealdade com as colaboradoras assim como estas devotaram confiança e abriram a realidade de precariedades e de humilhações vivenciadas no passado. O que foi encontrado foi mais um indício de trabalhadoras, mulheres, pobres e de regiões periféricas que sofrem intensamente as mazelas do capital em crise.

**Palavras-chave:** Comerciárias; Trabalho; Capitalismo; Direitos e Saúde.

## ABSTRACT

The centrality of this dissertation is understand the relationships and the work conditions of the women merchants in Redenção city, located in the state of Ceará, being it the objective of this research. It's necessary to focus on the specific objectives, to know: (1) find out what are the affections of the transformations in the world of the work on the day to day of the women merchants; (2) evaluate the the compliance or nocompliances in relation to right to the health and the labor rights and (3) analyze the presence or ausence of moral harassment in the daily of the women merchants and symptomatology that they experienced with direct interconnection to the work. To analyze the working conditions of the women merchants, in accordance with the data of interviews, it was emphasized the use of an epistemological approach based on a Marxism in a in constant motion and in a scanning of the critical analysis of the contradictions of the reality of the contemporary capitalism. In all, five ex women merchants were interviewd, fictitious names were used, because it was not possible to make an interview with the womene merchants thar are working now in the market of Redenção. The methodology adopted in this work was elaborated from the qualitative field and bibliographical research, , in the praxis that corresponds to the methods of Marx and Engels. The relevance of this study is in the richness of the statements of the collaborators, who spoke not only about their past as merchants, but about a part of their lives, as women, poor and residents in a peripheral municipality, a state and a country also peripheral , which remains subalternized by the demands and controls of foreign capital and its national powers. It is necessary to conclude with the speech of ex women merchants, collaborators, that it is impossible to deny facts, in which it is not possible to dodge with respect to the subject, since from the materiality, from the concrete, it is possible to have a minimally the duty of loyalty with the collaborators as they have devoted trust and opened the reality of precariousness and humiliation experienced in the past. What was found was a further indication of women workers, women, poor people and peripheral regions who are suffering intensely the ills of capital in crisis.

**Keywords:** Women merchants; Work; Capitalism; Rights and Health.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZANDO O PERCURSO</b> .....	10
<b>1. CAPITALISMO E O COMÉRCIO VAREJISTA</b> .....	24
1.1 QUAIS OS PRÉ-REQUISITOS PARA SER UMA COMERCIÁRIA EM REDENÇÃO? .....	38
<b>2. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE EX-COMERCIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO</b> .....	49
<b>3. SAÚDE E DIREITO DAS TRABALHADORAS DO COMÉRCIO REDENCIONISTA: O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS</b> .....	80
3.1 COMO CARACTERIZAR O ASSÉDIO MORAL COM RELAÇÃO ÀS EX- COMERCIÁRIAS REDENCIONISTAS? .....	91
3.2. SINTOMATOLOGIA FÍSICA E PSÍQUICA, AFETOS E SENTIMENTOS COM LIGAÇÃO DIRETA COM O LABOR DAS EX-COMERCIÁRIAS .....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	112
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	117

## INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZANDO O PERCURSO

Desde os primórdios da revolução industrial (1760) no século XIX, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho assalariado é marcado por uma intensa exploração que perdura historicamente, contudo, mesmo com a resistência da organização dos trabalhadores contra essa exploração, na qual as mulheres exercem um papel de grande relevância nessa luta e que resultou em avanços e conquistas, observa-se que, diante da crise do capital muitos desses avanços estão em retrocesso, pois no momento atual assistimos a retirada de direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora.

Observa-se na atualidade quadro de crise econômica, política e social, que configuram a atual crise do capitalismo, que os governos a serviço do capital aprovam a retirada de direitos, em que é possível destacar alguns apontamentos, como: a aprovação do ajuste fiscal<sup>1</sup> que congela os investimentos públicos por vinte anos; a terceirização<sup>2</sup> que reduz salários e aumenta a jornada de trabalho deteriorando ainda mais as condições de trabalho; a reforma trabalhista<sup>3</sup>, tendo como referência onde o acordado se sobrepõe ao legislado; a reforma da previdência<sup>4</sup>, que vem como ameaça aos trabalhadores,

---

<sup>1</sup> O Congresso Nacional aprovou a proposta de emenda constitucional que criou um teto para os gastos públicos, a PEC 241 ou, então mais conhecida PEC 55, que congela as despesas da União, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos. O texto da emenda, que agora está incorporado à Constituição Federal. Acesso em 25 de abril de 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=127337>.

<sup>2</sup> A Câmara dos Deputados aprovou no dia 23 de março de 2017 a lei que libera o trabalho terceirizado em todas as atividades das empresas e várias atividades do Estado. Por 231 votos a favoráveis, 188 contrários e oito abstenções, o Governo de Michel Temer conseguiu ressuscitar o texto proposto em 1998 pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e já aprovado no Senado. A terceirização foi sancionada por Michel Temer em 31 de março de 2017. [LEI Nº 13.429, DE 31 DE MARÇO DE 2017](#). Acesso em 25 de abril de 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm).

<sup>3</sup> A Reforma Trabalhista no Brasil de 2017 foi uma mudança significativa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) instrumentalizada pela lei Nº 13.467 de 2017 e pela medida provisória 808. O projeto de lei foi proposto e apresentado pelo Presidente da República, Michel Temer, em 23 de dezembro de 2016 na Câmara dos Deputados. O projeto foi aprovado na Câmara dos deputados em 26 de abril de 2017 por 296 votos favoráveis e 177 votos contrários. No Senado Federal, foi aprovado em 11 de julho de 2017 por 50 a 26 votos. Foi sancionado pelo Presidente da República, Michel Temer, em 13 de julho de 2017 sem vetos. A lei passou a valer no país a partir de 11 de novembro do mesmo ano. Acesso em 25 de abril de 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm).

<sup>4</sup> O governo de Michel Temer apresentou no dia 5 de dezembro de 2016 uma proposta de reforma da previdência. Trata-se de um conjunto de medidas que, afirmam o presidente e membros do governo, seria indispensável para evitar a quebra do sistema previdenciário brasileiro. A proposta precisa antes passar pelo aval do Congresso Nacional – ou seja, muita

colocando no horizonte o fim da aposentadoria. Com isso, uma grande parte de direitos conquistados em lei pelos trabalhadores atualmente estão sendo suprimidos, sendo que, os que ainda prevalecem estão sendo denegados, necessitando de novas lutas para serem efetivados.

O objeto de estudo desta pesquisa se delimita as condições de trabalho de comerciárias do município de Redenção-CE<sup>5</sup>, a escolha da categoria das comerciárias redencionistas torna-se relevante e justificável pela realidade do mercado de trabalho redencionista da cidade cearense ser muito escasso, não há disponibilidade de fábricas e dificilmente se encontra emprego formal e que deixe o trabalhador minimamente assegurado. Porém, em Redenção se encontra uma economia pautada no comércio e na agropecuária e devido a isso, Redenção é visualizada pelas comerciárias como uma cidade que se arrasta cada vez mais lentamente em direção ao “desenvolvimento”, com poucas possibilidades de subsistência, de permanência na cidade natal. Vale salientar que até dezembro de 2017, as ex-comerciárias se negam ter ciência da existência de órgão sindical ou qualquer outro tipo de organização em prol das comerciárias do município de Redenção. Embora em pesquisa preliminar o sindicato exista, interligado a Federação dos Trabalhadores, Empregados e Empregadas no Comércio e Serviços no Estado do Ceará (FETRACE), porém para a categoria entrevistada se encontra em estado inoperante, dado ao fato do não conhecimento da existência do sindicato segundo as colaboradoras, até mesmo pela entrevistada que tinha carteira assinada, mesmo sem os direitos.

---

coisa ainda pode mudar – e tramita na Câmara como PEC 287. Desde então, a proposta de reforma da previdência vem sofrendo várias alterações e ainda aguarda aprovação. Acesso em 25 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?IdProposicao=2119881>.

<sup>5</sup> A cidade de Redenção não é região metropolitana de Fortaleza, e sim, uma das 15 cidades que compõem o Maciço de Baturité, entre Acarape, Aracoiaba, Capistrano, Barreira, Baturité, Guaramiranga, Pacoti, Aratuba, Palmácia, Ocara, Mulungu, Guaiuba, Caridade e Itapiúna, sendo assim, pode ser caracterizada geograficamente como uma “cidade serrana”, ou pé de serra como costumam chamar, sopés do Maciço de Baturité. Com base econômica na Agropecuária e no setor de serviço, o município de Redenção que antes era chamada Vila do Acarape, é uma cidade do Estado do Ceará que se tornou histórica por ter sido a primeira cidade brasileira a libertar os escravos. Existe uma discordância de quilometragem a respeito da distância entre Redenção e Fortaleza, dependendo do tipo de trajeto e condução, se de ônibus, ou, veículo próprio, uma variação de aproximadamente 52 - 66 km de distância via CE-060 de Redenção a Capital do Estado do Ceará, (Fortaleza), segundo o IBGE (2014), a população redencionista era aproximadamente de 27.182 habitantes no ano de 2014.

A relevância deste estudo está na riqueza das falas das colaboradoras, que nos falaram não somente sobre seu passado como comerciária, mas sobre uma parte de suas vidas, como mulheres, pobres e residentes em um município periférico, de um Estado e de um País também periférico, que é totalmente subordinado às demandas e mandos do capital estrangeiro e de suas potências nacionais.

De acordo com os relatos, a situação vivenciada pelas ex-comerciárias é tão precarizada que as leva ao descrédito com relação a qualquer possibilidade de melhorias tanto no presente como no futuro:

“Às vezes me pergunto para que existe SUS [sistema único de saúde] e essas leis que dizem aí que servem para o trabalhador, eu nunca vi uma comerciária em Redenção ser beneficiada pela justiça, e se foi, foi com muita briga, porque foi atrás, e depois de achar que ganhou, foi escrachada perante a cidade, já vi isso ocorrer. Porque tem muita diferença entre o comerciante e a comerciária, as comerciárias não tem a quem recorrer e nem se protegem, já os comerciantes são organizados, fazem tudo combinado, tem seus parceiros de falcatruas e podem acabar com a vida de uma trabalhadora. O que vale é o dinheiro nessa cidade, o que vale é o reconhecimento, nós somos pobres, o que temos para mostrar? Se eles quiserem, nos esmagam no sentido de nos deixar no desemprego. Eu tenho ciência de que nesse mundo aqui só pode piorar para o pobre, eu não tenho esperança que venha melhorar, nem de longe” (Alice, Ex-comerciária).

A fala de Alice revela os pontos de sinalizações pelos quais esta pesquisa foi guiada na busca para demonstrar as mazelas vivenciadas pelas ex-comerciárias, pois o intuito deste estudo é atingir a compreensão das condições de trabalho de ex-comerciárias de Redenção – CE no contexto da crescente informalidade, decorrente do processo de reestruturação produtiva verificado na conjuntura da economia globalizada, que atinge de forma muito mais estilhaçadora aos pobres. Averiguando as iniquidades e violências distintas, dirigidas às trabalhadoras, como falta de salário digno, longa jornada de trabalho, descaso com a saúde, entre outras atitudes iníquas, próprias da desigualdade social produzida pelas relações econômicas do capital.

É nesse contexto do capital em crise, que esta pesquisa se desenvolve, com o objeto de estudo centrado no setor de serviço privado, especificamente ex-comerciárias do município de Redenção – CE. Para a aproximação do objeto de pesquisa foi necessário se guiar pelo materialismo histórico dialético, um dos métodos que melhor foi possível revelar a realidade no seu desenvolvimento, contradições e tendências, ou seja, precisou partir do mundo objetivo que é abstraído pelo observador e retorna

novamente ao mundo objetivo, o que permitiu uma maior aproximação da realidade, mesmo reconhecendo que mudanças são permanentes no curso vivo da vida. As condições sociais da realidade são datadas e perpassadas por mudanças, portanto nunca verdades absolutas.

Para a apuração dos dados, se estabeleceu a delimitação do comércio varejista (roupas e calçados) do município de Redenção - CE, com base em dados que datam de 2002 até 2017, totalizando 15 anos de trabalho dessas mulheres, em datas distintas e períodos diferenciados e diversos estabelecimentos varejistas de roupas e calçados de Redenção.

O estudo sobre as relações e condições de trabalho das comerciárias sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético se apresenta como fio condutor da análise e se confere metodologicamente pela articulação das entrevistas com as colaboradoras [ex-comerciárias], depois, transcritas e analisadas.

Por tratar-se de uma dissertação para o Mestrado interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), inserida em um programa que prioriza estudos interdisciplinares como uma nova forma de articular o pensamento acadêmico, a temática em estudo permitirá visualizar do decorrer do texto, questões de gênero, de luta de classe, de saúde, de direitos de trabalhadoras comerciárias, entre outras nuances, parara tanto foi acentuado que o uso de Marx é caracterizado como um pensamento de grande valia para variadas áreas do saber por Gorender (2013) no prefácio de “O Capital”, volume I. O historiador brasileiro descreve Marx como um pensador crítico da economia política do século XIX, mas que não se pode reduzir seus estudos tão somente a essa área do saber, sendo ele também um clássico tanto na filosofia, como na sociologia, como na história e etc., pois concordando, ou discordando das ideias de Marx, e faz necessário se debruçar sobre os seus escritos e principalmente no livro supracitado, que é uma de suas principais obras, e uma das fundamentais para que seja compreendido o sistema capitalista.

Gorender (2013) acentua que no *Capital* de Marx existe um conteúdo de alto valor para diversas áreas do conhecimento;

Em primeiro lugar, O capital é, sem qualquer dúvida, uma obra de economia política. A amplitude de sua concepção dessa ciência supera, porém, os melhores clássicos burgueses e contrasta com a estrita especialização em que o marginalismo pretendeu confinar a

análise econômica. [...] é que O capital constitui, por excelência, uma obra de unificação interdisciplinar das ciências humanas, com vistas ao estudo multilateral de determinada formação social. Unificação entre a economia política e a sociologia, a historiografia, a demografia, a geografia e a antropologia (GORENDER, 2013, p. 31).

Marx nasceu em Trier, no sul da Alemanha, foi redator chefe da Gazeta Renana, onde teve como experiência uma maior aproximação da realidade de sua época, o que alimentou ainda mais seu pensamento revolucionário. O jovem Marx tinha como objetivo compreender e ver acontecer às transformações socioeconômicas necessárias para uma realidade igualitária, distinta da barbárie do Capital. Marx utilizava-se de uma visão societária diferenciada, valorizando o mundo concreto, das relações concretas, da economia como se dava em seu tempo. Utilizava-se do materialismo histórico dialético, da práxis, da vivência em análise paralelamente a teoria (GORENDER, 2013).

Na prática proposta pelo materialismo histórico-dialético, é basilar o engajamento com uma perspectiva política de luta radical pela transformação revolucionária da sociedade capitalista para uma sociedade mais igualitária e que não coloque trabalhadores e trabalhadoras em situações tão precárias, como acontece, por exemplo, com as ex-comerciárias, que apresentaram durante todas as entrevistas as dificuldades de moças pobres que sofrem no ambiente de trabalho todo o tipo de exploração e informalidade.

“Os comerciantes, por nos acharem novas, pensam que somos capazes de passar um dia todo em pé, ou em movimento constante de arrumação da loja, de mercadorias por um salário que não chega nem a ser meio salário em alguns casos. O trabalho como vendedora nos tira quase todo nosso tempo e nos expõem a humilhação, a ter de suportar muito tempo de trabalho, sem ter hora para sair, com pouco tempo para comer. Na época de 2008 – 2009 trabalhávamos sem carteira assinada, então, era como se fossemos desempregadas, até mesmo as maiores de idade porque não contribuía, já que não era com carteira, muitas meninas passaram anos de suas vidas trabalhando assim, sem contribuir com INSS, sem ter direito a uma folga por mês, sem ter direito a um domingo completo em casa, sem direito a ter tempo de estudar e sempre naquele ritmo frenético de cobranças absurdas. Eu vivi isso e vi muitas viverem também” (Carla, Ex-comerciária).

No depoimento de Carla é possível perceber mais uma grande problemática do trabalho informal, pois embora a trabalhadora esteja em constante labor, por não ter a

formalidade da carteira assinada, elas não contribuem e, portanto ficam no mesmo patamar de desempregada no quesito, tempo de trabalho comprovável.

Por esta via, para que sejam analisadas as condições de trabalho das ex-comerciárias em conformidade com os dados das entrevistas, foi ressaltado o uso de uma abordagem epistemológica arrolada em um marxismo em constante movimento e no esquadramento da análise crítica das contradições da realidade do capitalismo contemporâneo, a destacar, por exemplo, os principais estudiosos utilizados: Antunes e Alves (2000 - 2003 - 2004 - 2010 - 2011), Marx e Engels (2010 - 2013 -2017), Mészáros (1989 - 2006 - 2009), Manacorda (2006), Diniz (2014), Paulo Freire (1997), Navarro e Padilha (2007), Grespan (2013), Thompson (1998), entre outros.

Este trabalho de campo foi iniciado, tal como discorreu Paulo Freire (1997) em sua última entrevista, na qual, afirmava que ao se deparar com a realidade dura do favelado, com a dura realidade do camponês em sua juventude, quando trabalhou com esses, observou naquelas pessoas a negação do seu ser como gente, a tendência àquela adaptação, aquele estado quase inerte perante a negação da liberdade e que isso tudo lhe remeteu a Karl Marx. O autor pernambucano afirmou que essa realidade dura observada lhe levou a ler Marx. Freire (1997) afirma que não leu Marx para perceber a opressão sobre o pobre e assim aproximar-se deles, ele diz que ao lidar com a realidade dura do pobre foi levado a ler Karl Marx.

De igual forma, no processo de elaboração desta dissertação foi feito esse percurso de se deixar levar pela vivência e condições das colaboradoras, e essas remeteram a uma leitura crítica, uma leitura de base marxiana.

...ao abordar uma metodologia da pesquisa, é adentrar em um complexo debate permeado por consensos e dissensos. Assim, discutir metodologia implica necessariamente desvendar sua natureza, métodos, técnicas e instrumentos. Inicialmente quero sinalizar que para a realização de uma pesquisa é necessário adotar um método que ilumine a apreensão do objeto investigado, pois a realidade investigada não se mostra em sua aparência/imediaticidade. Neste sentido, é imprescindível compreender os fenômenos por meio de sua processualidade, totalidade e contradição, trazendo a singularidade, a particularidade e a universalidade das questões em articulação com as categorias de análise que iluminam a investigação em conjunto com os dados produzidos no campo. Portanto, o método de pesquisa expressa a postura do (a) pesquisador(a) frente ao objeto pesquisa, mas também proporciona apreender que as categorias de análise são historicamente determinadas (DINIZ, 2014, p. 29 - 30).

Foi trabalhado metodologicamente com pesquisa qualitativa de campo e bibliográfica paralelamente, na práxis que condiz com o método de Marx e Engels, no qual o método se constitui da unidade da investigação histórica e da exposição lógica dos resultados obtidos. Para Marx e Engels o conhecimento parte das contradições reais da sociedade, isto é, da pesquisa das contradições e situações reais das relações sociais, partem para a exposição teórica, para construção de conceitos, de categorias e etc., e volta-se novamente para as contradições reais da sociedade.

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. [...] A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico (MARX, 2013, p. 129).

Após a qualificação da dissertação, observou-se que a aplicação de um questionário semiestruturado não estava rendendo o esperado. Então, foi necessário optar por modificar a metodologia de campo para uma entrevista aberta, apenas trabalhando em cima do que as cinco ex-comerciárias passaram como dados relevantes nas entrevistas, versando sobre as condições de trabalho como comerciária em Redenção – CE. Com uso de algumas perguntas livres sobre:

1. Jornada de trabalho;
2. Salário;
3. Pré-requisitos para contratação para ser comerciária;
4. Bem-estar no ambiente de trabalho;
5. Alimentação
6. Saúde, direito no trabalho;
7. Sintomas patológicos e psicopatológicos interligados ao trabalho, caso existissem mesmo sem diagnóstico médico – sob critérios dos sintomas

descritos pelas ex-comerciárias, a soma destes e sem diagnóstico devido nunca terem se submetido a avaliação médica por variadas questões.

Essas perguntas não obedeciam a essa ordem, elas eram seguidas segundo a fala da entrevistada. Mas essa era a base das perguntas que foram feitas às colaboradoras. Na primeira etapa de campo em 2016 houve a aplicação do projeto piloto, na qual não foi preciso utilizar o gravador portátil, por questões de custo no momento da aplicação, mas na pesquisa de campo após a regularização com o Comitê de Ética, em 2017, foram utilizados todos os recursos necessários, com aprovação das ex-comerciárias da gravação de áudio, com uma restrição, as mesmas aceitaram a entrevista e a transcrição, porém pediram que, logo após a transcrição os áudios fossem destruídos, já que assinaram o termo de consentimento, os dados de cada entrevistada ficaria à disposição do Orientador e do Co-orientador da pesquisa, caso surgisse alguma dúvida sobre os dados das entrevistas, as ex-comerciárias expuseram possibilidade de colaboração, contando que os áudios fossem destruídos, pois se apresentavam bem apreensivas com relação aos comerciantes, que estes por algum motivo as descobrissem pela voz.

O que era pretendido na pesquisa era que fosse obtida a colaboração de comerciárias e ex-comerciárias, mas depois de muito esforço com as comerciárias atuantes em 2016 e 2017 observou-se que não seria possível ter essa participação, tão somente de ex-comerciárias, mas para dar atualidade às pesquisas têm nas entrevistas, uma ex-comerciária de 2017, o que aponta para a realidade das comerciárias em 2017, fim da pesquisa.

A aproximação com as colaboradoras da pesquisa se deu, por duas delas se congregarem em uma igreja evangélica do município de Redenção, sendo que uma destas foi nos dando maior aproximação às demais com as quais ainda tinham vínculos, somente duas eram desta denominação religiosa, porém houve muita colaboração, tanto em dados como em ajuda da parte das mesmas em nos guiar as demais ex-comerciárias.

Ao se aproximar da realidade das ex-comerciárias do comércio varejista de roupas e calçados do município de Redenção – CE foram elencados os dados considerados pertinentes para a exposição das condições de trabalho precário e de informalidade do cotidiano das comerciárias, tais como: comerciárias ainda menores de idade, sem carteira assinada, maiores com carteira assinada, mas sem direitos preservados; salários que não condiziam com a jornada de trabalho no que se refere a um salário mínimo; assédio moral por parte de alguns comerciantes; sexual em certos

momentos por alguns clientes; multiplicidade de funções; pouca resistência da categoria, ou a não organização sindical da categoria.

Todas as entrevistadas expuseram que no comércio varejista de roupas e calçados de Redenção prevalece o gênero feminino, atualmente, tendo apenas, um caso de um jovem em uma loja estritamente masculina, no segundo semestre de 2017. O comerciário se recusou a colaborar, possivelmente por ainda trabalhar no comércio, o mesmo, usou como justificativas: o baixo número populacional do município; o medo de quebra de sigilo por questões de proximidade com outras comerciárias e ex-comerciárias e falta de tempo para responder as perguntas.

As comerciárias atuantes em 2016 e 2017 usaram variadas justificativas para não participar da pesquisa, mesmo que a pesquisa fosse realizada a quilômetros do estabelecimento de trabalho, argumentos como: temo perder o trabalho; não confio em pesquisas, não dá em nada; não tenho tempo, tenho medo; não podemos falar do nosso trabalho; posso até pensar, mas agora não; se eu falar eu me “queimo”; eu não posso expor o que ocorre aqui; não temos autorização para isso; mesmo que seja na minha casa eu não tenho coragem; não é falta de confiança em você é que sei as consequências, entre outras justificativas para não participar.

Atualmente as entrevistadas não trabalham mais no comércio redencionista, das 5 colaborados, a primeira é graduada em Letras pela Unilab, a segunda está cursando Bacharelado em Humanidades na Unilab, a terceira é dona de casa e mãe de dois filhos, a quarta possui um salão de beleza e a quinta trabalha com prestação de serviço com carteira assinada.

Para conseguir alcançar o objetivo central, compreender as relações e condições de trabalho das comerciárias de Redenção – CE foi necessário se debruçar sobre os objetivos específicos, a saber: (1) averiguar quais as afetações das transformações no mundo do trabalho sobre o dia a dia das comerciárias; (2) avaliar o cumprimento ou descumprimento com relação ao direito à saúde e os direitos trabalhistas e (3) analisar a presença ou ausência de assédio moral no cotidiano das comerciárias e as sintomatologias que as mesmas vivenciaram com interligação direta ao labor.

Foi elaborado todo o processo dissertativo com os seguintes capítulos e subtítulos; na **INTRODUÇÃO** há o título: **CONTEXTUALIZANDO O PERCURSO**. Na introdução há todas as informações sobre o percurso de elaboração desta dissertação, a delimitação do objeto de pesquisa, objetivos, justificativa e relevância do tema, metodologia utilizada, breve explanação sobre as comerciárias

redencionistas e breves apresentações dos capítulos que compõe a dissertação. A introdução apresenta ao leitor o que foi pretendido desenvolver e qual enfoque metodológico e teórico foram utilizados. A introdução também mostra de forma esmiuçada como foi à pesquisa de campo com as ex-comerciárias, o projeto piloto de 2016, a retomada a campo em 2017 para realizar uma nova pesquisa/entrevista sem apresentar os erros do projeto piloto e as perguntas de base que foram de suma importante em uma entrevista na qual as ex-comerciárias tinham toda liberdade de tempo e de expressar o que pensavam e vivenciaram sobre cada pergunta. A introdução da dissertação é iniciada com o entrelaçamento entre as vivências das comerciárias e a teoria e isso se desdobra em cada capítulo com maior ou menor intensidade.

O primeiro capítulo é intitulado de: **CAPITALISMO E O COMÉRCIO VAREJISTA**. Nesse capítulo, faz-se uma breve explanação sobre o capital comercial e o comércio varejista que se inicia com os mascates. No Primeiro Capítulo se evidencia que a atividade comercial é mais antiga que o modo de produção capitalista, mas que mesmo assim, estudos sobre comércios e comerciários são poucos, quase inexistentes. Ao falar sobre o capital comercial, Marx (2017) coloca o comerciante capitalista como o dono do capital monetário e comprador da força de trabalho das comerciantes e essas como trabalhadoras do comércio, diretamente com a venda de mercadorias, encontram-se assim, como o comerciante, na esfera da circulação do trabalho, o que é um momento importante para toda a engrenagem do capital já que, se a circulação fosse realizada pelo capitalista industrial, isso complicaria mais ainda a resistência do capital em se inventar e reinventar.

Nesse capítulo, fica claro que embora a trabalhadora comerciária seja de alta importância no âmbito da circulação e no processo de metamorfose (mercadoria – dinheiro), mesmo tendo tanta importância no estabelecimento comercial, essa profissional ainda tem de lutar para se fixar nesse setor tão disputado na cidade redencionista, devido à alta demanda de jovens desempregadas. As comerciárias, mesmo submersas em situações de precariedade, tendem a lutar contra o desemprego, pois sabem que o aumento do lucro de seu patrão em nada lhe ajudará financeiramente, porém, suas crises são como fardos que caem de forma mais pesadas sobre as trabalhadoras.

Marx (2017) diz que o comércio varejista é híbrido e capital de comércio de mercadorias é a forma modificada de uma parcela do capital de circulação. E que embora, os comerciantes redencionistas necessitem das comerciárias para que com sua

força de trabalho contribuam nessa circulação, muitos comerciantes expõem suas trabalhadoras ao assédio moral, a salários degradantes e a sonegação de seus direitos.

O comércio varejista faz parte das atividades de comércio, que podem ser subdivididas em três partes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008): comércio de veículos, peças e motocicletas; comércio atacadista (atacado) e comércio varejista (varejo). As atividades de comércio, por sua vez, são parte integrante do que são chamados de setor de serviços, no qual se associam também todos os serviços prestado pelos setores público e privado. O que genuinamente é do interesse deste estudo é o trabalho no setor de serviço privado comercial, é o comércio varejista de vestuário do município de Redenção, que um dia abrigou as colaboradoras, as ex-comerciárias, lugar onde elas sentiam o processo de alienação na pele. Isto é exposto por elas nos depoimentos que se encontram em cada capítulo elencado.

O primeiro capítulo apresenta um subcapítulo (1.1) intitulado de: **QUAIS OS PRÉ-REQUISITOS PARA SER UMA COMERCIÁRIA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO?** No subcapítulo do primeiro capítulo, foi explanado o que é necessário para ser comerciária no município de Redenção – CE e segundo os dados coletados com ajuda das colaboradoras, foi possível descobrir que para ser comerciária, é imperativo, simpatia e disponibilidade para trabalhar de domingo a domingo, saúde de ferro, beleza, educação, entre outros pré-requisitos, mas a comerciária poderia ter ensino médio completo, cursando, ou incompleto, segundo as entrevistadas, para ser comerciária no município de Redenção. Apenas os comerciantes possuíam alguns quesitos semelhantes para essa seleção de quem podia ou não ser comerciária em seu estabelecimento, mas esses quesitos não se referem a níveis de escolaridade, é possível observar que são mais ligados ao gênero feminino, disposição e saúde pra trabalhar, sem ter de usar atestados, aparência física, cor de pele, idade e a necessidade do comerciante no momento de comprar mais força de trabalho.

O segundo capítulo denomina-se: **TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE EX-COMERCIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO.** Neste capítulo são detidos os estudos de Antunes, Giovane Alves, entre outros autores que estudam sobre as transformações e mutações no mundo do trabalho, sobre a subproletarização, trabalhos parciais, temporários, precários e subcontratados caracterizam as relações de trabalho encontradas principalmente em cidades turísticas como Redenção que, segundo De Claro, et. al. (2003, p. 63), é uma característica típica de uma grande parcela dos comerciários de

Redenção-CE, principalmente nas lojas varejistas de roupas e calçados, uma cidade histórica, turística, porém ainda precarizada e permeada pela carência da maioria. Redenção se mantém pelo capital comercial em predominância.

Esse capítulo evidencia que a classe trabalhadora atual não é idêntica àquela de meados do século passado, porém, não perdeu seu sentido estruturante, nem está em extinção. Como foi observado juntamente com as ex-comerciárias, o que vem ocorrendo com a classe trabalhadora não é a extinção e sim algo diferente e de alta complexidade e exploração sobre a classe pobre que precisa trabalhar.

O que foi observado, quanto às declarações das colaboradoras, é que o desemprego estrutural vem se alastrando, mas paralelamente a ele, vem a precarização do trabalho com o trabalho informal, no qual a trabalhadora comerciária sem carteira assinada trabalha, mas permanece sem pagamento de seguridade, sem formalidade e com isso, é como se essa estivesse desempregada também, embora esteja trabalhando e com uma longa jornada de trabalho por um ínfimo salário.

O terceiro capítulo vem suscitar o tema: **SAÚDE E DIREITO DAS TRABALHADORAS DO COMÉRCIO REDENCIONISTA: O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS**. Evidenciou-se que os conflitos intersetoriais decorrentes das ações do SUS com os ministérios do Trabalho e da Previdência Social, em especial no tocante às ações de vigilância em ambientes de trabalho, resultam da indefinição de políticas integradas em favor dos trabalhadores. Tal indefinição expressa o atual nível de desordem capital-trabalho no país, num quadro político ainda bastante conservador e cujas concorrentes corporativas repetidamente dificultam maiores avanços institucionais em prol de garantias da classe trabalhadora.

A saúde do trabalhador ainda encontra-se desnorteada dentro do sistema único de saúde (SUS) pois, mesmo em meio aos avanços já obtidos, a situação de não integralidade da saúde do trabalhador no SUS é real e visível. No município de Redenção não é distinto, o quadro de dificuldade de acesso à saúde é alarmante, principalmente para os menos favorecidos que necessitam do SUS, enfrentando filas, que recebem fichas para exames com prazos enormes de espera, pois no município de Redenção – CE existem as clínicas privadas de saúde, mas com consultas não tão populares, que chegam a ser consideradas muito caras para uma comerciária que tem como rendimento mensal R\$ 400,00 em 2017.

No subcapítulo (3.1) foi elaborada a temática de **COMO CARACTERIZAR O ASSÉDIO MORAL COM RELAÇÃO ÀS EX-COMERCIÁRIAS REDENCIONISTAS?** Neste subcapítulo do capítulo três, deu-se visibilidade à violência dirigida a mulher no ambiente de trabalho, dando visibilidade às iniquidades/violências nas condições de trabalho de ex-comerciárias no município de Redenção, Estado do Ceará. Tendo como base epistemológica o trabalho, as mutações no mundo do trabalho, o direito a saúde e aos direitos trabalhistas, a divisão de gênero do trabalho e a sintomatologia das ex-comerciárias como pressupostos norteadores para a análise do assédio moral na esfera do comércio varejista de roupas e calçados do município de Redenção – CE.

No âmbito acadêmico acredita-se que a presente investigação é de suma importância, no sentido de produzir uma reflexão crítica acerca das várias determinações que perpassam o mundo do trabalho estruturado num campo permeado por desigualdades, opressões, dominações e violências direcionadas às mulheres.

Nesse ponto as comerciárias afirmaram sofrer assédio moral por parte de alguns comerciantes, sendo esses ataques bem desumanos e quanto ao assédio sexual elas relataram um fato de um cliente que sempre frequentava a loja com intuito de cheirar, abraçar e se possível dar selinhos nas comerciárias, e com isso ele deixava a autorização para as mesmas comprarem presentes na loja aonde trabalhavam, algumas se aproveitavam dos presentes, outras caracterizavam isso como assédio sexual permitido pelo comerciante que lucrava com isso.

O quarto capítulo aborda a **SINTOMATOLOGIA FÍSICA E PSÍQUICA, AFETOS E SENTIMENTOS QUE MANTÉM LIGAÇÃO DIRETA COM LABOR DAS EX-COMERCIÁRIAS.** A riqueza deste capítulo se encontra nos sintomas, afetos e sentimentos relacionados pelas comerciárias como decorrente das condições de trabalho, elas relataram que não tinham diagnósticos, mas que sentiam ira, insônia, que tinham pesadelo com o trabalho, que por vezes não viam sentido na vida, já que tudo se resumia em trabalho.

As colaboradoras diziam que necessitavam de saúde para trabalhar, mas que a saúde não era prioridade, se essas trabalhadoras sentissem dores de cabeça, febre, cólicas, ou seja, algum sintoma concebido erroneamente como automedicável, era isso que o comerciante fazia, aconselhava a automedicação. Nesses casos o dever da comerciária era se manter firme e não deixar que os clientes percebessem as dores ou outros sintomas, o remédio deveria ser eficaz.

Uma das entrevistadas passou por momentos de extremo estresse, ela já não tinha mais planos futurísticos, não pensava mais em nada além do presente de exploração que sentia na pele, de uma pessoa estudiosa passou a ser uma moça em estado vegetativo que nem perante a televisão conseguia, ou não queria compreender o enredo da novela. Essa ex-comerciária diz que lutou muito contra pensamentos negativos contra a própria vida, pois ela devia na loja aonde trabalhava, precisava comprar algumas coisas para si e ser uma co-colaboradora nas necessidades de casa. Já que o salário que recebia não lhe dava a possibilidade de ser uma provedora, mas apenas mais uma para ajudar nas contas de casa.

Diante de tantos sintomas e afetações, o capítulo suscita a necessidade de transcender às ações curativas para as de caráter profilático, promoção e vigilância em saúde do trabalhador. É imperativo que a saúde do trabalhador deve se aproximar das condições de trabalho não apenas do mercado formal, mas, sobretudo, dos autônomos, dos trabalhos informais o que neste caso seria benefício para aqueles que vivem como subproletariado. Para as colaboradoras também seria grande avanço, caso o Sistema Único de Saúde tivesse maior práxis profilática de apoio, esclarecendo e também colaborando para melhor explicação de sintomas físicos e psíquicos que são simplesmente descartados no cotidiano e que podem significar um alerta para a saúde de quem necessita trabalhar.

Nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, foi concluído que o trabalho de uma comerciária é bem mais que um padecer datado de quando esta estava trabalhando como vendedora do comércio varejista do município de Redenção – CE chegou-se a considerar que essas jovens, mesmo depois de meses, ou anos fora do comércio, conservam um sentimento negativo sobre o passado como comerciária, quando não exibem temor, apresentam revolta, ou, afetações que pareciam ser revividas. Hoje, fora do comércio, umas se dizem lesadas no sentido de prejudicadas, outras se manifestavam temerosas com relação a falar sobre o trabalho no comércio. É possível observar que para essas moças as mazelas advindas da atividade foram de maior intensidade e impacto psíquico negativos do que produtoras de fatores benéficos.

É impossível concluir de outra forma o trabalho realizado, perante a fala das colaboradoras, é impossível negar os fatos, não é possível esquivar-se entre as linhas para que esta pesquisa seja o mais leve possível com relação à temática, se partir da materialidade, do concreto, para depois trabalhar esses dados, e ter minimamente o dever da lealdade às colaboradoras, assim como estas devotaram confiança e abriram a

realidade de precariedade e de humilhações vivenciadas no passado. O que foi encontrado foi mais um indício de trabalhadoras, mulheres, pobres e de regiões periféricas que sofrem intensamente as mazelas do capital em crise.

Na atualidade, a violência contra a mulher é visível e ao mesmo tempo velada no ambiente de trabalho, existe um tipo de iniquidade que vai além da violência doméstica e que não esbarra somente no quesito assédio moral no trabalho, mas agrega ao termo violência, à precariedade do trabalho feminino, a desvalorização desta como ser humano, os salários insignificantes que lhes são pagos e a degradante jornada de trabalho que lhe é atribuída e agregada a fazeres domésticos e da maternidade, como se essas fossem robôs. Todas essas condições precárias de trabalho conferidas à mulher no trabalho precarizado são vistas como violência contra a mulher, pois as mulheres são vitimizadas nesse rumo do trabalho informal, fruto das transformações e mutações no mundo do trabalho, que ao invés de por meio da tecnologia facilitar a vida dos trabalhadores, veio para deteriorar cada vez mais a vida dos que vivem do trabalho.

## 1. CAPITALISMO E O COMÉRCIO VAREJISTA

O comércio segundo Marx (2017, p. 369), como também o capital-comercial, é mais antigo que o modo de produção capitalista. Porém, mesmo com essa antiguidade da atividade comercial, existe uma dificuldade em trabalhar com esse tema, pois poucos são os estudos encontrados com os seguintes descritores: *comércio*, *comerciantes* e *comerciários*. Tais estudos são escassos em artigos, livros, teses e dissertações. São pouquíssimos os estudos científicos que trabalham com os comerciários, ou comerciárias, como sujeitos de pesquisa até a presente data da elaboração desta dissertação:

Os trabalhos sobre comerciários são praticamente inexistentes. Se os estudos acerca do sindicalismo de classe média são escassos, quando comparados aos da classe operária, sobre os comerciários quase nada foi trabalhado. Encontramos na bibliografia especializada pouquíssimas referências ao sindicalismo comerciário, ou mesmo aos estudos sociológicos sobre o trabalho no comércio (TRÓPIA, 2010, p. 77).

Para Marx (2017, p. 309-310) o capital comercial se desdobra de duas formas: capital de comércio de mercadorias e capital de comércio de dinheiro. O capital total da

sociedade é constituído por elementos que mudam constantemente e cujo valor é sempre variável, esse capital por vezes encontra-se no mercado em forma de mercadoria destinada a converter-se em dinheiro, enquanto outra parte encontra-se como dinheiro disposto a converter-se em mercadoria. É justamente em meio a essa troca cíclica incessante (Mercadoria – Dinheiro - Mercadoria) que é encontrado neste ambiente de estudo, no qual se encontra o comerciante, ou a comerciante [proprietário do estabelecimento comercial] e de forma mais atuante, com sua força de trabalho empregada, a comerciária redencionista.

“Todos sabem que quem trabalha no comércio somos nós as vendedoras, se ela é superior por ser a comerciante, é porque tem dinheiro, e o mundo é todo assim, se você é pobre tem de se submeter, se for se rebelar sai fora e fica lisa de tudo, se for se submeter vai sofrer e comer o ‘pão que o diabo e seus seguidores pisaram’, então me diga, qual a saída para o pobre?” (Alice, Ex-comerciária).

A fala de Alice mostra que as jovens que se submetem ao trabalho como comerciárias são pobres e necessitam trabalhar, isso segundo a entrevistada, que fala abertamente que não sabe identificar saída para o pobre dentro desse sistema opressor. Na sociedade do capital permeada pelo sofrimento, Marx (2010) acentua que, tanto trabalhador, como capitalista sofrem, um por sua sobrevivência e o outro, por sua viciante busca pelo dinheiro. Mas é obvio que se compararmos o sofrimento de uma comerciária para suportar seu infortúnio e o sofrimento de um comerciante para manter sua vida de luxo, é obvio que as comerciárias se encontram em maior escala de sofrimento, pois essas, nada podem acumular, querem apenas o básico para sobrevivência.

É preciso observar, enfim, que onde o trabalhador e o capitalista sofrem igualmente, o trabalhador sofre em sua existência, e o capitalista no ganho de seu *Mamon* morto. O trabalhador não tem de lutar apenas pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade (MARX, 2010, p. 25).

Com isso, vale deixar patente que, mesmo que a trabalhadora comerciária, seja de alta importância no âmbito da circulação e no processo de metamorfose (mercadoria – dinheiro), mesmo tendo tanta relevância no estabelecimento comercial, essa profissional ainda tem de lutar para se inserir nesse setor tão disputado na cidade

redencionista, devido à alta demanda de jovens desempregadas. As comerciárias, mesmo submersas em situações de precariedade, tendem a lutar contra o desemprego, pois sabem que o aumento do lucro de seu patrão em nada lhe ajudará financeiramente, porém, suas crises são como fardos que caem de forma mais pesadas sobre as trabalhadoras:

“Sabemos que se a patroa, ou, patrão ‘quebrar’, isso vai cair sobre nossas vidas, nossas dívidas ficarão com eles, todas ficarão desempregadas e com certeza com a culpa de ter ajudado na quebra do comércio, por isso, nos esforçávamos tanto pra vender, mesmo sabendo que a prosperidade do comerciante em nada nos ajudaria, sem aumento, sem nada, nossa vida não mudaria, somente mudaria para pior, caso esse falisse, então, a gente ficava ali na ponta fazendo dinheiro, cada vez mais fazendo dinheiro para nosso patrão e ganhando a mesma miséria, mas as vendas não podiam parar, pois se o pior chegasse, o sofrimento maior seria nosso, já que sempre sobra para o pobre, para o trabalhador” (Rafaela, ex-comerciária).

Nessa fala, verificou-se que a esfera da circulação, na qual se encontra a comerciária, tem de ser constante e próspera, para o bem de todos os inseridos no mundo comercial, já que essa é a lei da sociedade capitalista. Pois, na medida em que o capital funciona apenas no interior do processo de circulação, especialmente o capital de comércio de mercadorias, relaciona essas outras funções as suas próprias, ele não se apresenta de forma pura. O capital-mercadoria experimenta metamorfose na esfera da circulação, no âmbito do mercado, metamorfose que se decompõe em compras e vendas, em transformação de capital mercadoria em capital monetário de maneira recíproca. É importante salientar, que uma parte do capital social total se encontra continuamente no mercado sob essa forma de circulação em processo de metamorfose (MARX, 2017, p. 310). A seguir, será apresentado o depoimento de uma comerciária que corresponde a este aspecto:

“No comércio varejista de roupas, o comerciante tem vantagens sobre aqueles que vendem alimentos, devido validade, porque sapatos até tem prazo de validade e isso pode ser perda para o comerciante, mas com relação às roupas não, essas a gente tinha de vender para os clientes mesmo que ela estivesse ali há anos, na verdade quando uma roupa ficava encalhada lá, ai que vinha pressão para aquela mercadoria sair o mais rápido possível, mesmo que estivesse totalmente fora de tendência, de época, tinha de ser vendida de qualquer forma mesmo, a gente colocava até em promoção” (Alice, Ex-Comerciária).

Na fala de Alice é possível perceber que o comerciante sempre tem em mãos o capital, seja o monetário ou em forma de mercadorias. E o comerciante deve bolar promoções e outras estratégias para venda de suas mercadorias, para depois com mãos no capital monetário recomeçar o ciclo.

O capital de comércio de mercadorias não é outra coisa que a forma modificada de uma parcela do capital de circulação. E embora os comerciantes redencionistas necessitem das comerciárias para que com sua força de trabalho contribua nessa circulação, muitos comerciantes expõem suas trabalhadoras ao assédio moral, a salários degradantes e a sonegação de seus direitos, vejamos a seguir um exemplo:

“Um grande problema que me fez sofrer de 2002 até 2017 foi a humilhação. Eu sabia que era empregada dela [comerciante], mas em ataques de fúria uma das minhas ex-patroas sempre se colocava como nossa salvadora, porque o comércio era dela, as mercadorias e ela estavam nos ajudando ao nos dar trabalho, isso era o que ela falava, porque ela nos pagava mal, nos tratava mal na frente de todos, humilhava mesmo, só porque ela era a dona, mas todas sabiam que ela precisava da gente pra vender as mercadorias dela, que eram compradas por vinte reais e vendidas por quatro vezes em cima desse valor” (Rafaela, ex-comerciária, 2002 – 2017).

O comerciante entra com seu capital monetário, com suas mercadorias, as comerciárias com a força de trabalho, não é o objetivo deste estudo dizer que o trabalho como comerciária seja um dos piores do mercado de trabalho redencionista e que deveria ser extinto. Vale ressaltar que, para que ocorra a circulação comercial de mercadorias se faz necessário o comerciante ou a comerciante, e as comerciárias, pois o dono do capital monetário e das mercadorias não tem como atender mais de três clientes em seu estabelecimento, por isso, necessita de suas trabalhadoras, e essas, por não possuírem capital monetário, nem mercadoria, necessitam vender sua força de trabalho. Porém, o que é denunciado pelas entrevistadas, é a precariedade do trabalho, falta de direitos regulamentados em Leis, de condições de prevenção em saúde, denunciando também um ambiente permeado pelo assédio moral, sem falar nas demais irregularidades por elas destacadas, o que expõe o trabalho no comércio redencionista como uma atividade informal e irregular.

“O trabalho como comerciária não seria ruim se tivéssemos um salário, se os comerciantes nos tratassem como gente, se não tivesse tanta cobrança, metas absurdas mensais, se nossas carteiras fossem

assinadas, e se tivéssemos todos os direitos dentro do que é previsto, mas não sendo assim, a gente só suporta até explodir maiores problemas” (Rafaela, ex-comerciária).

O modo de produção capitalista caracteriza-se por relações sociais de produção específicas, com trabalho assalariado livre que é a compra e venda de força de trabalho que, no caso do comércio varejista, é o foco deste estudo, é a compra de força de trabalho de comerciárias para fazer essa metamorfose de mercadoria em dinheiro, uma mercadoria perpassada pelo fetiche, pela etiqueta, pelo preço, pelo status.

Mészáros (1989) critica de forma ferrenha, o modo de produção e de consumo na sociedade capitalista, pois para ele o modo capitalista de produção é opositor à durabilidade, portanto, deve sabotar as práticas produtivas orientadas para a durabilidade, inclusive afetando deliberadamente a qualidade dos produtos, mas não diminuindo seu preço. A sociabilidade é acometida pelo consumismo, que é mais uma jogada do capital contra todas as classes sociais, com o desenvolvimento da técnica, convertida em tecnologia, a produção de mercadorias alcança patamares nunca antes visto. Desse modo, o aumento da demanda na produção de mercadorias aparece como imperativo a elevação exponencial do consumo, isto é, a produção elevada de mercadorias procura escoar a sua produção no incentivo ao consumismo. Contraditoriamente, aquilo permite a elevação da produção de mercadorias, a tecnologia, ao mesmo tempo, elimina ou substitui postos de trabalho, trabalhadores que deveriam consumir a alta demanda da produção de mercadorias.

[...] Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens [...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, tanto menos pertence a si próprio. (MARX, 2010, p. 80-81).

Rafaela, ex-comerciária, que trabalhou do ano de 2002 até setembro do ano de 2017 em vários comércios varejistas de Redenção, fala nesse trecho abaixo sobre sua experiência com o consumo:

“Eu era jovem, como qualquer outra, não era filha de rico, mas tinha os mesmos desejos que as demais meninas da minha idade. Queria salto de 15 centímetros, maquiagem, bom perfume, belos vestidos,

afinal é uma idade de muitas ilusões, uma idade em que meninas pobres e ricas querem namorar, curtir, ter aquilo que veem, mesmo sem poder às vezes e nisso eu considero o mundo cruel, porque até hoje tem coisas que eu vejo e desejo, minha filhinha também e se for pra comprar é com muitas parcelas, com risco de dívidas” (Rafaela, ex-comerciária, 2002 - 2017).

Navarro e Padilha (2007, p. 15) falam da atual sociedade de consumo destrutivo e compulsivo onde se perde cada vez mais o valor de uso para o valor de troca (tanto valor de troca de mercado, como de troca no sentido literal, à mercadoria perde seu fetiche com o surgimento de outra mais avançada), pois os produtos não são mais produzidos prioritariamente para serem usados até o seu fim. Esta é uma tendência que se acentua nas sociedades capitalistas nas quais a descartabilidade das mercadorias é cada vez mais prematura e esse é o sentido do capital no atual patamar de produção.

“Todas nós comprávamos roupas e calçados na loja em que trabalhávamos em meados de 2008, recordo muito dessa época, em que éramos muitas comerciárias e a loja era bem grande. Um compravam mais e outras menos, mas ninguém resistia à tentação de comprar, mas o problema é que depois de comprar, chegavam mais novidades e mais sandálias lindas e roupas, tinha uma amiga de trabalho que ela fazia coleção de sandálias, cada uma mais linda, mesmo com o salário lá embaixo. O grande temor de todas, era o desemprego porque hoje você comprava contando com aquilo que recebia, mas a certeza de estar trabalhando amanhã ninguém tinha” (Rafaela, ex-comerciária).

O descarte na atualidade é tanto com relação à mercadoria em si, como ao ser humano que vende sua força de trabalho, como nos explicou à “colaboradora”. Com relação às mercadorias, independentemente da qualidade, somos induzidos para que novos produtos sejam comprados, o que leva os produtos para o lixo muito antes de esgotada a sua vida útil, para que com isso, venha se estabelecer o que é promovido pelo *marketing*, que se propõe a propagar na contemporaneidade um círculo vicioso de compra do desnecessário, mal que tem atacado até mesmo as camadas mais pobres da população (NAVARRO e PADILHA, 2007).

Esse surgimento do novo, do que deve ser consumido quando se fala de roupas e calçados, bolsas e etc., do que garante estilo e moda para o capital, surge justamente no comércio varejista de vestuários, e assim como as mercadorias são descartáveis;

“Como nossa patroa nos pagava alguma coisa, que nunca foi um salário mínimo, ela se achava dona de nossas vidas, eu vejo assim, porque trabalhávamos muito e ela queria saber bastante de nossas vidas, já vi meninas serem demitidas porque o namorado ia ao estabelecimento de trabalho vê-la, ela nos alertava sobre gravidez, dizia que para mulher com filho era bem mais difícil, que ela não queria, eu ficava super mal, pois ela pagava uma miséria e queria nos controlar, todo sapato e roupa eram mais de 100,00 reais e nosso salário era 100,00 reais. Engraçado né?” (Carla, ex-comerciária).

Se seguirmos o pensamento de Marx (2013, p. 46) em seu primeiro livro do *Capital*, sobre o mais-valor, é possível observar que, as ex-comerciárias e colaboradoras da pesquisa encaixam-se em um esquema de mais-valor absoluto [sessão III], que é, segundo o autor, a pressão da classe capitalista para aumentar a jornada de trabalho, seria o aumento simples da jornada sem uso de nenhum meio tecnológico, exceto o relógio que passa a ser um inimigo dessas comerciárias. Pois, mesmo que ocorra o aumento da jornada de trabalho, é somente isso, nada muda com relação a aumento de salário, ou, extras:

“O grande problema é ganhar pouco e comprar o triplo do que se ganha no estabelecimento de trabalho, já ocorreu isso comigo em um estabelecimento, aí quando fui demitida, a minha patroa fez um acordo no qual não ganhei nada devido meu consumismo e meu baixo salário, ela me deu todas minhas promissórias, mas na verdade aquilo não pagava os anos que trabalhei no comércio dela, eu sabia que estava sendo injustiçada, mas o medo me fez calar e consentir” (Rafaela, ex-comerciária, 2002 – 2017).

Marx (2010, p. 46) afirma que o único motivo que leva o possuidor de um capital a empregá-lo, independente do ramo, podendo ser o ramo particular do comércio atacadista ou varejista, é o ponto de vista de seu próprio lucro. Para um capitalista, a aplicação mais útil de seu capital é aquela que lhe rende, com semelhante segurança, o maior ganho. Esta aplicação não é sempre a mais útil para sociedade.

O interesse particular daqueles que exploram um ramo do comércio ou da manufatura é, em certo sentido, sempre diferente do [interesse] do público e, frequentemente, até mesmo contraposto a ele de maneira hostil. O interesse do comerciante é sempre o de ampliar e limitar a concorrência dos vendedores. ...Esta é uma classe de gente cujo interesse jamais será exatamente o mesmo que o da sociedade, [de gente] que tem em geral um interesse, o de enganar e sobrecarregar o público (MARX, 2010, p. 45).

No modo de produção capitalista os trabalhadores assalariados são mercadorias, pois, vendem sua força de trabalho, parte de sua vida, passando a viver em meio à informalidade, como as colaboradoras da pesquisa e os demais trabalhadores e trabalhadoras que vivem em diversos setores de trabalho precarizado e informal, que vendem por um preço irrisório uma grande porcentagem de força de trabalho, esgotando seu tempo de vida pelo preço somente da sobrevivência, que nem se quer cobre a sobrevivência, servindo-lhe apenas de suporte familiar:

“Minha família sempre me apoiou no meu trabalho de comerciária, pois minha mãe sempre dizia que a vida é uma luta pela sobrevivência, onde filho de rico não precisava de muito esforço devido à herança que muitos têm, podendo começar um negócio próprio, mas ela dizia que filho de pobre só tem como aprender a trabalhar para viver, ela complementava que era melhor ganhar 200,00 reais do que não ter nada no fim do mês” (Rafaela, ex-comerciária, 2002 - 2017).

O ciclo de vida do capital tem três momentos que segundo Marx (2017) se retroalimenta em seu circuito contínuo, (D-M - P - M'-D'). O primeiro momento é a transformação do capital-dinheiro em capital produtivo, (D – M), troca de dinheiro pelas mercadorias força de trabalho e meios de produção, mediada pelo capital financeiro. No segundo momento, que se desenrola na esfera de produção, há uma transformação física dos meios de produção, em produção, o que dá lugar ao surgimento de uma série de mercadorias (M – P – M'). Esse momento é controlado pelo capital industrial. Finalmente, as mercadorias, ou capital mercadoria, devem ser transformadas em capital-dinheiro, ou seja, devem ser realizadas, nesse terceiro momento, tem lugar o papel do capital mercantil.

O comerciante, na qualidade de capitalista, aparece primeiro no mercado como representante de certa soma de dinheiro, que ele adianta como capitalista, isto é, que pretende transformar de x (valor originário dessa soma) em x + delta x (a mesma soma mais o lucro correspondente). Mas, se não o consideramos apenas como capitalista em geral, e sim especificamente como comerciante, é evidente que seu capital tem de aparecer originalmente no mercado na forma de capital monetário, já que ele não produz mercadorias, mas se limita a comercializá-las, a servir de mediador de seu movimento, e que, para poder comercializá-las, tem antes de comprá-las, isto é, ser possuidor de capital monetário (MARX, 2017, p. 311).

A mercadoria não se vende de maneira definitiva ao passar das mãos do produtor às do comerciante e que este último não faz mais do que dar continuidade à operação da venda, ou seja, a mediação da função capital-mercadoria. Ao mesmo tempo, porém, isso mostra que o que para o capitalista produtivo é  $(M - D)$  mera função de seu capital em sua forma transitória de capital-mercadoria, é para o comerciante  $(D - M - D')$ , uma valorização especial do capital monetário por ele adiantado. O que se mostra aqui é uma fase da metamorfose das mercadorias, com relação ao comerciante, como  $(D - M - D')$ , isto é, como evolução de uma variedade específica de capital (MARX, 2017, p. 313).

Marx (2017, p. 313) define o comerciante como aquele que vende definitivamente a mercadoria, seja para um consumidor produtivo, vendendo tecido a um branqueador, ou a um consumidor individual, que utiliza esse tecido para seu próprio uso. Que é o caso dos comerciantes redencionistas varejistas de roupas e calçados, que compram a força de trabalho das comerciárias para servirem de mediadoras dessa venda individual, desse modo, ele recupera o capital monetário com lucro  $(D')$  e pode recomeçar a operação  $(D - M - D')$ . Com a força de trabalho das comerciárias, o comerciante extrai para si o lucro. Pois, observa-se que existe a mais valia nessa compra de força de trabalho dessas ex-comerciárias, mas com agravos, pois, trata-se de um labor totalmente fora de qualquer legalidade mínima.

“trabalhando tantos anos em comércios varejistas eu pude perceber que eu trabalhava pra fazer o outro crescer cada dia mais, enquanto minha saúde e minha vida, escorria pelo ralo. Sabe se fosse para comparar o comerciante redencionista com um bicho eu o compararia com um morcego. Pois, o comerciante suga sua vida em prol do lucro que ele tanto almeja, e fui muito sugada. Nos paga uma miséria que ele denomina de salário e ganha muito em cima de nosso trabalho. Os comerciantes de Redenção, têm metas para todos os meses de altas quantias, tanto de recebimento como em vendas e se não atingirmos essas metas é vergonha publica na certa, a gente era chamada as vezes, por não cumprir as metas de incompetentes, de meninas sem ação, de inexperientes. Mas não era isso, a questão é que eles queriam metas absurdas sem falar que não existia comissão nem para estimular, mas todo mundo calava quando era humilhado em público, afinal o comerciante tinha o dinheiro e sempre rasgava em seus discursos que tudo aquilo ali era dele e que nos pagava para trabalhar para ele e por isso queria um trabalho por excelência. Se já vive mal quem ganha um salário mínimo, imagine como era pra gente estar sempre no máximo da exploração, com meio salário mínimo, ou, menos” (Rafaela, ex-comerciária, 2002 – 2017).

Para Marx (2017, p. 314 - 315) o que confere ao capital de comércio de mercadorias o caráter de capital de um funcionamento autônomo é que este se encontra nas mãos de um agente diferente de seu produtor, dando completude a sua transição definitiva em dinheiro, isto é sua primeira metamorfose. Este agente autônomo é um agente de circulação, pois o comerciante adianta seu capital monetário, sendo este próprio ou emprestado. Desse modo, o capital de comércio de mercadorias o capital-mercadoria assume a forma de um tipo autônomo de capital, isso pelo fato de que o comerciante adianta o capital monetário, que só se valoriza como capital, só funciona como capital na medida em que está exclusivamente ocupado em mediar à metamorfose de um capital-mercadoria, sua função como capital-mercadoria, isto é, sua transformação em dinheiro o faz mediante compra e venda constante de mercadorias. Essa é a operação exclusiva, uma atividade mediadora do processo de circulação do capital industrial é a função exclusiva do capital monetário, com o qual opera o comerciante.

Em consequência da divisão de trabalho, o capital destinado exclusivamente a comprar e vender (e nele se inclui, além do dinheiro para compra de mercadorias, o dinheiro que tem de ser investido no pagamento do trabalho necessário ao funcionamento da empresa comercial, no capital constante do comerciante, em edifícios para depósitos, no transporte e etc.) é menor do que seria se o capitalista industrial tivesse que gerir toda a parte comercial de sua empresa. Pois, na medida em que o comerciante se ocupa exclusivamente desse negócio, para o produtor não só sua mercadoria se converte antes em dinheiro como o próprio capital-mercadoria efetua sua metamorfose com maior rapidez do que o faria se estivesse nas mãos do produtor. Considerando o capital comercial total em relação ao capital industrial, uma rotação do capital comercial pode representar não só as rotações de muitos capitais numa esfera de produção, mas as rotações de uma série de capitais em diversas esferas de produção (MARX, 2017, p. 318).

As mercadorias só se encontram nas mãos do comerciante enquanto estão no processo de circulação ou em preparação para este. O comerciante apenas dá prosseguimento à venda, à realização de seu preço iniciada pelo capitalista produtivo, então, não as faz percorrer nenhum processo intermediário no qual pudessem voltar a absorver mais valor. O capitalista industrial só realiza o mais-valor ou o lucro produzido até esse momento, já o comerciante, em contrapartida, deve não só realizar seu lucro na circulação e por meio dela, mas também começar a criá-lo. Sendo assim, o comerciante deve vender as mercadorias acima do preço de produção que o capitalista industrial lhe

vendeu, o comerciante deve vender a seu valor, vender acima de seu valor e embolsar esse excedente de seu valor nominal acima de seu valor real, ou melhor, vender as mercadorias mais caras do que elas são. (MARX, 2017, p. 325).

“As mercadorias sempre eram vendidas em preço alto, eu era uma pessoa de confiança da dona, ela me deixava ver o preço pelo qual estava saindo cada item e por quanto sairia para ela, mas esse era o ritmo do comércio, eu já entendia, o que não entendo é como eu comprava também para mim, sabendo tudo que sabia” (Carla, Ex-comerciária).

Karl Marx (2017, p. 329) afirma que o comércio varejista é um gênero híbrido, no curso do desenvolvimento histórico é o capital comercial que primeiro determina o preço das mercadorias em média de seu valor na esfera da circulação, mediando o processo de reprodução, o lugar onde se forma a taxa geral do lucro, desta feita, o lucro comercial determina em origem o lucro industrial.

Sobre a gênese do comércio varejista no Brasil, Gimpel (1980) destaca que desde o descobrimento do Brasil até 1850, o varejo no Brasil se caracterizava pelo mascate<sup>6</sup>. Como não havia mercado suficiente, o varejo não se estabelecia, esses mascates comercializavam diversos produtos, como: tecidos, produtos alimentícios, jóias e miudezas. Embora venham surgir, no Segundo Império, as primeiras casas comerciais e as primeiras propagandas em jornais. Seguindo uma ótica dos países Europeus, o Brasil molda seu varejo baseado nas experiências bem sucedidas do exterior.

O comércio varejista em forma de loja com endereço fixo, até a metade do século XIX não existia no Brasil, conforme Mattar (2011), segundo seu estudo o comércio era constituído por mascates que transportavam produtos de interesse dos consumidores, com um número limitado de opções. O comércio varejista brasileiro foi se especializando e buscando um maior conhecimento e experiências em outros países. Somente no início da década de 1950, começou um movimento de inovação. A partir da década de 1990, o varejo focou sua atenção para o cliente e buscou meios de vantagem competitiva e, iniciou assim, a segmentação de mercado e diversas pesquisas. Nesta

---

<sup>6</sup> Ver o livro "O mascate no Brasil" de Goulart (1967) onde o autor caracteriza o mascate como uma pessoa que vendia produtos fora de onde eles eram produzidos. Caixeiro-viajante é sinonímia de mascate.

época as empresas varejistas também começaram a aplicar o posicionamento em busca de clientes distintos em diferentes segmentos.

As diversas mudanças e a globalização da economia proporcionaram grandiosas transformações nas atividades varejistas na primeira década do Século XXI, com um aumento impressionante no número de vendas. Os varejistas enfrentam o desafio diário de se diferenciarem de seus concorrentes, pois o ritmo das mudanças mercadológicas, a competitividade, as inovações e o amadurecimento da visão dos consumidores foram aumentando constantemente, até chegarmos às casas comerciais (MATTAR, 2011).

Seguindo essa linha de raciocínio é possível afirmar que dessas casas comerciais, do crescimento desses estabelecimentos, derivam as lojas comerciais varejistas fixas, assim como as comerciárias e comerciários são desdobramentos do comerciante que como dono do estabelecimento privado, do capital monetário e do capital-mercadoria, passou a comprar a força de trabalho de pessoas para fazer aquilo que antes como ambulante o mascate fazia sozinho. Com o aumento da produção industrial, o crescimento populacional e urbano e o conseqüente aumento da demanda de consumidores, o comerciante passa a necessitar da compra de força de trabalho para esfera da circulação, pois a atividade torna-se mais intensa e impossível de ser algo de total responsabilidade de um só sujeito. E com isso vem o sujeito assalariado;

A taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalhador durante o trabalho, e ainda [o bastante] para que ele possa sustentar uma família e [para que] a raça dos trabalhadores não se extinga. O salário habitual é, segundo Smith, o mais baixo que é compatível com a simples humanidade (*simple humanité*), isto é, com uma existência animal. (MARX, 2010, p. 24).

Marx (2010) afirma que o salário do trabalhador é para que esse venha sobreviver, pois o seu empregador, o capitalista necessita apenas disso, de sua sobrevivência. No caso das colaboradoras, essas vislumbravam o trabalho como possibilidade de ajuda mínima nessa sobrevivência familiar e também, para minimamente ter acesso a alguns bens de consumo, já que a categoria não alcançava o salário mínimo e quando isso ocorria era sem os direitos previstos, então com as transformações na esfera do trabalho é necessário concordar com Antunes (2011), quando esse observa como impossível o desaparecimento da classe trabalhadora, mas que esta, na contemporaneidade, vem cada vez mais enfrentando a sua precarização e

este processo, mesmo que não extermine a classe trabalhadora, mas cada vez mais a coloca em situação de miséria e de degradação em escala global.

Pelo exposto, a reflexão sobre essas questões deve levar em consideração o seguinte aspecto: a condição de assalariamento dessas mulheres, mesmo trabalhando em tempo integral não as possibilita ter ganhos suficientes para que em vez de “co-provisão”, elas não estejam na categoria de “dependente econômica”. Ou seja, o trabalho no comércio, para a maioria, só é capaz de suprir as necessidades básicas (DINIZ, 2014, p. 25).

Grespan (2013) faz uma análise ainda mais profunda da falta de limitações do capital, quando o mesmo diz que o capitalismo é um sistema que mesmo quando o trabalhador tem um salário “decente”, sempre haverá mais valia/ ou mais valor, por isso o capital não tem necessidade de colocar o trabalhador em situação de miséria para obter mais valia e lucro, porém, como o capital não tem limites a não ser ele mesmo e seu exagero de expansão, existem muitas pessoas com salários abaixo do que é estipulado no salário mínimo mensal. O capital é abrangente e vai incorporando tudo, avançando no seu processo de inclusão, de mundialização, ele tende a crescer e, além de ter uma ampla abrangência, ele ainda muda o sentido das coisas.

Havia uma colaboradora que recebia um salário, porém, sem nenhum direito previsto em lei, mesmo com a carteira assinada o patrão se negava a cumprir tudo aquilo que era seu dever como proprietário do estabelecimento comercial e contratante:

Eu recebia um salário direitinho, referente ao que custava um salário na época, mas mesmo com carteira assinada e um salário, eu não tinha nenhum direito, sem folga, sem décimo, sem nenhuma garantia. Mas, mesmo que eu estivesse recebendo um salário e tivesse meus direitos em dias, com a jornada de trabalho exagerada que eu tinha e minhas colegas em outra situação, sem carteira assinada, era tudo irregular em nosso trabalho (Ruth, ex-comerciária).

Grespan (2008, p. 9) afirma que o capital se forma como valor que se autonomiza de sua fonte produtora, o trabalho vivo, e a subordina a si, transformando-a em mercadoria que ele pode comprar, a força de trabalho. É como se o próprio capital se valorizasse pelo fato de ter adquirido a fonte de criação do valor. E esta fonte também é a medida do valor, o “trabalho abstrato” que é determinado como “abstrato” pelo movimento social das trocas de mercadorias, presidido pelo capital em seu interesse de lucro.

Quem cria o valor, e quem mede o valor, é somente o trabalho. Mas o movimento é imposto pelo capital; é ele quem move a “substância”, fazendo com que ela crie e meça o valor. Do ponto de vista formal, o capital se valoriza, o capital se mede. Como do ponto de vista substancial, no entanto, ele só pode fazê-lo subordinando o trabalho, sua autovalorização e sua automensuração giram em falso.[...] O grande capital abocanha, cada vez mais do que devia, as esferas onde não se criam valor, especialmente a portadora de juros – bancária, financeira –, aumentam seu título de propriedade sobre o que foi criado fora delas. O consumo se sustenta provisoriamente assim, mas a concentração de capital se agrava, a oposição de todas as medidas se aprofunda (GRESPLAN, 2008, p.11 - 14).

O comerciante varejista de modo geral e no caso do comerciante varejista de Redenção carece da força de trabalho das comerciárias, e uma das primeiras irregularidades constatadas nas entrevistas ocorre na subcontratação de jovens ainda menores, com baixa remuneração e longas jornadas de trabalho. A jornada de trabalho é o período no qual o trabalhador se conserva a disposição de seu patrão como implicação do contrato de trabalho acordado, sendo o espaço temporal diário em que presta seus serviços àquele que o acordou (DELGADO, 2013, p. 876).

“Eu trabalhei de 2006 até 2009 em um único estabelecimento comercial varejista de roupas e calçados, era um sofrimento, muita humilhação em público, sem falar que era difícil demais a convivência com a proprietária, comigo nem tanto, por ser calada demais, mas com as demais, que tentavam ir de encontro com ela, era um barraco na frente dos clientes, dos filhos dela, enfim, um terror. Ela sabia que sozinha jamais tomaria conta de tudo aquilo, afinal, a loja era enorme, havia muita mercadoria feminina, masculina e infantil, para ela tudo deveria estar em seu devido lugar, um pouco de poeira já era motivo de escândalo. Quanto mais a loja crescia com as reformas, mais aumentava o número de mercadorias e de contratadas, mas o pior está por vir, tinha muitas meninas, mas quanto mais meninas, menor ficava o salário, pois o que ganhávamos já não era um salário mínimo e nem tínhamos carteira assinada, né?! Mas sabe por quê? Porque ela pensava assim, quanto mais meninas menos trabalho, mais gente pra limpar [...] chegava a dizer que nos pagava pra ficarmos em pé lá, em épocas de poucas vendas (essas épocas eram infernais). No caso desse estabelecimento algo bem atípico ocorreu, era meio salário, sem carteira, aí certo mês, a doméstica dela pediu demissão, como ela tinha muitas comerciárias, passamos a seguir uma escala, todo dia era uma menina diferente pra limpar toda a casa, só não era preciso cozinhar, mas tinha de limpar toda a casa, e isso não era remunerado e nem extra a gente recebia” (Alice, ex-comerciária, 2006 – 2009).

O comércio varejista faz parte das atividades de comércio, que podem ser subdivididas em três segmentos, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008); comércio de veículos, peças e motocicletas; comércio atacadista (atacado) e comércio varejista (varejo). As atividades de comércio, por sua vez, são parte integrante do que chamamos de setor de serviços, no qual se integram também todos os serviços prestado pelos setores público e privado. O que verdadeiramente nos interessa no setor comercial é o comércio varejista de vestuário do município de Redenção, que um dia abrigou as colaboradoras, as ex-comerciárias. Lugar aonde as ex-comerciárias sentiam o processo de alienação na pele.

“Eu me sentia deprimida demais porque minha vida não parecia ser minha, pois aproveitava somente uma parte da noite, pena que cheia de cansaço adormecia logo. O dia não era meu, a tarde não era minha, em nenhum dia do mês, já que não tinha folgas. Eu pedia a Deus que chegasse o domingo, mas à tarde de domingo voava! O tempo passava muito rápido e só em pensar na segunda eu sentia minha vida sem sentido algum” (Rafaela, ex-comerciária).

Na sociedade capitalista, o trabalho não é livre, é alienado. Grespan (2013) avalia que o trabalho assalariado no mundo moderno é pura alienação, localizado como um mal estar na civilização capitalista, esse caráter alienado do trabalho, já que o trabalhador não se reconhece mais no que produz. A alienação é o estranhamento em relação ao seu trabalho e ao produto final deste, pois o capitalismo separando o homem dos meios de produção o torna alienado, detendo apenas a sua força de trabalho que é vendida por um valor aquém do que realmente vale.

No caso das ex-comerciárias, essa alienação produzia um mal estar com relação ao pouco que essas jovens recebiam em troca de tanto trabalho e enquanto contemplavam tanto dinheiro e lucro para o comerciante.

## **1.1 QUAIS OS PRÉ-REQUISITOS PARA SER UMA COMERCIÁRIA EM REDENÇÃO?**

Se a oferta é muito maior que a procura, então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome. A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele conseguir chegar ao homem que se

interesse por ele. E a procura, da qual a vida do trabalhador depende, depende do capricho do rico e capitalista. (MARX, 2010, p.24).

Segundo os dados coletados com ajuda das colaboradoras foi possível descobrir que para ser comerciária é necessário: simpatia, disponibilidade para trabalhar de domingo a domingo, saúde de ferro para isso, beleza, educação, entre outros pré-requisitos, mas a comerciária poderia ter ensino médio completo, cursando ou incompleto, segundo as entrevistadas. Para ser comerciária no município de Redenção, apenas os comerciantes possuíam alguns pré-requisitos semelhantes para essa seleção, mas esses pré-requisitos não se referem a nível de escolaridade, estão mais ligados ao gênero feminino, disposição e saúde pra trabalhar muito, sem ter de usar atestados, aparência física, cor de pele, idade e a necessidade do comerciante no momento de comprar mais força de trabalho:

“Para ser comerciária em Redenção tem de ser uma menina jovem, que tenha real interesse de trabalhar sem questionar o que o patrão impõe, tem de obedecer aos horários, tem de ter boa aparência, tem de ser simpática sempre, ter presença e às vezes os comerciantes querem que tenha experiência em vendas, tem de ser tolerante pra suportar e aceitar tudo que for dito pelo dono do estabelecimento, tem de ter 3 meses de experiência, se não for ativa, for calma demais, como eles chamam “lesada”, é demissão certa, e olha que nem toda loja remunera esses 3 meses de estágio não”. (Carla, ex-comerciária).

Antunes (2003) ressalta que no contrato individual de trabalho a contratada subordina-se ao poder do contratante, ajustando-se em uma relação desigual com seu empregador, tornando-se hipossuficiente nesta relação trabalhista e não lhe sendo possível debater as cláusulas contratuais, o que no caso de comerciárias sem carteira assinada, não existiria mesmo o que debater ou dialogar, devendo assim, acatar as condições do proprietário do estabelecimento para poder trabalhar e, assim, sobreviver na sociedade. Neste sentido, é possível dizer que jamais ocorrerá uma negociação efetiva e, portanto, um acordo entre trabalhador individualmente qualificado e empregador, em virtude da posição de desvantagem em que o mesmo se encontra perante o poder econômico do empregador. E essa fragilização fica ainda mais acentuada em categorias sem sindicalização.

“Eu ainda era menor de idade quando iniciei no comércio, eu fui atrás desse emprego, já que não tinha como trabalhar em outra coisa, ou ia para o comércio, ou trabalhar em casa de família. O trabalho

doméstico em Redenção é complicado, assim como ser comerciária, tem gente que ganha ainda menos como doméstica, moças que vem das serras para centro [urbano] de Redenção, ainda menores de idade para ganhar, 100,00 reais ou 150,00 reais mensais e por morar longe, ainda dormem na casa da patroa. Trabalhar como comerciária, como doméstica ou babá em Redenção é sofrimento, os patrões não se importam se você tem curso, eles querem saber se você tem é folego para o que vai ter de engolir, além disso, tem de ser útil. Embora no comércio seja diferente, pois existe aquilo de olhar você dos pés a cabeça e não sei como, se o critério é beleza, contratar ou não, a obrigação é servir mesmo para trabalho, se não for, na mesma semana, na semana de experiência “cai fora”. Eu recordo que uma moça foi pedir trabalho para nossa patroa e ela disse que estava necessitando de alguém para a sua casa [trabalho doméstico], para o comércio não. A moça foi contratada, mas depois ela nos falou claramente que a jovem não tinha presença suficiente para ser vendedora, mas para serviço doméstico servia, ela ficaria lá dentro mesmo, isso era o que nossa patroa falava, nunca tive certeza quais eram os critérios, mas sei que tinha ligação com aparência física também” (Rafaela, ex-comerciária).

Segundo Carla, em concordância com o que fora dito por Rafaela, nem todas podem ser comerciárias no município de Redenção, pois mesmo se tratando de uma profissão informal, existem critérios pautados no preconceito, para exclusão na escolha das comerciárias. Para compreendermos melhor, se faz necessário explicitar que, justamente pela informalidade da categoria, os motivos preconceituosos e de caráter tão pessoal do comerciante tem peso nessa escolha;

“Lembro, às vezes, de uma jovem já falecida, ela tinha muita vontade de ser uma comerciária, infelizmente ela faleceu muito jovem, entre 21 e 23 anos, ela queria trabalhar em loja, ter como receber seu salário e comprar suas coisas, suas roupas, suas sandálias, era uma moça muito dedicada aos estudos e sempre estava procurando as comerciantes, mas ela sofria de uma síndrome bem rara, eu nem sei que síndrome era, ela tinha baixa estatura e algumas deformações. O triste disso tudo é lembrar que ela não teve oportunidade de emprego devido ser uma jovem portadora de deficiências decorrentes da síndrome. Os comerciantes, ou a comerciante que a recusava, usavam de preconceito, de maldade, eu vejo assim. Não tem vagas para moças cadeirantes, não tem essa oportunidade de forma alguma, até porque pra isso, pra cadeirante, teria de ser tudo adaptado, mas para outros casos como da moça que eu citei não precisaria de nada, ela apenas precisaria da oportunidade de trabalhar, dizem que faleceu de ataque cardíaco, mas ela nem sabia que tinha problemas cardíacos, então ela tinha disposição pra essa oportunidade, já que ela queria mesmo” (Carla, ex-comerciária).

No relato acima, a ex-comerciária cita um exemplo de alguém que não tinha “a saúde suficiente”, isso na visão excludente do capital, pois a colaboradora disse na entrevista que a jovem tinha disposição de trabalhar como comerciária. Mas, os comerciantes temem os atestados médicos, as faltas injustificadas, a baixa nos lucros. E para evitar isso, eles usam de todo tipo de critério excludente no devido momento da subcontratação da comerciária. Escolhendo aquelas que, a seus critérios, tem saúde suficiente para a alta jornada de trabalho e para lhe trazer bons lucros. No âmbito das leis ordinárias, o Brasil se propõe, igualmente, a dar um grande apoio aos que apresentam deficiência, com base no Estatuto da pessoa com deficiência. Lei 13.146/2015.

Nesse caso, a saúde já é para o capitalista algo relevante se for suficiente para servir a seu propósito de compra de força de trabalho, a saúde é necessária para o trabalho e aquela jovem que tem algum problema de saúde, não parecia, segundo a fala das entrevistadas, uma escolha conveniente para o comerciante, já que esse procura pessoas com disposição para muito trabalho, desta forma, ter a saúde necessária para suportar a jornada de trabalho, para se adaptar ao espaço e não o espaço ter de sofrer mutações para adaptar-se a comerciária é um dos critérios de contratação de uma trabalhadora do comércio redencionista, e esse quesito saúde estende-se a livre interpretação do comerciante, então isso pode variar de um comércio para outro:

“Quando sabíamos de uma amiga que queria trabalhar com urgência e na loja tinha vagas, precisávamos saber se daria certo, não adiantava mandar a menina lá, pra falar com a comerciante e não ser aceita, nós sabíamos as regras. Eu tinha amigas que precisavam muito de trabalho, mas se não tinha um exemplo claro como: saúde bucal (dentes estragados nem adiantava), não daria certo de jeito nenhum. Se tivesse alergias com crises constantes, enxaquecas, ou outro probleminha de saúde simples, mas constante, seria mais uma que não passaria sequer por processo de estágio. Tinha de ter saúde pra aguentar as horas intermináveis de trabalho sem pedir clemência, também tinha de ter “presença”, como dizia a dona da loja” (Rafaela, ex-comerciária).

Gonçalves (2004), ao falar sobre as imposições a respeito da aparência da pessoa que comercializa, enfatiza que existem exigências, o autor afirma que existe uma venda da aparência, do corpo, de certa forma, antes mesmo da venda de força de trabalho, ele fala com relação aos dois sexos, mas em nosso caso temos uma característica peculiar em Redenção, temos apenas comerciárias, com uma exceção em uma loja de sapatos

masculinos, de somente um jovem no ano de 2017, mas vale destacar que a loja é somente masculina e o mesmo se recusou a colaborar com a pesquisa:

...Os movimentos do corpo, o tom de voz, as palavras, os gestos, a roupa usada, a maquiagem, o asseio (barba, unhas, cabelos, banho etc.) são controlados a todo instante pelos administradores e pelos próprios companheiros (câmeras de vídeo, também). A boa aparência aparece como requisito fundamental, pois é ela o elemento principal da “boa apresentação” do vendedor para o cliente, e ter ou não boa aparência leva a implicações nas relações dentro do espaço de trabalho, como por exemplo, a indicação de promoções e na própria venda das mercadorias, pois a qualidade dos serviços e dos produtos recebe uma associação com as “belezas” dos vendedores. [...] Em suma, o comércio constitui-se um setor que enreda alguns fenômenos imagéticos de fundamental importância para as vendas. Utilizando-se da aparência dos vendedores se estabelece no espaço da loja uma espécie de comércio simbólico de suas imagens. O corpo daquele que vende, antes é convertido em vitrine para dar qualidade ao produto. A “boa apresentação” (expressão dos atores) demonstra a preocupação existente com os padrões de comportamentos corporais ditos normais vinculados pelas empresas (GONÇALVES, 2004, p. 107 – 108).

Nos dados levantados foram descritos alguns critérios de comportamento, atividades extras à profissão de comerciária e de como apresentar-se fisicamente, ou melhor, a preocupação com a vaidade das comerciárias. Das cinco ex-comerciárias temos uma pequena lista do que as mesmas relataram de distintos estabelecimentos comerciais:

1. Era importante estar sempre bem maquiada;
2. Sempre em pé;
3. Era muito cobrado o trabalho, por isso sempre ocupar o tempo de ócio, mesmo que tudo estivesse em seus lugares;
4. Nunca contrariar o patrão ou patroa, levantando tom de voz;
5. Sempre sorrir para os clientes;
6. A venda era uma obrigação de todas, mesmo sem comissão, se entrava cliente tinha de comprar, para evitar problemas com o dono, ou dona do estabelecimento;
7. Cumprir horários sem reclamações;
8. Limpar todo o estabelecimento todos os dias, em alguns comércios duas vezes ao dia, em outros uma vez ao dia;

9. Priorizar as compras pessoais no próprio comércio onde se trabalhava;
10. Evitar conversar no ambiente de trabalho;
11. Prestar contas todo fim de expediente sem erros;
12. Em alguns comércios era exigido o cabelo sempre preso;
13. O uso de fardas era exigência de alguns comércios;
14. Mostrar todas as novidades a clientes adimplentes;
15. Em alguns comércios a vinda de familiares e namorados com frequência não era bem aceita pelo proprietário do estabelecimento;
16. Tinha de ter uma, ou duas de confiança, para ir ao banco resolver todas as contas, depósitos, e etc.;
17. Também tinha outra para resolver assuntos junto ao cartório, quando preciso;
18. E uma, já pré-estabelecida para realizar as cobranças;
19. As mercadorias não poderiam ficar sobre os balcões, somente enquanto os clientes as olhassem, depois disso, tudo deveria estar em ordem;
20. Em alguns estabelecimentos não era permitido que a comerciária demonstrasse cansaço, deveria sempre ter disposição aparente e largo sorriso e nunca reclamar se um cliente lhe pedisse pra baixar a loja inteira;
21. Mesmo com dores não poderiam deixar que os clientes percebessem dores de cólicas, dores de cabeça, nas pernas, tudo que era suportável, deveria se suportar firme;
22. Nem todo estabelecimento recebia de bom grado, ou, nem recebia, atestado médico.

Essas são regras gerais que as trabalhadoras nos apresentaram na entrevista, mas salientam que essas regras não se aplicavam em todos os estabelecimentos comerciais. As exigências eram variadas, de responsabilidade, de resistência, de submissão, de postura, de aparência física e etc.;

“Uma comerciária, minha amiga, perdeu um dente de forma acidental, ela sofreu muito preconceito por isso, até fazer um canal e repor esse dente, pois a comerciante não se conformava, não queria nem que a moça fosse atender ao público, eu ficava brava, pois ela deveria falar sobre o assunto com a trabalhadora e da melhor forma possível, mas ela não fazia isso, ela esperava a moça se afastar e ficava falando para as demais comerciárias, debochando por vezes, isso me marcou muito, foi muito cruel, mas depois que ela consertou o dente, a patroa se conformou. Lembro de outra colega, que por ter cabelos lisos, ela

sempre dedilhava o cabelo com frequência, como posso dizer? Ela sempre alisava os cabelos com as mãos, como eram bem lisos eles voltavam a incomodar nos olhos e por isso ela tinha essa mania. Devido a isso, todas foram obrigadas a usar rabo de burro no cabelo, para não ter nada que desagradasse a patroa. Todas nós estávamos ali para servi-la, certa vez o filho estava com problemas de aprendizagem, então a gente dava reforço, sem remuneração. Pelo que lembro daquela época, eu e mais outra éramos negras, mas se era negra tinha de ter presença, uma beleza, no corpo, no rosto, todas eram meninas bonitas e jovens” (Kelly, ex-comerciárias).

Para além da aparência como pré-requisito para ser uma comerciária redencionista, as colaboradoras também responderam, segundo a subjetividade e interpretação de cada uma, o porquê da predileção de meninas para essa atividade no município de Redenção-Ce. Cada uma apresentou seu ponto de vista, com aproximações em certos momentos e também com distanciamentos, em outros. Mas todas confirmam que a atividade de comercializar como vendedora no varejo Redencionista de roupas e calçados (de produtos masculinos, femininos e infantis) é um trabalho, até o ano de 2017, exclusivamente para mulheres.

Carla revelou sua opinião sobre a questão da predominância do gênero feminino no comércio varejista de vestuário em Redenção:

“Enquanto no comércio varejista temos somente meninas, pois não podemos levar em conta um menino em uma loja masculina, que nem sei se ainda está lá e que estava por questões de amizade religiosa, pois conheço. Enquanto nós mulheres vamos para comércio varejista [de roupas e calçados] os rapazes que não migram para fábricas em Fortaleza, optam por supermercados, onde se trabalha por departamento e se tem carteira assinada, jornada de trabalho bem mais justa, mais tempo para ao menos mastigar em paz, nos supermercados eles tem carteira assinada, mas como caixa eu temia muito, por isso nunca fui e para ir tomar conta de um departamento, exemplo, departamento de cosméticos, tem de ter certo conhecimento, a jornada não é tão curta, mas é uma situação bem mais vantajosa do que ser comerciária, por isso acho que os meninos nem procuram lojas de sapatos e roupas, sem falar no machismo do interior”.

Ruth também opinou sobre o fenômeno. Vale ressaltar que essa é a versão da ex-comerciária sobre a predominância feminina, nesse caso, o que nos vale é o que ela conclui sobre o fato;

“Da forma como éramos tratadas e como todos ficam sabendo depois de um tempo, acredito, que os meninos nem procuravam esse emprego [comerciário] para não enfrentarem problemas maiores, eu não

acredito que homens de 16 anos iriam aceitar ganhar 200,00 reais mensais, ou 300,00 mensais, sem carteira assinada, sendo humilhados, sofrendo comentários desagradáveis todos os dias, sendo escrachados na frente de clientes, representantes e outros. Isso poderia até acarretar uma briga maior na loja, tipo, pancadaria mesmo, porque homens perdem a cabeça fácil. Sei que falando isso, parece que eles não merecem passar por tudo isso, mas as mulheres sim. Se pensarmos bem, nossa criação aqui é bem machista, nossos pais querem criar filhas submissas, tranquilas, até se falar alto é feio para o povo dessa cidade, acho isso um sofrimento, mas que aqui na cidade ocorre. Mas assim, a gente ficava lá planejando uma forma de sair, de se libertar, todas estamos na casa dos 27 – 30 anos, há 30 anos nossos pais eram bem mais fechados do que atualmente, hoje em dia nossos pais já falam em filhas formadas, professoras, assistentes sociais, mas antes aqui em Redenção, os pais queriam filhas trabalhando pra ajudar na subsistência, mesmo ganhando pouco e como a visão era antiga, eles achavam que os filhos homens podiam voar mais alto, sair de casa, trabalhar em fábricas, fazer curso pra algum concurso. Mas deixar uma filha sair da cidade pequena para Fortaleza era perigoso na visão deles, anos atrás”

Observa-se que na fala de Ruth, existe um conteúdo bastante machista, que é bem ressaltado segundo a mesma por muitos que ainda são conservadores e lidam de forma diferenciada com relação a homens e mulheres, de forma a coloca-los em lugares distintos, nos quais os homens são privilegiados, e isso vem sendo estudado como fenômeno a ser combatido.

Kelly fez uma comparação da situação de comerciários e comerciárias de Redenção e de Fortaleza, já que a mesma residiu alguns anos em Fortaleza, e essa análise da colaboradora foi muito pertinente:

“Quando residia em Fortaleza eu sempre ia à Casa Pio, e em outras sapatarias, lá encontrava tanto trabalhadores homens como mulheres, o que me fazia estranhar o que ocorria em Redenção, onde trabalhei como comerciária anteriormente. Eu observava que eles tinham cartões, sempre conversava com eles e com elas, me falavam que lá ganhavam comissão por vendas, isso para além do salário mínimo com carteira assinada que tinham, recebiam todos os direitos, tinham folgas, entre outras coisas que inexistem nas sapatarias redencionista. Comecei desde essa época, a ver que o trabalho como comerciária redencionista é muito negligenciado e como existe uma rotatividade de trabalhadoras, que entram e saem o tempo todo desses comércios, acaba que se espalha pela pequena cidade o que se passa ali, então isso pode ser uma explicação para que jovens menores e sem outras chances de trabalho, busquem o comércio ainda menores e se continuam é a necessidade, as dívidas que contraem ali, porque só precisa ter um salário, uma mixaria, para se ter dívidas”.

Rafaela apresenta em seu discurso traços semelhantes aos citados pelas ex-colegas de trabalho, somente com mais alguns acréscimos:

“Pelo tempo que tive de comerciária, que não foi pouco, eu nunca vi interesse nem da parte dos garotos em serem comerciários, nem vi interesse da parte dos comerciantes em contratar meninos, homens para trabalhar no comércio. Temos um caso isolado de um moço em uma loja de sapatos masculinos, mas ele trabalha apenas com produtos masculinos, já que a comerciante tem duas lojas, uma somente para mulheres e bebês e outra para homens, com mercadorias só para homens. Mas ele foi o primeiro que vi trabalhando em comércio, eu acho que os comerciantes preferem mulheres, não sei dizer por que, mas talvez devido a precariedade do trabalho os comerciantes devem temer que sejam levados pra justiça, sei lá, homens agem diferente. Nos comércios que passei até quem cobrava era a gente, e se tinha motoqueiro era um filho, o esposo da comerciante, ou mesmo um moto taxi. Vínculos de emprego com homens nunca presenciei em comércio de roupa e calçados de ambos os sexos”.

Por fim, Alice, como a quinta colaboradora, também contribuiu com sua opinião sobre o assunto:

“Os rapazes redencionistas, mesmo menores de idade, querem ter ao menos uma moto de baixo custo, por isso querem chegar a maior idade e se empregar em qualquer fábrica da capital para realizar o sonho da carteira de habilitação, de ter um transporte, mesmo que barato, porque se for demitido, pode ser moto taxi até mesmo em Redenção. Os rapazes, na maioria das vezes querem casar, alguns já têm mulher aos 18 anos e precisam de mais dinheiro, de um salário no mínimo. Não que a gente não queira um transporte, ou que não precisemos de um salário, mas isso não é a prioridade para meninas, já que temos dificuldades de sair de casa para outra cidade se não temos familiares em outros lugares, os rapazes racham um aluguel se não têm familiares, mas para moças isso é mais complicado devido ao machismo que vivemos ainda. Mas o que seria estranho para um homem em uma loja, seria a questão da limpeza, como: varrer, passar o pano no chão, limpar vitrine, isso ainda é muito visado como trabalho para mulher, a cidade é pequena e somos criadas para sermos donas de casa, zelar, limpar, essas coisas”.

As ex-comerciárias, elaboram de forma subjetiva, a resposta que cada uma achava viável a esse quadro de feminização da categoria comerciária varejista de vestuário do município de Redenção. Abramo (2007, p. 10) apresenta o termo *imagens de gênero*, que para esta “são as representações sobre as identidades masculina e

feminina que são produzidas social e culturalmente, e que determinam, em grande medida, as oportunidades e formas de inserção de homens e mulheres no trabalho”.

As imagens de gênero sobre homens e mulheres no trabalho são elementos fundamentais, portanto no processo de reprodução de desigualdades que continuam sendo observadas e vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras. [...] Os estereótipos relativos aos homens e mulheres no trabalho, que em geral desvalorizam a mulher como trabalhadora, continuam tendo forte permanência, a despeito das significativas mudanças que vêm ocorrendo em uma série de indicadores importantes do mercado de trabalho. As imagens de gênero são prévias à inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, ou seja, são produzidas e reproduzidas desde as etapas iniciais da socialização dos indivíduos e estão baseadas na separação entre o privado e o público, o mundo familiar e o mundo produtivo, e na definição de uns como *territórios de mulheres* e outros como *territórios de homens*. Por sua vez, essas imagens condicionam fortemente as formas (diferenciadas e desiguais) de inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho: tanto as oportunidades de emprego quanto as condições em que este se desenvolve (ABRAMO, 2007, p. 10 – 11).

Para além do gênero, do baixo salário para mulheres, há a questão da boa aparência e a questão da cor da pele, sendo que esta última não ficou definida na pesquisa devido as dúvidas das próprias ex-comerciárias em suas respostas sobre possível existência de preconceito, ou não, pois as colaboradoras relataram que negras eram aceitas no comércio, entretanto, elas observavam que as negras comerciárias sempre seguiam um padrão de beleza semelhante em comércios distintos, a comerciária tinha de ter boa aparência, segundo a fala das entrevistadas.

“Tinha negra comerciária sim, mas sempre eram negras bem chamativas, assim, bonitas, corpo bonito, sorriso branco e largo, se tinham cachos eram definidos, bem cacheados mesmo, na minha compreensão não existia preconceito com cor e sim com aparência física, tinha de ser bonita, mas algumas colegas minhas de trabalho achavam que existia preconceito sim, então fica uma questão aberta, para mim não existia, para outras sim, existia” (Rafaela, Ex-comerciária).

Em relação à cor da pele das entrevistadas; 2 se auto definiram como negras; 2 como brancas e 1 como parda. Porém, assim como Rafaela, Kelly também apresentou a mesma opinião sobre a contratação de negras, segundo Kelly não era raro ver mulheres negras no comércio, porém, as que ela conhecia eram negras, sempre dentro de um mesmo padrão de beleza exigido pelos comerciantes, com traços afilados, dentes

brancos e alinhados. Foi possível perceber que com relação a essa questão as entrevistadas não sabiam se caracterizavam o que vivenciaram como preconceito racial, ou não.

Diniz (2014) é categórica e afirma racismo sim com relação às comerciárias, segundo os seus estudos de doutorado com mulheres comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte.

Presumo que esse dado, referente ao marcador social “cor da pele”, está inteiramente imbricado ao denominado “critério de boa aparência”, o qual mesmo sendo proibido pela justiça brasileira, ainda é utilizado de forma recorrente pelos (as) empregadores (as) para o acesso ao trabalho no comércio. A exigência de determinados padrões estéticos (cor de pele, por exemplo), para se adequar às demandas do mercado de trabalho põe a nu o preconceito racial que perpassa o espaço social e abrange o cotidiano dos sujeitos, em especial as mulheres negras, inclusive os dados divulgados pelo IBGE demonstram que essa era uma afirmação que para muitos (as) brasileiros (as) era extremamente “radical” e desprovida de “base” (DINIZ, 2014, p. 26 – 27).

Diniz (2014) deixa explícito o preconceito do século XXI, quando afirma que não há novidade alguma, pois historicamente o processo de ascensão da mulher negra na sociedade foi e permanece a ser árduo, sobretudo, quando os espaços em disputa são postos de trabalhos tidos como “superiores” e que demonstram prestígio e *status* social. O que nem chega a ser o caso de um trabalho informal, como o das comerciárias. Acrescenta-se a isso, as dificuldades vividas por esse segmento da população (mulheres, negras e pobres) que sofre uma tripla discriminação/opressão de gênero, raça e classe, tendo em vista que a maioria da população negra em nosso país é pobre. Percebe-se como atual a reedição das desigualdades raciais no Brasil, um racismo estrutural que toma sua forma mais mísera e segregadora à medida que se avançam as lutas coletivas pela minimização, ou mesmo a superação das inúmeras formas de exploração, discriminação e violência para com esse segmento específico. O “chicote” permanece a ser utilizado pelo viés da violência verbal, física e psicológica, pelas mãos de “feitores (as)” que jogam bananas, que imitam macacos, os seguranças na sua maioria negros (as) que seguem seus semelhantes pelas lojas dos *shoppings centers*, as redes sociais, as escolas, os trotes universitários, dentre outras inúmeras expressões a que estão sendo cotidianamente coagidos e explorados milhares de negros e negras no país (DINIZ, 2014, p. 27 – 28).

“Como trabalhadora do comércio na época, eu vi muita coisa, eu sou negra, mas vi muita negra ser dispensada assim que se apresentava, às vezes tinha vaga, tinha necessidade, principalmente nos meses de setembro que é festivo e no mês de dezembro. Mas a comerciante, a dona tinha seu próprio critério de beleza e era para aceitar ou dispensar mesmo, pra ser sincera eu penso assim, na cabeça da dona do estabelecimento ser negra não era problema, o problema era não ter os traços que ela buscava na pessoa, traços físicos mesmo, tinha de ser bonita nos olhos dela, a partir daí eu não sei te explicar, que critério era esse” (Kelly, ex-comerciária).

Mediante as entrevistas, para que uma jovem venha ter maior possibilidade como comerciária no município de Redenção o que predomina é a beleza, para que ocorra, ou não, a contratação (sendo que este padrão de beleza é subjetivo, do próprio comerciante). Pelos dados coletados, as ex-comerciárias afirmavam que para além da cor da pele, o que tinha maior peso era a aparência física. Dessa forma, foi possível perceber certa dificuldade da parte das entrevistadas em afirmar racismo declarado, ou não.

## **2. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE EX-COMERCIÁRIAS DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO**

Antunes e Alves (2004) ressaltam que é evidente que a classe trabalhadora atual não é idêntica àquela de meados do século passado, porém, não perdeu seu sentido estruturante, nem está em extinção. Como pode-se observar a partir dos depoimentos das ex-comerciárias e de um arcabouço teórico que versa sobre o trabalho no setor de comércio, o que vem ocorrendo com a classe trabalhadora não é a extinção e sim algo diferente e de alta complexidade e exploração sobre a classe pobre que precisa trabalhar. O foi observado com relação as colaboradoras, é que o desemprego estrutural vem se alastrando, mas paralelamente a ele, vem a precarização do trabalho com o trabalho informal, no qual a trabalhadora comerciária sem carteira assinada trabalha, mas permanece sem pagamento de seguridade, sem formalidade e com isso, é como se essa estivesse desempregada também, embora esteja trabalhando e com uma longa jornada de trabalho por um ínfimo salário. Então o que é vivenciado não é uma extinção dos trabalhadores, mas uma maior expropriação destes no ambiente de trabalho.

A categoria deste estudo encontra-se bem desenhada no pensamento de Mészáros (2006, p. 27), quando o autor afirma que nenhum setor do trabalho está imune à miséria desumana do desemprego e do trabalho temporário que, em algumas línguas é chamado de precarização, mesmo com a deturpação que vem sofrendo ao ser nomeado de emprego flexível.

O novo regime de acumulação e produção, caracterizado por processos de trabalho, mercados e demandas flexíveis, nos coloca diante de um quadro que constitui uma real novidade tanto do ponto de vista prático como teórico. A transição do fordismo para acumulação flexível e todas as transformações culturais associadas ao nosso presente merecem uma análise detalhada e atenta, e ao mesmo tempo [...] devemos tentar avaliar a profundidade dessas mudanças, para não incorrerem no equívoco de pensar na não centralidade do trabalho (SANTOS, 2010, p. 75).

Pialarissi (2017, p. 3 - 4) explica que a precarização do trabalho tem como características centrais, a falta de regulamentação e à perda de direitos trabalhistas e sociais, através do incentivo à legalização dos trabalhos temporários e da informalidade do trabalho, o trabalho se estilhaça cada vez mais na terceirização e na sua flexibilização. Um fator importante na busca de uma visão totalizante é a categorização da precariedade do trabalho decorrente da quebra de vínculos empregatícios ou de sua descentralização, incluindo a intensificação de outras condições de trabalho que prejudicam o desempenho do trabalhador, a exemplo da intensificação da jornada de trabalho, a redução salarial, a desproteção, a desregulamentação, os empregos terceirizados e a descontinuidade do trabalho.

A luta pela redução da jornada ou tempo de trabalho deve estar no centro das ações do mundo do trabalho hoje, em escala mundial. Trata-se de lutas pela redução do trabalho visando, no plano mais imediato, minimizar o brutal desemprego estrutural que é consequência da lógica destrutiva do capital e de seu sistema: de reduzir a jornada ou o tempo de trabalho para que não prolifere ainda mais a sociedade dos precarizados e dos desempregados [...] O direito ao trabalho é uma reivindicação necessária não porque se preze e se cultue o trabalho assalariado, heterodeterminado, estranhado e fetichizado (que deve ser radicalmente eliminado com o fim do capital), mas porque estar fora do trabalho, no universo do capitalismo vigente, particularmente para a massa de trabalhadores e trabalhadoras (que totalizam mais que dois terços da humanidade) que vivem no chamado Terceiro Mundo, desprovidos completamente de instrumentos verdadeiros de seguridade social, significa uma desefetivação, desrealização e brutalização ainda maiores que as já

vivenciadas pela classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2011, p. 113 – 114).

Carla, como ex-comerciária relatou que sofria ameaças constantes de ficar desempregada e denuncia em sua fala, as situações de vulnerabilidades que vivenciou enquanto comerciária em Redenção – CE. A ex-comerciária e colaboradora da pesquisa afirma que tinha salário de cem reais mensais, alimentava-se mal e que a má alimentação explica-se devido à limitação do tempo, entre outros aspectos; relatou também que as ameaças de desemprego ocorriam quando ela precisava faltar por motivos de doença ou quando não se comportava como era esperado. Na fala abaixo ela expõe a respeito de como pensa as condições das comerciárias no ano de 2017 e expõe sua vivencia em 2008:

“Olha, com relação a não ter ocorrido muitas mudanças com as comerciárias atualmente, em 2017, não me assusta [...] se essa for a conclusão da pesquisa, pois eu acredito que tem lojas aqui em Redenção, que não é isso de 100,00 reais de salário não, mas até duzentos e cinquenta, talvez um pouquinho mais. Mas acredito que ainda aconteçam casos semelhantes, inclusive na loja em que eu trabalhei no passado, a primeira loja, pois não para uma comerciária lá até hoje, entra em uma semana e sai na outra [...] eu acredito que as exigências continuam as mesmas e o salário não continua o mesmo, mas deve ter aumentado pouca coisa. Até pela pessoa que ela é e foi como patroa, ela corta de duas formas, faca de dois gumes, foi “boa” [gesticula com os dedos aspas] pra mim porque eu tive muito aprendizado, mas, [...] no aspecto de ameaça de desemprego, de baixo salário, e [...] jornada de trabalho esticada, alimentação péssima, nesses aspectos, infelizmente eu não tenho como passar a mão na cabeça dela. Porque era muito trabalho pra pouco dinheiro e não tinha o trabalho reconhecido... e eu, é [...] claro que mesmo agora, concludente de curso superior, a minha realidade é diferente, mas creio que a realidade das comerciárias redencionistas é uma realidade que tá longe de ser mudada” (Carla, Ex-comerciária).

Druck (2011, p. 43) ressalta a importância dos desempregados para o capital, como forma de mais um perigo ao que se encontra em situação de subemprego, afinal, ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum.

Pois a demanda de jovens meninas redencionistas que almejam trabalhar é bem maior que a oferta de trabalho nos comércios, mesmo em situações precárias. Aplicamos aqui, de forma generalizada, o que Marx e Engels expuseram acerca da função política

principal do exército industrial de reserva<sup>7</sup>, qual seja: a de criar uma profunda concorrência e divisão entre os próprios trabalhadores e, com isso, garantir uma quase absoluta submissão e subordinação do trabalho ao capital, como única via de sobrevivência para os trabalhadores. Essa foi a explicação com maior veracidade constatável que as colaboradoras elaboraram como resposta à questão de não se impor contra as irregularidades, como relatou Ruth, ex-comerciária:

“[Fato que sempre ocorria] Eu e as meninas ali trabalhando e vinha outras moças colocar currículos lá na loja, isso era muito ruim pra gente, o nosso patrão fazia questão de mostrar aqueles papéis como troféus, era como jogar na nossa cara que reclamar seria perder o emprego na hora” (Ruth, ex-comerciária).

A preleção de Rafaela, que foi comerciária de 2002 até 2017, tornando-se ex-comerciária somente em setembro de (2017), vem ratificar o que Carla relatou sobre a possibilidade de pouquíssimas mudanças no cotidiano das comerciárias futuramente, a mesma relata que nada mudou até 2017:

“Trabalhei no comércio varejista com roupas e calçados femininos e masculinos de 2002, [ainda menor] até esse mês de setembro, quando me cansei de tanto esperar pelo aumento salarial prometido e nada. Em 2017, você recebe 400,00 reais para trabalhar de domingo a domingo e ter de fazer tudo na loja sozinha, era muito trabalho para pouco dinheiro, eu tenho filha e preciso de mais para me manter e manter ela, mas confesso que trabalhar no comércio redencionista sempre foi assim, trabalhei em várias lojas, para vários comerciantes e sempre foi assim, nada de um salário e muito trabalho. E como não temos muitas oportunidades em Redenção, quando saí do meu último trabalho, no outro dia já tinha uma juvenzinha no meu lugar, eles se aproveitam da nossa carência” (Rafaela, ex-comerciária).

Para Goulart (2012) a existência da população excedente de força de trabalho é parte constitutiva da dinâmica capitalista como alavanca da acumulação de capital, pois a demanda de trabalhadores desempregados ou com trabalhos irregulares realiza uma pressão sobre o preço da força de trabalho, diminuindo seu valor e, conseqüentemente, aumenta a mais-valia. Esta relação entre a população excedente e a valorização do

---

<sup>7</sup> Em “O Capital” v. I capítulo XXIII, Marx (2013) ressalta a importância da população trabalhadora excedente, tanto como necessária a acumulação capitalista como produto dessa acumulação e desse desenvolvimento da riqueza, de modo que, o exército industrial de reserva pertence ao capital de tal maneira como se este o tivesse criado por conta própria, pois, este exército fornece necessidades variáveis de valorização o material humano, disponível para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (p. 707).

capital, que tem como um dos elementos a realização de trabalhos irregulares não vinculados diretamente à produção da mais-valia, sempre esteve presente no movimento da força de trabalho disponível para o capital e se manifestava como supérflua, às margens da gestão da força de trabalho fabril.

Para Alves (2010) com as transformações no mundo do trabalho, ocorreu à aparição de contingentes de novos excluídos sociais, desempregados estruturais ou subproletários tardios, que se tornaram patentes entre jovens. Deste modo, brota um novo proletariado industrial, complexo e heterogêneo, cuja redução numérica em seu centro produtivo alarga-se a ocultar sua expansão periférica, interpenetrada por integrações de subcontratação industrial e de serviços, vale dizer, um neoproletariado pós-moderno com estatutos sociais precários.

Mészáros (2006) deixa evidente que a precarização do trabalho, como o desemprego em esfera global, teria sido previsto como superável, assim como também todos os males sociais conhecidos, até mesmo nos lugares mais subdesenvolvidos, a falácia anunciava que tais males seriam superados pela modernização, e em conformidade com o modelo americano. Entretanto, o autor coloca essa afirmação como um erro da teoria do desenvolvimento. (MÉSZÁROS, 2006, p. 32)

Ao escrever sobre as transformações no mundo do trabalho, Antunes (2011, p. 47) relata que o mais brutal dessa transformação foi à expansão sem precedentes do desemprego estrutural na era moderna, que nos atinge em escala global. Sendo assim, não deixa de ser um dos fatores que justificam a contratação de jovens comerciárias, entre 16 e 17 anos de idade no comércio varejista da cidade de Redenção, fato que é justificado por elas como suportável pela necessidade, mesmo sendo um trabalho sem nenhum direito assegurado:

“eu comecei a trabalhar no comércio eu tinha dezesseis anos, [...] eu tinha dezesseis anos foi no ano de dois mil e dois. É... é isso mesmo, na época eu cursava o ensino médio, comecei muito nova, entrava no comércio sete horas da manhã e saía às dezoito e trinta/dezoito e quarenta e de lá já ia diretamente pra aula muito cansada quase não resolvia nada, mas enfim, é uma questão muito corrida [...] a situação é realmente muito difícil, muito complicada, não era registrada, não tinha carteira assinada, até por ser menor, não tinha como. Foi somente depois de uma fiscalização ter passado no comércio, já maior de idade, que o proprietário resolveu assinar minha carteira na época com meio salário como se eu trabalhasse meio expediente, mas não era só meio expediente era, como eu já frisei, das sete da manhã até as dezoito e trinta e a carteira era registrada apenas como meio salário contando que eu trabalhava o dia todo e não tinha os direitos, só a

carteira com meio salário. A palavra certa para a não resistência e a aceitação dessa condição é a necessidade, o medo, medo do desemprego, porque pior que estar ali, seria não ter nada pra receber no fim do mês, justamente pela necessidade” (Ex-comerciária Kelly 2002 - 2004).

Vasapollo (2005) critica a atual conjuntura do capital global, na qual o trabalho está continuamente perdendo mais direitos e garantias sociais, segundo o autor, tudo se resume em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade, o trabalhador precarizado se encontra, ademais, em um limite incerto entre ocupação e não ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais.

Das cinco entrevistas realizadas, todas as colaboradoras iniciaram como comerciárias na faixa etária de idade de (16 - 17 anos), todas relataram que a necessidade, o medo do desemprego e a valorização do trabalho perante a sociedade, foram os suportes para lidarem com as precariedades das condições de trabalho no comércio, sem resistência alguma e com submissão, relataram também, unanimemente, que o ponto positivo de ser comerciária é a aprendizagem e a socialização.

“Não tem como se revoltar sabendo no que vai dar e principalmente quando você precisa trabalhar, sabíamos que se fôssemos demitidas seria mais uma briga em casa, pois depois de certa idade, se você quer um sapato, trabalhe e compre! Essa era nossa regra em casa” (Kelly, ex-comerciária).

As comerciárias redencionistas estão postas na conjuntura do capital, segundo Antunes (1999), como classe-que-vive-do-trabalho, na esfera da circulação do capital. É importante compreender que para Antunes (1999, p. 102) a classe-que-vive-do-trabalho, é a classe trabalhadora que hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos – mas essa classe trabalhadora engloba também os trabalhadores improdutivos [comerciárias], aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para o uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia.

Alves e Antunes (2004, p 336 - 341) definem a classe-que-vive-do-trabalho como a classe que é composta por despossuídos dos meios de produção, e apresenta nove tópicos como sendo suas principais tendências desse novo cenário das mudanças

no mundo do trabalho, um mundo agora heterogêneo, mais fragmentado e complexificado e que segundo Alves e Antunes (2004) trazem em si esses nove aspectos cruciais:

- (1) Os autores (2004) apontam como primeira tendência, que a *classe-que-vive-do-trabalho* nesse cenário de mutações trabalhistas, apresenta formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais (p. 336).

Essa primeira tendência, ou apontamento, liga-se com facilidade as declarações das entrevistadas, onde se evidencia que as ex-comerciárias entrevistadas viveram situações de informalidade e em trabalho precarizado, como subcontratadas e com longas jornadas de trabalho:

“Eu trabalhei apenas em um único estabelecimento varejista, de 2006 há 2009, lá apenas se tinha hora certa pra entrar no trabalho, horário de saída nunca era cumprido, deveria ser de 7h da manhã às 19h da noite, mas na maioria dos dias saíamos 19h40min e até mesmo às 20h, isso, sem falar nos meses de festa na cidade, nesses meses, setembro por exemplo, a saída era as 22h, porque vendíamos, depois tínhamos de fechar o caixa, dar baixa nas mercadorias, e tudo deveria bater direitinho, se faltava centavos, ninguém saía, até descobrir porque faltou aquelas moedinhas, muita desconfiança, não acha?! [...] Nos domingos era pra entrar as 6h da manhã devido a feira de domingo e a saída também era uma incerteza, lembro que em alguns domingos saía as 13h ou 14h, esgotada, irada” (Alice, Ex- comerciária, 2006-2009).

- (2) Como segunda tendência, Alves e Antunes (2004) trazem o aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado. São os terceirizados, subcontratados, sendo que as ex-comerciárias eram subcontratadas, já que as mesmas declararam que não havia nenhuma garantia, caso perdessem o emprego.

Vale destacar que em Redenção não existe proletariado fabril, por não existir fábricas na cidade. O discurso negativo sobre essa falta de fábricas e de oportunidade como proletariado fabril no município redencionista aparece com clareza na fala de uma

ex-comerciária. Esse fenômeno é compreensível, pois mesmo que a vida do proletariado fabril não seja nada fácil, para quem vive como subproletariado no setor de serviço comercial, como subcontratada e com a negação de todos seus direitos, qualquer situação com o mínimo de segurança lhe pareceria melhor, como nos diz Alice, colaboradora da pesquisa:

“[...] tinha época que a gente contava todas as mercadorias, a dona do estabelecimento chamava isso de balanço mensal, pois acontecia mensalmente, era a pior época em nível de estresse total. Sabe, todo candidato a prefeito falava em fábrica, em empresas, toda campanha política era a mesma história, só alimentava as esperanças das comerciárias da minha época, das que já eram maiores de idade, pois quem não quer trabalhar com carteira assinada? Com décimo, com férias, com tempo pra comer? Os meninos da cidade quando ficam maior de idade, uma boa parte migra ali para Pacatuba, Pajuçara, Maracanaú, Industrial e Fortaleza. Olha, em fábricas é um salário mínimo, mas tem os direitos e se sair tem tudo arrumadinho direitinho, isso é o que meu irmão me disse e muitas meninas saem de Redenção também, para Marissol” (Alice, ex-comerciária, 2006).

- (3) Alves e Antunes (2004) explanam também, a expansão do trabalho feminino que veio como um movimento inverso quando se trata da temática salarial, na qual os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais:

Nesse terceiro ponto, observa-se a questão do gênero, salarial e de direitos, é uma verdadeira juntada de tudo aquilo que ocorre com as comerciárias de Redenção, como foi constatado até o ano de 2017, salário aquém do salário mínimo, predominância de jovens meninas iniciantes no mercado, sem carteira assinada, entre outras vulnerabilidades trabalhistas.

Antunes (2011, p. 119) quando se refere ao labor feminino, diz que a mulher trabalhadora é duplamente explorada pelo sistema capitalista, tanto no espaço produtivo quanto no espaço reprodutivo. Além de atuar crescentemente no espaço público, fabril e de serviços, ela realiza centralmente as tarefas próprias do trabalho doméstico, algo que é de certa forma, culturalmente exigido das mulheres, que sejam boas mães, boas donas de casa, boas esposas e por fim inseridas no mercado de trabalho, garantindo a esfera da

reprodução societal, esfera do trabalho não diretamente mercantil, mas indispensável para a reprodução do sistema de metabolismo social do capital.

“Como comerciária em 2017, mãe de família, tendo uma filha, eu sofria muitas cobranças, não tinha tempo para minha filha, somente nos domingos à tarde, já chegava em casa muito cansada, era difícil ajudar na educação da criança, que já passava maior parte do tempo com minha família, força para cuidar de casa não tinha, mas tinha de colaborar, tudo isso apagava minhas esperanças de mudança de vida, residir em Redenção não é fácil quando o assunto é trabalho” (Rafaela, ex-comerciária, 2002-2017).

- (4) Os autores Alves e Antunes (2004) também analisaram o aumento dos níveis de sindicalização dos assalariados médios como sendo a quarta das principais tendências das mutações sofridas na alteração do mundo do trabalho, ampliando assim, o universo dos (as) trabalhadores (as) assalariados (as), na nova e ampliada configuração da classe trabalhadora (p. 338).

É necessário deixar claro que esse aumento de sindicalização são para assalariados médios, o que não se refere as ex-comerciárias. Nesse quarto ponto, foi averiguado que, como as ex-comerciárias se encontravam inseridas no trabalho informal, como subcontratadas, soma-se a essa retirada de direitos a falta da organização sindical, a sindicalização da categoria não existia até o fim de 2017 no município de Redenção e em nenhum município vizinho.

O rebaixamento salarial, a degradação das condições de trabalho, de moradia, de vida de uma forma geral, a ineficácia das credenciais educacionais e as dificuldades do mercado de trabalho são fatores sobredeterminados naquela conjuntura de crise que contribuíram para a inserção ou renovação de alguns setores médios na luta sindical. O movimento sindical brasileiro, que havia experimentado um intenso ativismo na década de 80, vive hoje um refluxo. Este refluxo não se deve somente à reestruturação produtiva e suas consequências, desemprego, precarização das condições de trabalho para o trabalhador brasileiro. Mas deve-se também à crise político-ideológica pela qual passa o próprio movimento sindical e o movimento operário e socialista em escala internacional, retraídos pela hegemonia neoliberal. Apesar deste refluxo, o sindicalismo constitui um dos movimentos sociais organizados mais consistentes, cuja vitalidade se expressa nas lutas de resistência que algumas categorias vêm fazendo diante da política

neoliberal. No Brasil, a prática sindical comerciária tem se caracterizado senão por uma ausência quase absoluta (TRÓPIA, 2010, p. 81 - 83).

Alves (2000) ressalta que é justamente nesse quadro de mudanças de crises estruturais que o sindicalismo também entra em crise, que os sindicatos surgem como neocorporativistas, esses, são invenções de mudanças políticas e ideológicas ocorridas nos sindicatos de classe, o que reflete em políticas sindicais de colaboração com o capital.

“Como já falei, trabalhei de 2002 até setembro de 2017, e de lá para cá, confesso, nunca ouvi falar de sindicato de comerciárias, não mesmo. Nem em Baturité, nem em Redenção, em nenhuma cidade do Maciço. Eu acredito que para população de Redenção isso é natural, trabalhar em loja e ter a carteira assinada, mas sem direitos, ou sem ser assinada, sendo menor, para o povo o que vale é trabalhar, muitos pensam assim e quando fui pedir minha demissão em 2017, fui criticada em casa, ficar desempregada é um terror em plena crise. Quando você é demitida, você pode recorrer à justiça caso você tenha direitos quando tem carteira assinada, ocorreu comigo em um estabelecimento, mas eu ganhei na justiça, somente na justiça porque eu perdi muito durante meses, pois a dona do estabelecimento que teve de pagar uma quantia pra mim sujou minha carteira e ainda fez uma divulgação do meu nome pros demais comerciantes, para não me contratarem, pois isso seria perigoso, eu entraria na justiça contra eles, mas mesmo assim continuei como comerciária, mas perdi muito, pois quando era demitida não podia recorrer à justiça. E sindicato pra apoiar não existe, todas sabem (Rafaela, ex-comerciária, 2002 – 2017).

- (5) Como quinta característica, temos a crescente exclusão dos jovens que alcançaram a idade de entrada no mercado de trabalho e que, sem probabilidade de emprego, acabam muitas vezes aumentando progressivamente as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural (ALVES & ANTUNES, 2004, p. 339).

O quinto ponto é uma descrição muito bem delineada da situação apresentada pelas ex-comerciárias varejistas, já que as mesmas declaram que o comércio varejista agrega um grande número de meninas que iniciam a vida no mercado de trabalho ainda menores de idade, o que em muitos casos justificam as ilegalidades e a precarização do trabalho. Embora os autores relatem sobre jovens que aderem a trabalhos precários por atingirem a idade propícia para o mercado e não encontrar oportunidades legalizadas, o

caso das ex-comerciárias redencionistas nos mostram o nível de necessidade que essas jovens apresentavam na época, pois ainda eram menores quando foram subcontratadas. As queixas das entrevistadas envolvem a precariedade e a intolerância no ambiente de trabalho, isso era para algumas delas mais doloroso do que ter de trabalhar ainda menores de idade:

“O problema não era trabalhar sendo menor de idade, até porque fui eu, pela minha necessidade que busquei emprego, e foi em lojas porque é o lugar mais fácil em Redenção para moças jovens. Então, o problema é trabalhar de 7 h da manhã às 19h30min/19h, de domingo a domingo, tendo somente a tarde de domingo pra fazer algo diferente. Quem vai conseguir estudar, ou pensar em algo melhor nessa vida de tanto trabalho e pouco dinheiro, era tão mal remunerado nesse trabalho, que tinha mês que recebia uma miséria e outra parte era descontado em minha conta, até porque eu comprava roupas e calçados para mim no estabelecimento de trabalho, eu vivi trabalhando em comercio varejista, e afirmo com certeza, que nosso maior problema é não ter tempo para nada além do trabalho e do cansaço físico e mental” (Rafaela, ex-comerciária, 2002 – 2017).

- (6) A exclusão dos trabalhadores considerados idosos pelo capital é apontada como sexta tendência desse mundo de mutações trabalhistas, pois com a idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho. Somam-se, desse modo, aos contingentes do chamado trabalho informal, aos desempregados, os “trabalhos voluntários” etc. (ALVES E ANTUNES, 2004, p. 339).

Entre os relatos das entrevistadas, observou-se a presença de meninas jovens, não se fala de idosas como comerciárias no município de Redenção – Ceará. Não relataram nada com relação a mulheres mães de mais de um filho, de comerciárias casadas, as entrevistadas afirmaram que os comerciantes preferiam jovens, com total disponibilidade, caso a jovem fosse casada e com filhos, alguém teria de cuidar dessa família, pois a jovem senhora deveria dedicar-se a vida de comerciária:

“Iniciei meu trabalho no comércio em 2008, era menor de idade, jovem, como as demais, a busca era por jovens, de boa aparência, até hoje no ano vigente de 2017 se você passear pelas lojas redencionistas você só encontra meninas jovens nas lojas, eu não sei explicar bem esse fenômeno, mas asseguro que ele ocorre no município redencionista, é algo que tento compreender [...] a comerciante, minha patroa, sempre nos ameaçava de perder o emprego alegando que

muitas jovens queriam estar ali, dizia que aquele estabelecimento era o melhor lugar pra se trabalhar na nossa idade, que na Redenção não tinha outro lugar melhor, que tínhamos bom salário para nossa idade, que se pagava bem ali, dentre outras coisas, mas nós sabíamos que não era verídico, mas pela precisão, por necessidade de comprar uma sandália, uma roupa que nossos pais não podiam nos conceder, nos submetíamos a isso tudo, fingíamos que ela estava certa. Muitas amigas nossas, também ainda menores, trabalhavam, algumas já tinham de um a dois filhos e maridos cruéis [...] e isso nos deixava mais confortáveis trabalhando e com medo de viver aquilo que muitas amigas viviam, queriam trabalhar e ninguém queria aceitá-las, pois não teria como contratar uma mulher com filhos” (Carla, ex-comerciária, 2008).

- (7) O “Terceiro Setor” acaba, em resultado de sua próxima gênese e configuração, cumprindo um papel funcional ao mercado conforme explanação de Alves e Antunes (2004), uma vez que agrupa parcelas de trabalhadores desempregados pelo próprio processo do sistema capitalista. Estes seres humanos se vêem não mais como desempregados, inteiramente excluídos, mas realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social e útil. O aumento do terceiro setor é um incremento direto da compressão do mercado de trabalho industrial e de serviços, num quadro de desemprego estrutural. Esta forma de mão-de-obra social é movida predominantemente por valores não-mercantis, tem tido certa expansão, por meio de trabalhos efetivados no interior das ONGs e de outros organismos ou associações parecidas. Porém, os autores ressaltam que para o terceiro setor trata-se, entretanto, de uma alternativa muito limitada para contrapesar o desemprego estrutural, não se instituindo, em nosso entendimento, uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista. Por tratar-se de um trabalho de caráter voluntário, em meio nossa situação socioeconômica o “terceiro setor” torna-se fragilizado (p. 339 -340).

De certa forma, o trabalho voluntário é mais um dos desdobramentos da precarização e das mazelas postas pelo capital, servindo-lhe como válvula de escape para uma parte dos trabalhadores que querem sentir a sua utilidade no mercado de trabalho. O que não vem a ser uma realidade redencionista, pois a estrutura socioeconômica do município não possibilita essa formatação de trabalho, caso exista, não conseguimos detectá-lo no cotidiano redencionista, já que este é desprovido de

filantropias. E este também não é o objeto deste trabalho.

(8) A expansão do trabalho em domicílio é a oitava tendência segundo Alves e Antunes (2004). Permitida pela desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas. Por meio da telemática, com a expansão das formas de flexibilização e precarização do trabalho, com o avanço da horizontalização do capital produtivo, o trabalho produtivo doméstico vem presenciando formas de expansão em várias partes do mundo. Sabemos que a telemática (ou teleinformática) nasceu da convergência entre os sistemas de telecomunicações por satélite e por cabo, juntamente com as novas tecnologias de informação e a microeletrônica, possibilitando enorme expansão e a aceleração das atividades das transnacionais. Desse modo, o trabalho produtivo em domicílio mescla-se com o trabalho reprodutivo doméstico, aumentando as formas de exploração do contingente feminino.

(9) E por fim, a transnacionalização do capital e de seu sistema produtivo, a configuração do mundo do trabalho é cada vez mais transnacional. Com a reconfiguração, tanto do ambiente, quanto do tempo de produção, novas regiões industriais surgiram e muitas esvaneceram. Com isso veio o surgimento súbito, por exemplo, de carros mundiais praticamente substituindo o carro nacional. (p. 341);

Ao atentar para a transnacionalização, isso está presente nos produtos e tendências de alguma forma. Dos três últimos apontamentos feitos por Alves e Antunes (2004), fica explícito que a divisão internacional do trabalho está presente em qualquer parte do mundo em menor ou maior intensidade, sendo assim, as comerciárias não podem fugir desse princípio.

Porém, com relação ao uso de tecnologia no cotidiano de trabalho em si, as entrevistadas relataram que nos comércios varejistas de roupas e calçados no máximo se tem um computador e em poucos estabelecimentos, e aqueles que possuem computadores (um, no caso), não tem internet, apenas uso de planilhas e outras ferramentas, as dívidas dos clientes ficam em fichas, dentro de fichários, em notas promissórias, nada que venha envolver tecnologia, computadores, somente para balanço

e preços de mercadoria. E que o uso do celular era limitado e tinha monitoramento por câmeras de segurança, essa era a única tecnologia que elas recordaram:

“Eu era a única de carteira assinada, na loja em que trabalhei, na terceira loja, mas minhas colegas de trabalho sabiam, porém, não sabiam quanto eu recebia, porque elas só recebiam 300 reais, em 2008. Tínhamos muito trabalho porque, limpávamos, organizávamos promissórias, contagem de mercadorias, no fim do dia tinha prestação de contas e tudo era monitorado por câmeras de segurança, até a pequena cozinha aonde comíamos, isso era estranho, tinha câmeras por todos os lados, ele [patrão] queria segurança contra ladrões, mas também era uma tecnologia que nos monitorava. Não existia computadores lá, somente no local aonde ele ficava averiguando a movimentação por meio das câmeras, é terrível você está sempre sendo vigiada pelas câmeras, então posso afirmar que não tínhamos tecnologias a nosso favor, mas sempre contra nossas vidas insuportáveis, podem até dizer: “mas você tinha carteira assinada como um salário em 2008”, sim, tinha, mas sem nenhum direito, e se chegasse fiscalização eu deveria mentir, falar que tomava conta de tudo sozinha e nunca tive décimo, férias? Nem pensar! O comerciante sempre teve uma funcionária com carteira assinada e um salário na loja dele, mas sem direitos, isso pra burlar fiscalização e para que essa comerciária de carteira assinada, resolvesse de tudo que era burocrático. E voltando para tecnologias, eu lembro que nem no celular podíamos falar, era uma briga, celular não era proibido de estar no bolso, mas não podia falar mais de 5 minutos, era pra emergência, enfim nada que nos beneficiasse valia ali” (Ruth, ex-comerciária, 2008).

Quando tantas formulações vêm assegurando a perda da validade analítica da noção de classe, nossa designação almeja enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser. Portanto, antagonicamente, aos autores que defendem o fim das classes sociais, o fim da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* apetece dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha à classe trabalhadora dos dias de hoje, apreender sua efetividade, sua processualidade e concretude (ANTUNES, 1999, p. 101).

Vale ressaltar que o comerciante mesmo que este esteja sempre no seu comércio, ele visa o lucro e compra a força de trabalho das comerciárias, sendo assim, ele não está inserido na classe-que-vive-do-trabalho, pois o comerciante é o dono da propriedade privada, do capital monetário empregado, lucro e das mercadorias. Mas, se este comerciante não dedicar seu tempo ao comércio, sendo um servidor público na maior parte do tempo, ele já fica em nova configuração, entra como classe-que-vive-do-

trabalho, já que ele compra força de trabalho, mas vende a sua força de trabalho ao setor público.

É óbvio que sua condição é mista, ele difere das comerciárias redencionistas, essas somente pertencem à classe-que-vive-do-trabalho, já que trabalham para o comerciante de domingo a domingo e não podem ter outro trabalho, pois toda sua força de trabalho é exclusivamente do comerciante em longas jornadas de trabalho:

...A classe-que-vive-do-trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia. São aqueles, que segundo Marx, o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca. O trabalho improdutivo abrange um amplo leque de assalariados, desde aqueles inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos etc., até aqueles que realizam atividades nas fábricas, mas não criam diretamente valor (ANTUNES, 1999, p.102).

Segundo Navarro e Padilha (2007), foram marcantes as transformações ocorridas no mundo do trabalho na virada do século XX para o XXI e o crescimento em escala mundial do desemprego é, certamente, a face mais perversa deste quadro. Foi constatado que, apesar de todo o desenvolvimento científico e tecnológico, de todas as importantes inovações operadas na base técnica dos processos produtivos, houve pouco alívio na labuta humana. Tais mudanças no conjunto da economia e da sociedade resultante da reestruturação produtiva ganhou maior visibilidade a partir dos anos 1990 e acabou por intensificar a exploração da força de trabalho e precarizar o emprego.

Para Antunes e Alves (2004), a classe trabalhadora no século XXI, em tempo de globalização, é mais estilhaçada, mais heterogênea e mais diversificada. Para os autores, neste processo, ocorre um dano expressivo de direitos e de sentidos, em acordo mútuo com o caráter destrutivo da sociedade do capital. O controle do capital tornou o trabalho ainda mais precarizado, por meio das múltiplas formas da atualidade, de subempregado, de desempregado, energizando os níveis de exploração para aqueles que trabalham. Enquanto muitos especulam o fim do trabalho, o que vem ocorrendo é totalmente oposto a estas especulações, pois vem se expandindo significativamente e mundialmente, o número de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho.

A classe-que-vive-do-trabalho é controlada pelo seu empregador e pelo tempo, o relógio. Com a Revolução Industrial veio à administração do tempo, o tempo como inimigo do trabalhador, um tempo diferenciado do tempo de outrora, quando a natureza determinava o plantio e a colheita. Nos feudos existia tempo de trabalho, mas para obter o produto do trabalho do campo, existia outra temporalidade, essa era determinada pela natureza.

Com a Revolução Industrial, Thompson (1998) esclarece que ocorreu a popularização do relógio, pois o tempo começou a ser controlado minuciosamente, tornando-se ferramenta de controle e de disciplina fabril. Até hoje, em vários setores de trabalho, temos o livro de ponto, máquinas de biometria. No comércio redencionista, que é mais simples devido ao subdesenvolvimento das relações de trabalho da cidade, a pontualidade é fiscalizada via relógio e no setor público via livro de ponto com horário de entrada e saída. Atualmente, naturalizamos esse tempo cronometrado, dos ponteiros dos relógios, vivemos em uma maratona para vencê-lo e não ser vencido por ele.

“Eu entrava no trabalho quinze minutos antes, no caso era 7 horas quer dizer, tinha que ser 15 minutos antes das 7h, entende?! Se chegasse às 7 horas em ponto o dono já ficava resmungando com as demais, já não gostava, era motivo de bronca [...] Não, não tinha horário de saída, era tipo assim, dependia do movimento comercial, na época de festa na cidade [...] setembro, a gente saía 19 horas ou 20 horas, isso dando sorte, se entrasse alguém na loja e ficasse até às 22h, teríamos de esperar, mesmo não vendendo nada. Não tinha comissão, não tinha extra, em períodos de festas, eu ficava olhando para o relógio e parecia que o ponteiro tinha parado. Era terrível” (Ruth, Ex-comerciária, 2008).

Thompson (1998, p. 290) fala sobre o controle do tempo, sobre os relógios, frutos da tecnologia do capitalismo moderno, da disciplina, que devorava o trabalhador industrial, os esmagando em longas jornadas de trabalho, na manipulação do relógio e da própria máquina que tem seu próprio ritmo. O tempo na forma social capitalista é dinheiro e essa tecnologia de controle do tempo e de expropriação do tempo do outro, por muitas vezes em altas jornadas de trabalho, ainda perdura até a contemporaneidade e de forma mais sufocante em trabalhos permeados pela ilegalidade;

O diretor e o supervisor da fábrica tinham ordens para manter uma folha de controle do tempo de cada diarista, com registros anotados com precisão de minutos, informando “entrada” e “saída” [...] o diretor da fábrica tinha ordens para manter o relógio de pulso

“trancado a sete chaves a fim de impedir que outra pessoa o alterasse” [...] pela divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes – formaram-se novos hábitos de trabalho, impôs-se uma nova disciplina de tempo (THOMPSON, 1998, p. 297).

Thompson (1998) fala sobre a observação que existia em relação ao trabalhador industrial, o que de certa forma ainda existe no comércio varejista redencionista, uma observação do tempo e do trabalho das comerciárias, quando as mesmas relatam nas entrevistas, sobre ter de estar sempre em atividade, devido à observação do comerciante com relação às atividades e a temporalidade, uma comerciária nunca deve perder tempo sentada na loja, segundo as entrevistadas. Sempre existirá o que fazer, se tudo já foi feito, inventa-se novas coisas para evitar atrito;

“Um detalhe importante é que não tinha horário de intervalo certo para almoço, porque eu almoçava lá e assim que terminava o almoço eu já descia para atender um cliente, arrumar o que estava fora do lugar, limpar prateleiras, ocupar o tempo com atividades pra evitar a fúria do dono do estabelecimento, sempre falava, “tempo é ouro, tempo é dinheiro e eu pago pra trabalharem”. O lanche também não tinha o intervalo, deveria ter, questão dos minutos, do horário de almoço e de lanche eram monitorados. Tipo assim, tinha que chegar cedo e usar todo esse tempo pra ser eficaz em tudo, sempre preenchendo esse tempo com atividades, mas nada era a nosso favor, hora de saída, de descanso, nada disso” (Kelly, Ex-comerciária 2002-2004).

Essa temporalidade controlada e de muitas atividades é o dia a dia das comerciárias redencionistas, debilitando, retirando a motivação, pois essas não sabem se querem que os ponteiros passem ou não, pois nas entrevistas as ex-comerciárias diziam que dormiam pensando no retorno ao estabelecimento de trabalho no outro dia. Portanto, temos aí, um tempo repetitivo, de atividades repetitivas, que afetava psicologicamente cada comerciária, deixando-as atormentadas, só em pensar sobre o retorno ao comércio no dia seguinte:

“Eu lembro, é [...] me recordo que uma vez solicitei uma folga e tentei entrar em concordância pra conseguir essa folga, mas como se diz no popular foi um “quebra-pau”, porque os proprietários só visam mesmo à questão do dinheiro, eles só veem mesmo a questão do capital, querem lucro, então, me recordo muito desse dia que fui pedir uma folga e a comerciante inventou um monte de coisas, tipo, que não dava, era dia movimentado, de pagamentos, então, devido minha necessidade de trabalhar, me submeti a aguentar muita coisa desse tipo até galgar algo melhor. Recordo que essa folga era pra ir ao médico,

não me lembro de qual especialidade, mas era uma folga necessária, mas a comerciante foi cruel como sempre era, para ela falta por doença, por motivos justos não eram importantes, afinal, o importante pra ela era todo mundo lá, trabalhando e o dinheiro entrando. Suportei muita coisa [...] muita coisa mesmo. Chegava em casa tarde, e quando ia dormir começava o terror, lembrava que teria de acordar cedo pra voltar ao trabalho, era como se todos os dias fossem um mesmo dia, eu tinha pesadelo, acredita?! Trabalhava no automático já” (Ex-comerciária Kelly 2002 – 2004).

A longa jornada de trabalho, a preocupação com a postura que lhes era exigida, como a educação, o sorriso constante, boa aparência, agilidade nas vendas, as promessas de aumentos nos “salários”, só aumentam as probabilidades de estresse, fadiga, irritabilidade e desarmonia no ambiente de trabalho das comerciárias. Segundo Singer (1996), a precarização do trabalho congloera a exclusão dos deleites dos direitos legais de uma considerável quantidade de trabalhadores, causando o agravamento de suas condições de saúde. Tal precariedade gera insegurança, instabilidade e precariedade dos vínculos trabalhistas e consequente desestruturação de identidades formadas por mudanças que geram permanentes incertezas, novas pressões e tensões, aprofundamento das desigualdades e desenvolvimento de síndromes, como *burnout* entre outras. Sobre a *burnout*, podemos conceituá-la de acordo com Borges et. al. (2002):

Trata-se de uma síndrome multidimensional, caracterizada por três componentes: exaustão emocional, diminuição da realização pessoal e despersonalização. O primeiro refere-se a sentimentos de fadiga e redução dos recursos emocionais necessários para lidar com a situação estressora. O segundo refere-se à percepção de deterioração da autocompetência e falta de satisfação com as realizações e os sucessos de si próprio no trabalho. O terceiro componente refere-se a atitudes negativas, ceticismo, insensibilidade e despreocupação com respeito a outras pessoas (BORGES, et. al. 2002, p.193).

Nenhuma das entrevistadas apresentou diagnósticos de adoecimento físico ou psíquico derivado do labor como comerciárias, mas os relatos de sintomas não podem ser desconsiderados, já que essas também não tiveram oportunidade de ir a um médico para falar sobre o que sentiam, e mesmo que fossem a uma consulta, devido à tão ressaltada necessidade, essa busca seria por um remédio pra aliviar o sintoma e nada mais. Uma entrevistada relatou com clareza, que era desmotivada a ir a médicos por

sintomas que eram visados como banais pela patroa e, também, quando o assunto era estudo;

“Em Redenção, existe falta de expectativa quando o assunto é emprego, isso leva as meninas tão cedo para o comércio segundo minhas análises, e como comerciária você não pode ficar sonhando e muito menos planejando algo melhor para si não. Enquanto estávamos lá não poderíamos ter expectativa, pelo menos nesse primeiro estabelecimento que trabalhei, se a gente falasse que queria estudar, ou alguma coisa do tipo, não que ela nos barrasse, mas, ela meio que dizia assim: “isso não dá em nada, vão estudar sem trabalhar e vão comer, se vestir, com o que?” A dona do comércio, sempre dizia isso, meio que uma maneira pra nos desencorajar de fazermos isso, e assim era frustrante, era desestimulante. Quando tínhamos sintomas como febre, dor de cabeça, ela nos trazia um remédio e dizia que não deveríamos perder tempo com espera em fila de SUS, tínhamos de zelar pelo trabalho, segundo a patroa” (Carla, Ex-comerciária).

Redenção é uma cidade pequena, e todas as entrevistadas em algum momento expuseram as dificuldades de encontrar trabalho, diante dos problemas financeiros vivenciados desde a adolescência. Existe uma imensa necessidade da parte da juventude redencionista em adentrar no mercado de trabalho mesmo que de forma precária, pois existem necessidades a serem supridas, porém, é muita demanda para uma baixa oferta nos empregos mais estabilizados.

As cinco ex-comerciárias distinguiram nas repostas quanto às causas da submissão delas em relação a seus empregadores, mas concordaram que a categoria é submissa, sem resistência, sem luta:

”Não conhecemos nenhum sindicato que nos ampare, nem Ong, nem nada. Eu nunca ouvi falar sobre isso, e mesmo que existisse a gente não participaria nas nossas condições de trabalho. Entende? [...] Quando tinha fiscalização, tínhamos de nos esconder e se ficava alguém na loja era quem tinha carteira assinada com um salário mentiroso, ou jornada de trabalho mentirosa, um dos dois, eles, os comerciantes, são bem articulados, em tudo, eles tinham todo poder nas mãos, isso com amparo do setor de contabilidades em tudo, sabe isso nos cercava, vinha alguma fiscalização os comerciantes já sabiam como fazer [...] é complicado, é uma exploração que você sabe que vem do seu chefe e de muitas outras pessoas e isso dá medo porque não sabemos de onde vem toda essa máfia, e se denunciarmos o dono do comércio é só perder o emprego e nada de resolver esse enrolado que nos prejudica com base nas nossas necessidades. [...] então a necessidade é a questão central, tinha muitas meninas que queriam trabalhar em nosso lugar, imagine você pobre, jovem e sem condições de manter sua vaidade mínima, é tipo isso, ou você aceita pela necessidade ou você sai porque tem muitos na fila querendo trabalhar,

então, tinha que suportar pra ganhar um “salário”, pra ganhar menos que meio salário. Sem reclamações e sem resistência” (Ruth, Ex-comerciária -2008).

Observou-se que a ex-comerciária dimensiona a amplitude da cadeia de exploração que ela vivenciou, mesmo que não tenha clareza de quem e como lhe afetava, mas a sua reflexão, para além do comerciante, nos remete ao pensamento de Marx (1999) sobre o tripé Estado, trabalho assalariado, propriedade privada.

Antunes e Pochmann (2007, p 199 - 200) mostram um dos traços centrais da nova modalidade laboral, que é dado pela crescente informalização do trabalho. Esse trabalho é desprovido de regulamentação, com redução, quando não eliminação de direitos conquistados por meio de duras e longas lutas sociais. O capitalismo atual, com sua característica de curto prazo, obstina-se à decomposição do caráter dos indivíduos, sobretudo das qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros e dão a cada um deles um senso de solidariedade e identidade. Trata-se, em suma, de um crescente processo de desconstrução do trabalho, típico de nossa sociedade involucral, do desperdício, da mercadoria crescentemente despojada de utilidade social. O que vivenciamos é um mundo do trabalho crescentemente precarizado (p. 201).

“Por mais insuportável que seja o trabalho, sem direito nenhum, sem seguridade nenhuma, um trabalho que lhe trás danos morais e físicos, as pessoas ao meu redor sempre ressaltavam que meu trabalho não era ruim porque eu não estava capinando na roça, não levava sol, estava sempre em um lugar fixo, como se somente a agricultura, a exposição ao sol, à chuva, fossem prejudiciais à saúde, acredito que essa forma de pensar é a forma limitada de pessoas sem instruções, porque o sofrimento no trabalho de comerciária é explícito até para os clientes em muitos estabelecimentos que passei” (Rafaela, ex-comerciária, 2002 – 2017).

Mesmo que o trabalho seja valorizado atualmente, mesmo os mais precarizados, nem sempre foi assim. O trabalho nem sempre teve a conotação de valorização como nos diz Wickert (1999, p.67), segundo o autor, na Grécia Antiga, por exemplo, trabalhar não era nenhuma honra, bem pelo contrário, para os gregos, tanto o trabalho quanto a escravidão eram uma desgraça necessária. Talvez esta razão histórica explique a origem da palavra trabalho, que nos remete ao latim *tripalium*, instrumento formado por três estacas utilizadas para manter presos bois e animais difíceis de ferrar, que era utilizado também como instrumento de tortura.

Mesmo sendo constatado que o trabalho nem sempre foi valorizado, como na Grécia, Marx (2013) analisa o trabalho como, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, onde o homem por sua própria ação age como mediador, um regulador e assim, controla seu metabolismo com a natureza. O homem age sobre a natureza externa e a modifica e nesse mesmo processo, ele modifica a si próprio, se apropria da natureza externa de forma útil para sua própria vida, desenvolvendo assim, suas potências latentes. Embora o trabalho venha sofrendo mutações e tornando-se cada vez mais precário, para Marx o trabalho é a garantia da existência e, sendo assim, o trabalho ainda agrega essa finalidade, por isso não elimina completamente o seu aspecto de trabalho concreto produtor de valor de uso.

Marx (2013), em seu primeiro livro “O Capital”, já ressaltava que o capitalismo avançou muito no período industrial, em sua consolidação como sistema de produção, pautando-se na expansão do mercado, obtenção de mais-valia com a opressão e exploração de homens, mulheres e até crianças, porquanto, agora todos esses pertenciam ao capitalista e tinha de ouvir a sua voz impetuosa. Como afirma Cafiero (2014, p. 74):

Mulheres! Crianças! Ao trabalho! São essas as primeiras palavras de ordem do capital quando começa a empregar máquinas. Este meio poderoso de diminuir o trabalho do homem torna-se logo um meio de aumentar o número de assalariados. A máquina, sob o regime capitalista, submete todos os membros de uma família, sem distinção de sexo e idade, ao chicote do capital.

Porém, Antunes (2011) fala da complexidade do modo de produção capitalista na atualidade, vale ressaltar também que os estudos são complexos atualmente, o trabalho infantil vem sendo combatido como prática criminosa e as desigualdades salariais entre homens e mulheres também é tema que se debate com frequência. Mas, o que ocorre no comércio redencionista, é uma predominância do gênero feminino e de menores de idade que ingressam no mercado de trabalho como comerciárias informais. Antunes (2011) fala sobre o trabalho e gênero:

A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social, na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre o indivíduo e sua classe, quanto aquela que advém da relação entre classe e gênero, tornaram-se ainda mais agudas na era contemporânea. A classe-que-vive-do-trabalho é tanto masculina quanto feminina. É,

portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente aprender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição de gênero-para-si-mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher (ANTUNES, 2011, p. 51).

Segundo Singer (1987), os sindicatos realmente comprometidos servem como mecanismo de proteção contra todas as irregularidades cometidas contra a categoria a que serve, fortificando e dando força de imposição a mesma. Porém, na falta de um sindicato a serviço das comerciárias redencionistas, elas enfraquecem, não esboçam possíveis resistências, entram no mercado de trabalho ilegalmente, não encontram amparo para lutar contra a precariedade e contra essas infrações que lhes atingem. O apoio sindical é de suma importância para todas e qualquer categoria trabalhadora e aquela que não o possui, torna-se ainda mais vulnerável e estilhaçada na sociabilidade do capital:

Organizados em sindicatos, usam a paralisação coletiva do trabalho para conquistar o aumento dos salários mais baixos, achatando a pirâmide e destruindo o incentivo à competição entre eles. A solidariedade de classe se impõe como imperativo ético e como meio prático de luta. Em lugar de se submeterem às chefias, os trabalhadores se protegem mutuamente e assim conseguem se apropriar de uma parcela maior do valor criado pelo trabalho. A lógica do capital desemboca na luta de classes e esta passa do plano econômico ao social e político, a luta de classe põe em perigo as bases institucionais do capitalismo. Viver perigosamente parece ser a sina histórica do capital (SINGER, 1987, p. 37-38).

Os sindicatos, como obra da organização coletiva da classe trabalhadora materializam um corpo, uma potência e também uma estrutura de ser coletivo ao trabalhador (DELGADO, 2013, p. 72), colocando-o em um patamar menos desigual frente ao patronato, garantindo a possibilidade de discussão e negociação das condições de trabalho.

A categoria de estudo deste trabalho, além de ter um sindicato inoperante, para que com isso possa exigir minimamente os direitos básicos colocados pela CLT, sofre com as transformações trabalhistas após a acumulação pós-fordista e a expansão mundial do desemprego estrutural.

Em um estudo de doutorado realizado por Diniz (2014, p. 25) intitulado *Mulheres como eu, mulheres como as outras: desvelando o assédio moral e sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte*, a autora fez alguns apontamentos que se cruzam com nosso estudo, pois a mesma constatou em sua pesquisa de campo para sua tese de doutorado, que das 17 mulheres comerciárias entrevistadas, algumas recebem o salário mais comissão sobre as vendas, chegando até 1.200,00 mensais, outras somente o salário mínimo. Porém, as que disseram receber 200,00 reais mensais, pela jornada integral de trabalho, desenvolvem ou desenvolveram a atividade em pequenas cidades do interior do Estado, onde parece “inexistir” a obrigatoriedade de um salário mínimo. Como não há fiscalização e os postos de trabalho são reduzidos, elas se submetem a receber quantias por vezes irrisórias pelos trabalhos realizados.

Os apontamentos de Diniz são bem próximos aos que foram encontrados na pequena cidade de Redenção, sendo também uma cidade do interior, o que leva a crer, que há possibilidade de que quanto mais afastado seja o município da capital, mais precárias são as condições de trabalho de comerciárias, devido às ilegalidades visíveis e não corrigidas.

“Eu tenho consciência de que não caminhamos para dias melhores, dentre esse período de trabalho como comerciária, passei meses desempregada sim, foi difícil, é complicado você saber que nem pode esperar pelo fim do mês, nem pelo começo dele, você não trabalhou então não tem nada pra receber. Tem água, luz, alimentação, vestimentas, no caso de algumas, aluguel também, então a pessoa acaba ficando mal falada por não pagar suas dívidas em comércios [alimentícios] para quitar luz, água, o básico. Eu não sei dizer qual o pior, se é trabalhar em condições tão desumanas e por um salário tão baixo e sem ver saída, ou estar desempregada de vez. Pensar nisso me deixa até com uma certa angústia, a vida é uma angústia quando você depende somente de você e de mais ninguém, sem ajuda, sem amparo, pobre não vive, sobrevive. As comerciárias de redenção vivem mal mesmo, mas o que se pode fazer se não temos amparo de nada?”  
(Rafaela, Ex-comerciária).

Lourenço e Bertani (2007, p. 126) exemplificam que a exclusão social se dá não somente pelo desemprego ou pelos baixos salários, mas no sentido da inacessibilidade aos direitos sociais que são garantidos por lei e descumprido no cotidiano sofrido de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil, tanto no que se referem aos direitos em saúde, como também os direitos trabalhistas. O desemprego no início da Revolução Industrial

tornou-se funcional ao sistema capitalista e danoso para aqueles que estavam inseridos no mercado de trabalho, principalmente para trabalhadores e trabalhadoras informais e em situações de precariedade, pois esses se veem mais encurralados e obrigados a suportar situações vexatórias para não perder o emprego, pois as pessoas desempregadas se veem obrigadas a aceitarem qualquer trabalho por um valor ínfimo e isso coloca os subempregados contra a parede.

A exclusão social da atualidade expõe pessoas como descartáveis do ponto de vista da concorrência do mercado de trabalho, vive-se atualmente a era da tecnologia e suas mudanças são tantas que se torna difícil acompanhá-las. E a tecnologia que deveria ser usada para auxiliar no trabalho, veio para complexificar a situação dos mais carentes que não tem acesso às mesmas desde a infância e muito menos uma educação mínima para adentrar nesse mercado de trabalho sedutor e permeado de exclusão. Assim, aqueles que não têm acesso, mesmo que minimamente, à educação e à cultura tecnologista, também não encontram chances para concorrer no competitivo mercado, no qual o trabalho (formal) está cada vez mais em processo descendente. As precárias condições de trabalho, acompanhadas de perto pela ameaça do desemprego, geram instabilidade, insegurança e risco social e de acidentes que, imbricadas com o aumento da pobreza e da desigualdade social, agravam a exclusão social (LOURENÇO e BERTANI, 2007).

As mudanças no processo produtivo têm na acumulação flexível sua referência central, cujo esteio advém da flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo. As modificações ocorridas pela diferenciação dos processos de trabalho na produção: fordismo<sup>8</sup>, taylorismo<sup>9</sup> e toyotismo<sup>10</sup>, ou

---

<sup>8</sup> O fordismo refere-se aos sistemas de produção em massa, uma das principais características do fordismo foi o aperfeiçoamento da linha de montagem. Os veículos eram montados em esteiras rolantes, que se movimentavam enquanto o operário ficava praticamente parado. Buscava-se assim a eliminação do movimento inútil: o objeto de trabalho era entregue ao operário, em vez de ele ir buscá-lo. Cada operário realizava apenas uma operação simples ou uma pequena etapa da produção. Desta forma não era necessária quase nenhuma qualificação dos trabalhadores. O fordismo teve seu ápice no segundo pós-guerra, que ficaram como os anos dourados. Entretanto, a rigidez deste modelo de gestão industrial foi à causa do seu declínio (ANTUNES, 2011, p. 23 – 44).

<sup>9</sup> Taylorismo ou Administração científica é o modelo de administração desenvolvido pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915). O taylorismo caracteriza-se pela ênfase nas tarefas, objetivando o aumento da eficiência ao nível operacional. É considerado uma das vertentes na perspectiva administrativa clássica. Suas ideias começaram a ser divulgadas no século XX (ANTUNES, 2011, p. 23 – 44).

<sup>10</sup> O toyotismo é um sistema de produção industrial difundido a partir da década de 1970 e caracterizou-se por flexibilizar a fabricação de mercadorias. A característica principal desse

acumulação flexível, que pressupõem, na ordem do capital, formas diferenciadas de exploração, culminando na acumulação flexível, cujas repercussões profundas afetam a objetividade e subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho.

Antunes (2011, p. 23 - 44) narra profundas transformações no mundo do trabalho na década de 80, em países desenvolvidos e capitalistas da Europa, não somente na Europa, mas também, como no oriente, que é o caso do Japão, como exemplo desse desenvolvimento tecnológico, como a microeletrônica e robótica, que invadiram o universo fabril. Assim, esses processos de produção se mesclam ao tradicional fordismo e taylorismo, e com isso, o autor nos trás a gênese do neofordismo e o do neotaylorismo, sendo que o autor cita como locais de referência a essas novas tendências do processo de produção, para essas mudanças a Suécia, Nova Itália, Vale do Silício nos EUA, Alemanha, entre outros. E todos esses desdobramentos trazem profundas fragmentações e desregulamentações para o mundo do trabalho.

Antunes (2011) descreve que no fordismo, no século XX, como processo predominante do período, caracterizava-se pelo exercício do trabalho parcelar, pela fragmentação das funções, (um operário por máquina) separação entre a elaboração e a execução dos processos do trabalho e pela caracterização do operário em massa ou em grandes quantidades de operários por fábrica. Com relação ao toyotismo, ele torna-se um processo de produção mais evidente a partir dos anos 80 e vai processualmente substituindo o fordismo, o toyotismo nasce no Japão e adentra a Europa. O toyotismo caracteriza-se por uma produção mais flexível; feita por demanda; sustentada na produção de estoque mínimo, associado ao modelo de funcionamento de supermercados, que fazem reposição a partir da demanda; com trabalhadores polivalentes, assim como as ex-comerciárias que zelavam, cobravam, vendiam, recebiam o capital monetário do comerciante e ainda realizavam outras atividades, se assim fosse preciso, como as mesmas declararam.

No toyotismo encontramos isso, trabalhadores capazes de operar variadas máquinas; um trabalho mais coletivo, em equipe; a terceirização; a subcontratação; a flexibilização; os círculos de controle de qualidade; o controle da qualidade total; a eliminação do desperdício; gerência participativa; sindicalismo de empresa, entre outros elementos que se propagaram densamente após o processo de produção toyotista.

---

modelo é a flexibilização da produção, ou seja, em oposição à premissa básica do sistema anterior, o fordismo. que defendia a máxima acumulação dos estoques, o toyotismo preconiza a adequação da estocagem dos produtos conforme a demanda (ANTUNES, 2011, p. 23 – 44). .

Para Antunes (2011), o toyotismo desorganiza o processo de bem-estar social na Europa. Para o autor, todos esses fatores interferem fortemente no sindicalismo, pois transforma as ações sindicais mais burocratizadas, como sindicalismo de participação, pois tira o foco da luta de classes. Então, essas profundas transformações interferem negativamente no mundo do trabalho e no sindicalismo. Pois, além do aumento da individualidade, cria uma aparente participação, que vem ilusoriamente confundir o trabalhador psicologicamente sobre a maior exploração vivida na atualidade, uma exploração para além da corporeidade, mas que trás afetações ao ser humano como um todo, com seres humanos cada vez mais adoecidos.

O que se observa, é que, com a decorrência das mudanças no mundo do trabalho, ocorreu uma maior degradação da classe trabalhadora, com aumento de empregos informais e com o desemprego. E com isso, os trabalhadores tornam-se mais vulneráveis e reféns do capital, prioritariamente em países periféricos, como Brasil;

Vale aqui lembrar uma contradição vital que entrelaça a sociedade do capital de nossos dias: quando os empregos se reduzem, aumenta o desemprego, a degradação social e a barbárie. Se, em contrapartida, o capital retomar os níveis de crescimento, aumentará a destruição ambiental e a degradação da natureza, acentuando a lógica destrutiva do capital. Só esta menção já nos permite visualizar o tamanho da crise estrutural que atinge a (des) sociabilidade contemporânea, afetando mais intensamente a classe-que-vive-do-trabalho em escala global (ANTUNES, 2010, p. 634).

Para Antunes (2010), a sociedade vive em meio a um turbilhão da crise global do Capital, que vem atingindo o íntimo do sistema capitalista, ou seja, o contíguo dos países centrais do Norte do mundo, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, herdeiro das eras taylorista e fordista, que foi dominante no século XX e que estão sendo substituídos pelas diferentes formas de empreendedorismo, cooperativismo, trabalho voluntário, trabalho atípico, formas que mascaram comumente a autoexploração do trabalhador e trabalhadora. E é presenciada também o estouro do desemprego estrutural em escala mundial, que atinge a totalidade dos trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes, sendo que estes últimos são os primeiros a ser afligidos.

Antunes (2011, p. 80) ressalta que para tematizar a crise da sociedade do trabalho é preciso de forma decisiva realizar a recuperação da distinção marxista do que vem a ser o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Quando Marx (2013) em seu

primeiro livro “*O capital*”, afirma que todo trabalho é dispêndio de força fisiológica humana, que na qualidade de trabalho abstrato é criado o valor das mercadorias, já, por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho, para determinado fim, e na qualidade de trabalho útil e concreto temos a produção do valor de uso. O que Antunes (2011, p. 80 - 81) deseja afirmar com essa divisão de valor de uso e de troca, é que na sociabilidade da produção de mercadorias, o que realmente vale ao capital é criação de valor de troca em supremacia ao valor de uso, embora ambos não se desvinculem.

A predominância do valor de troca em relação ao valor de uso, ou seja, do trabalho abstrato produtor de valor de troca (mesmo não eliminando o valor de uso, este aparece submetido ao valor de troca) em relação ao trabalho concreto, produtor exclusivo de valor de uso aparece na fetichização do consumo, fenômeno muito comum no comércio varejista de vestuário, pois é algo abordado pelas comerciárias, na medida em que se procura bem mais do que um valor de uso, algo para proteção dos pés e de roupas para se aquecer e se cobrir, procura-se as marcas, buscam-se etiquetas, acompanhamento de tendências, de modismo, com produtos originais e similares, pois na presente sociedade do capital somos induzidos a avaliar o outro por meio de suas etiquetas, por preços e possibilidades de acesso. Assim como o trabalho abstrato equivale aos trabalhos concretos distintos, na esfera do consumo há uma equivalência, na qual se pode medir o status social e, conseqüentemente, a aceitação social.

As ex-comerciárias, elas também relataram alto nível de aderência ao consumismo, mesmo com baixos salários;

“Todas as comerciárias e ex-comerciárias trabalham no comércio pela necessidade, até mesmo de adquirir algumas coisas que o pai, ou a mãe não pode oferecer. Imagine essa situação, jovens, às vezes menores, dentro de uma loja de roupas e belas sandálias, a vontade comprar aparece mesmo que você resista logo você pensa: “Eu trabalho para isso também!”, mas aí bate o problema, o salário baixíssimo, e os preços altos. No meu caso, não posso falar do segundo e do terceiro estabelecimento comercial porque não ocorreu isso [exigência de comprar no comércio aonde se trabalha], mas no primeiro sim, e hoje sei que não é somente lá que ocorre isso, mas em uma grande parte dos comércios varejistas de vestuário, o que ocorre é à exigência de que a gente compre o sapato, a roupa que precisa lá, na loja em se trabalha, ou trabalhava com os preços abusivos. Ganhávamos tipo 100,00 reais, mas quando eu íamos receber, por ter dívidas na loja, ela (a comerciante) já descontava no dinheiro. Então, observa-se que ela nos controlava, pra comprar em outro lugar tinha de ser escondido por sete chaves e eu fui muito consumista e sofri

muito por não ter nem como pagar rapidamente, era meu suor mesmo, pra pagar o luxo que eu não podia ter na época, mas teimava” (Carla, ex-comerciária).

Nessa fala, é possível perceber que fatores como opressão machista que garantem uma maior submissão do trabalho feminino no comércio é acrescido pelo potencial de consumo dessas trabalhadoras e da influência destas sobre outras jovens, devido à intensa cobrança de consumo e boa aparência como requisito de ser alguém admirável no cotidiano do capital.

Mészáros (2009) em seus estudos sobre a decadência do capital e de suas crises estruturais assegura que o sistema do capital é necessariamente antagônico devido à estrutura sem freios e sem limites do capital que se sobrepõem ao trabalho, sendo juntamente o trabalho que dá substância ao capital. A tendência é de um maior esmagamento da classe trabalhadora, por aumento do consumismo, aumento do desemprego, da sobrevida, da calamidade, da fome, da miséria, da desnutrição, ou uma reviravolta socioeconômica revolucionária, pois não podemos prever com exatidão os próximos capítulos, mas os trabalhadores já chegaram à exaustão. O capital em crise vive a exaustão de sempre ter de se reinventar:

A falência histórica do reformismo social democrata fornece um testemunho eloquente da irreformabilidade do sistema; e a crise estrutural profunda, com seus perigos para a sobrevivência da humanidade, destaca de maneira aguda sua incontornabilidade. Na verdade, é inconcebível introduzir as mudanças fundamentais requeridas para remediar a situação sem superar o antagonismo estrutural destrutivo, tanto no “microcosmo” reprodutivo, como no “macrocosmo” do sistema do capital enquanto um modo global de controle do metabolismo social. E isso só pode ser atingido colocando em seu lugar uma forma radicalmente diferente de reprodução do metabolismo social, orientada para o redimensionamento qualitativo e a crescente satisfação das necessidades humanas; um modo de intercâmbio humano controlado não por um conjunto de determinações materiais fetichizadas, mas pelos próprios produtores associados (MÉSZÁROS, 2009, p. 11).

E dessa forma, as mazelas postas pelo capital e que não encontram resolutividade pelos seus próprios mecanismos, recaem sobre os trabalhadores. Segundo Wickert (1999, p. 70-71), na atualidade veicula-se o imperativo de um novo tipo de trabalhador. O avanço tecnológico possibilita a doutrinação da necessidade de qualificar-se, de atualizar-se e de reciclagem contínua para que o trabalhador consiga

uma vaga no mercado de trabalho. Com a presença de computadores e outros aparelhos de ponta advindos do crescimento tecnológico, encontramos agora ofertas de cursos à distância, desde o curso de graduação até níveis mais elevados. É exigido também dos trabalhadores e trabalhadoras, que saibam um ou dois idiomas, dando prioridade ao inglês, que este aprenda a arte da computação, esteja sempre atualizado com tudo que é tecnologia. Enfim, que a classe trabalhadora seja capaz de se superar sempre e alcançar o que é apregoado pelo capital, que sejam modernos, ou melhor, pós-moderno. Esteja avante de todos e de seu tempo. Como se o trabalhador conseguisse alterar-se na velocidade da luz. O pior de tudo isso, é que se trata de uma mensagem falaz, pois nenhuma das regras garante que o trabalhador conseguirá seu tão sonhado emprego se seguir as regras conferidas pelas exigências de mercado, já que este se encontra recheado de pessoas perseguindo suas metas e crendo nas falácias do capital. Pouco se veicula aos trabalhadores sobre a inexistência de vagas de trabalho formais, sobre o desemprego estrutural e sobre a precarização como causa da própria dinâmica do sistema. As empresas cada vez mais contratam novos trabalhadores com qualificação superior aos cargos que lhes oferecem o que leva à desmotivação destes e ao desemprego em massa dos não qualificados. As políticas que ressaltam a qualificação como saída para o desemprego, ou para evitá-lo estão avisadas pela lógica da contratação. Tentam dissimular a realidade do desemprego estrutural, provocada pelo avanço tecnológico e consequente substituição da mão-de-obra por máquinas. Tais campanhas podem acarretar num aumento do nível de desempregados qualificados, sem modificar a situação do desemprego estrutural. Modificando apenas o desempregado. O que apenas acarreta maior caos social.

“Mesmo como comerciária eu estudei aos sábados, depois de muito lutar por isso, como não achava meu curso superior suficiente, resolvi fazer outro, sempre fiz cursos técnicos mesmo sendo à noite, fiz curso Técnico em Informática avançado, e tantos outros, eu sempre busquei meios de melhorias, atualmente estou concluindo minha segunda graduação, eu sempre dei prioridade ao conhecimento, sempre acreditei que tudo poderia melhorar, mas hoje eu aprendi que isso requer tempo, não é como dizem, faça esse curso técnico aqui e saia empregado, ganhando X reais mensais, a nossa vida é de luta e os problemas são constantes” (Carla, ex-comerciária)

O intuito esta pesquisa não é apoiar a desqualificação do trabalhador, mas revelar o que é camuflado na sociabilidade do capital, o que não é dito à classe

trabalhadora, aquilo que é fruto da própria sociabilidade do capital, como o desemprego, a precarização, as irregularidades no mercado de trabalho, a existência do subproletariado. Os programas de qualificação do trabalhador não debatem os bastidores do modo de produção capitalista como denunciou Wickert (1999), afirmando que tais programas de qualificação não debatem nem a as falácias e nem os efeitos do capital sobre a classe trabalhadora, pois ambos são frutos desta mesma lógica, a lógica do capital. Sendo assim, não são suficientes e muito menos competentes à redução efêmera do desemprego e do lógico sofrimento psíquico dos seres humanos que vivenciam esta realidade advinda da expansão do capitalismo e das mudanças no mundo do trabalho.

As metamorfoses no mundo contemporâneo do trabalho, segundo Antunes (2011, p. 47 - 52), com o capitalismo da atualidade diminui o proletariado tradicional e aumenta o setor de serviços, aumentando o subproletariado e trazendo consigo contradições qualitativas a classe trabalhadora, como a necessidade de uma maior qualificação e o aumento da desqualificação.

...há ainda uma outra consequência muito importante, no interior da classe trabalhadora, que tem dupla direção: paralelamente à redução *quantitativa* do operariado industrial tradicional dá-se uma alteração *qualitativa* na forma de *ser* do trabalho, que de um lado impulsiona para uma maior *qualificação* do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação. Começemos pela primeira. A redução da dimensão *variável* do capital, em decorrência do crescimento da sua dimensão *constante* – ou, em outras palavras, a substituição do *trabalho vivo* pelo *trabalho morto* – oferece, como tendência, nas unidades produtivas mais avançadas, a possibilidade de o trabalhador aproximar-se do que Marx (1972: 228) chamou de “supervisor e regulador do processo de produção”. Porém, a plena efetivação dessa tendência está impossibilitada pela própria lógica do capital. (ANTUNES, 2011, p. 52 – 53).

No que tange às ex-comerciárias entrevistadas, constatamos que as colaboradoras são subcontratadas e que nessas condições podem ser alocadas como trabalhadoras das quais as exigências são pontuais e claras, elas necessitam ter a capacidade de vender, de atingir metas e para isso o comerciante espera que a sua trabalhadora tenha: fluência com os clientes, persuasão para vendas, simpatia, juventude, beleza, educação, esteja sempre disposta a suportar o cotidiano no comércio e apresente dedicação exclusiva a sua atividade.

As comerciárias nos informaram que alguns estabelecimentos varejistas, para que ocorra contratação, a jovem passa 3 meses de experiência, sem remuneração, mas as ex-comerciárias não entraram em detalhes, apenas enfatizaram que, mesmo estando em experiência isso não garantia a contratação.

Todas as ex-comerciárias ingressaram no comércio ainda menores de idade, mas nem todas passaram pelo estágio de 3 meses, somente Ruth. Todas eram estudantes de ensino médio quando iniciaram a vida profissional, nesses casos, os estudos não poderiam atrapalhar a jornada de trabalho segundo nossas colaboradoras e o que ocorria, então, devido à longa jornada de trabalho, era certo prejuízo nos estudos, algumas relataram isso com maior intensidade e outras com menor. Rafaela se sente prejudicada:

“Mesmo com minha necessidade de trabalhar, eu me sinto prejudicada até hoje, sinto que poderia ter emprego melhor, que poderia ter mais estudo do que o ensino médio, mas minha necessidade de estar lá, no comércio, enricando os comerciantes, acabou me deixando pra trás, nós comerciárias temos um ensino médio debilitado já que quando menores de idade e ainda estudantes, chegávamos em sala de aula cansadas demais, não se aprende assim, eu até queria, mas o cansaço não permitia, essa falta de estudos foi me levando de 2002 até 2017 de loja em loja, sem tempo para respirar, sem tempo para viver para mim. Eu sei que precisava, mas me sinto vítima, assim, vítima daqueles que ficaram bem financeiramente às minhas custas” (Rafaela, ex-comerciária).

Rafaela sente-se prejudicada até os dias atuais, pela vida de ex-comerciária que teve de suportar desde adolescente, sente que perdeu muitas possibilidades por estar de 2002 até 2017 atuando como comerciária. A trabalhadora fala sobre seu desejo de ter estudado mais, de ter vivido mais para si e menos para os comerciantes. Essa angustia encontra-se na fala das entrevistadas, mesmo que de forma indireta, cada uma manifesta essa dor de forma distinta, porém não a escondem. Relacionando com grande adequação ao que Marx (2010) expôs ao dizer que “o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador”, encontramos total congruência entre o que ele nos expõe e a vivência de privações das ex-comerciárias entrevistadas.

### **3. SAÚDE E DIREITO DAS TRABALHADORAS DO COMÉRCIO REDENCIONISTA: O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS**

O temor pela perda do emprego, pelo fracasso perante o seu empregador, o estímulo à concorrência entre os pares e, ainda, a oportunidade de aumentar seu parco rendimento, impulsionam a trabalhadora comerciária a intensificar o seu ritmo de trabalho, quase sempre muito além, ao que corresponderia às 12 horas de trabalho, pactuadas entre comerciante e comerciária redencionista, segundo os dados apresentados pelas ex-comerciárias colaboradoras.

Como corolário das extenuantes jornadas e ritmos de trabalho, além de toda a desumanização e alienação das mais atuais relações entre empregados e patrões, talvez uma das mais marcantes notas da sociedade do capital dos últimos anos seja a sua grandiosa capacidade de esgotar a saúde física e mental de seus trabalhadores.

A saúde do trabalhador ainda se encontra desnordeada dentro do sistema único de saúde (SUS), pois mesmo em meio aos avanços já obtidos, a situação de não integralidade da saúde do trabalhador no SUS é real e visível. No município de Redenção não é diferente, o quadro de dificuldade de acesso à saúde é alarmante:

Os capitais passaram, então, a exigir a flexibilização dos direitos do trabalho, forçando os governos nacionais a ajustarem-se à fase da acumulação flexível. Flexibilizar a legislação social do trabalho significa, não é possível ter-se qualquer ilusão sobre isso, aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho e ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora. (ANTUNES & POCHMANN, 2007, p.203).

Carla, ex-comerciária, se pronunciou sobre seus sentimentos depressivos, sua desconfiança na eficácia dos serviços em saúde prestados no município. Ela não enxerga existência de uma saúde de qualidade via SUS para os redencionistas e muito menos medidas de saúde para servirem as trabalhadoras e trabalhadores:

“[...] eu me sentia oprimida, eu me sentia deprimida, depressiva, eu chegava em casa extremamente cansada, mas não sabia a que setor de

saúde recorrer, emergência não daria certo, CAPS<sup>11</sup> também não, se me dopassem [...], eu não sabia o que fazer com aquele desespero, estava junto e misturado, a crise da adolescência e minhas crises com meu trabalho [...] Sentia uma angústia, um aperto no coração, acelerava as vezes e o fato de trabalhar o dia todo, o fato de ficar naquele estabelecimento de sete da manhã até quase sete da noite me deixava sobrecarregada, eu chegava em casa sem ânimo sem vontade de fazer nada e já naquela tristeza porque no outro dia tinha que voltar pra lá. Não me sentia bem psicologicamente e além da saúde mental, tinha saúde física. A comerciante não suportava nos ver doente, tinha que fingir estar bem, mesmo doente, era muito ruim, e se fossemos pra um médico, era difícil a ficha de consulta, era difícil marcar exames, isso ainda é, quem é Redencionista sabe que o Hospital não tem suporte pra doenças mais graves, acidentes, tiros, tudo é em Fortaleza, o que temos no município é o básico do básico em saúde, aí você some nossas condições de trabalho com essa situação de descaso na saúde, estava doente, ia para casa se tivesse coragem, tomava remédios sem prescrição mesmo, pois a emergência é lotada 24h, e é minúscula, você vai doente e corre o risco de voltar mais doente por contaminação, não existe saúde pra ninguém aqui em Redenção, muito menos para o trabalhador” (Carla, Ex-comerciária).

O que a entrevistada evidencia no trecho acima, é que mesmo sem diagnóstico, ela mesma se declarava deprimida, sem ânimo em relação a seu cotidiano de trabalho. A mesma evidencia que mesmo com saúde, ou sem saúde, no outro dia ela teria de voltar ao trabalho, o que nos revela que nessa organização social “o seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório” (MARX, 2010). A entrevistada também ressalta os problemas na saúde pública de Redenção de modo geral, o que é negativo para toda população redencionista e para os que migraram para a cidade. Os problemas de descaso em saúde é um problema que merece atenção dos brasileiros, pois mesmo com o sistema de saúde em funcionamento cambaleante, há as problemáticas do não cumprimento do que temos em leis e o que se efetiva materialmente. E esse é motivo da saúde pública brasileira não se efetivar, ela não sai de ideias que estão apenas impressas.

A VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília-DF em 1986, noticiou um entendimento amplo de saúde, entendendo-a como:

[...] a satisfação das necessidades básicas de acesso a uma alimentação regular e nutritiva, moradia adequada, transporte seguro, serviços de saúde e educação de qualidade, para além da simples ausência de

---

<sup>11</sup> CAPS – Centro de Atenção Psicossocial – no CAPS somente ocorre atendimentos de pacientes com diagnóstico preciso, o que é averiguado nas triagens e que sejam diagnósticos de média e alta complexidade.

doenças, a falta de uma renda mínima que assegure esses direitos, compõe para uma ampla camada de trabalhadores, em efetiva deterioração de suas condições de vida e reprodução da força de trabalho (MATTOS et al., 1995, p. 48).

Na conferência de saúde, há uma concepção de saúde bem mais abrangente do que a da OMS – Organização Mundial de Saúde –, que diz que saúde é o bem estar total, físico, psíquico, e social. Essa concepção de saúde é quase impossível de se realizar concretamente em meio às condições reais de vida dos trabalhadores nesse contexto atual de máxima exploração dos trabalhadores.

Se for tomado como base o que Mattos et. al. (1995) afirma sobre a saúde, destaca-se que a saúde em 1986 é vislumbrada de uma forma bem mais abrangente, na qual até a boa alimentação, boa moradia, boa educação e etc., são apontadas como fator de saúde. Somente com essa visão multifatorial de saúde, que perpassa o socioeconômico, se faz possível compreender, que Carla tem razão em indignar-se com a má alimentação oferecida no estabelecimento no qual trabalhou:

“Nos alimentávamos muito mal, então no decorrer do dia, eram os piores dias que eu posso dizer, assim pelo fato de que tinha direito a 1h de almoço, apenas 1h hora e nenhum minuto a mais e era em nossas casas, então não era 1h, tinha a locomoção até em casa, cerca de 30 minutos. Não tinha como tomar um banho e comer saudavelmente, mastigando, era engolir mesmo e hoje sei que isso faz muito mal a saúde, então tinha dias de passar o dia todo somente com o banho da manhã, comendo as pressas, no lanche da manhã e da tarde, a gente tinha direito dois lanches [...] eu hoje tenho pavor de bolacha *creme cracker*, porque ela praticamente me perseguiu durante o período que eu estava lá, o tempo todo no primeiro estabelecimento comercial. A dona da loja, nos dava para lanchar três bolachas *creme cracker* e um copo cheio de café, aquele copo de geleia de mocotó, mas cheio de café e a moça que trabalhava na casa dela, que era no primeiro andar, sendo a loja no térreo, vinha e trazia quatro bolachas pra cada uma, éramos duas comerciárias. Reclamávamos, não nego, falávamos “NOSSA SÓ QUATRO BOLACHAS?”, mas a moça dizia: Vocês ainda ‘se banham’, porque a patroa me mandou trazer só três para cada uma”. Quando recordo disso hoje, com maior maturidade, sei o quanto isso é prejudicial, você se alimentar pouco, em períodos longos de jejum e sempre o mesmo alimento, nosso salário não dava pra manter os lanches, embora a loja fosse bem perto da panificadora, mas não tínhamos condições, pois ganhávamos apenas R\$ 100,00 mensais. Isso não é saúde, eu era bem fraca nessa época, em todos exames de sangue, início de anemia, não é pra menos” (Carla, ex-comerciária).

Ferreira e Magalhães (2007) salientam o que temos na constituição (1988), que alimentação e nutrição constituem direitos humanos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e são requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano com qualidade de vida e cidadania.

As ex-comerciárias redencionistas reclamavam sempre da má alimentação no ambiente de trabalho, seja por falta de tempo para a mastigação necessária dos alimentos, como no caso do almoço, ou pelos lanches que eram oferecidos pelos comerciantes no período da manhã e tarde, salientando que existia em um estabelecimento uma regra singular e atípica:

“Com relação aos lanches, o que tenho a dizer é meio estranho... Até hoje eu só tenho desconfianças, tipo assim, o nosso patrão nos dava uma quantia certa para juntarmos e comprar lanche coletivo, só que essa quantia era insuficiente para comprar algo realmente agradável para suportarmos até às 18h, às 19h, por isso, em alguns dias, a gente já levava de casa um dinheiro complementar, para melhorar esse lanche, pois éramos cinco na época. Com esse complemento, comprávamos pães, bolos e refrigerantes, mas um dia ele chegou e se irritou com isso, disse não aceitar que colocássemos mais dinheiro para comprar uma quantidade maior de comida, ele alegou que o que ele nos dava era o suficiente para se alimentar, desde então ele nos proibiu de aumentarmos o dinheiro e com isso a quantidade de alimento, isso era desagradável, pois comíamos pouco, outras vezes no almoço engolíamos somente, isso nos deixava com enxaquecas, com oco no estomago, era muito ruim, até fraqueza eu cheguei a sentir. Na minha opinião, na nossa na verdade, ele não queria funcionária gorda, tinha medo de que engordássemos, tinha medo que isso ocorresse, eu pensei muito e falando com as moças que trabalhavam comigo, chegamos a essa conclusão” (Ruth, ex-comerciária).

Com a fala de Ruth observou-se que as comerciárias redencionistas não se alimentam bem na maioria dos casos, com relação as entrevistadas, todas tinham uma alimentação debilitada, na maioria das vezes por alta jornada de trabalho e pouquíssimo tempo para alimentação. Com isso, a possibilidade de adoecimento físico aumenta bruscamente, já que a alimentação, além de ser um direito, é essencial para saúde. Portanto, chegou-se à decepção que leva a ter motivos para novas lutas, pontuais, porém necessárias, pois teoria e prática podem ser distintas, mas não indefinidamente contraditórias - a ponto de que, no menoscabo da história, o que seja escrito como negativo não possa ser operacionalizado como positivo. É justamente aí, em um ponto

contraditório de inflexões intestinas, que o mundo das mudanças histórico-materiais do trabalho do século XXI é encontrado, com avanços e retrocessos, na saúde e nos reais direitos dos trabalhadores.

Porto e Almeida (2007) evidenciam que os conflitos intersetoriais decorrentes das ações do SUS com os ministérios do Trabalho e da Previdência Social, em especial no tocante às ações de vigilância em ambientes de trabalho, resultam da indefinição de políticas integradas em favor dos trabalhadores. Tal indefinição expressa o atual nível de conflito capital-trabalho no país, num quadro político ainda bastante conservador e cujas disputas corporativas frequentemente dificultam maiores avanços institucionais em prol de garantias da classe trabalhadora.

Na constituição de 1988, os direitos em saúde do cidadão brasileiro estão garantidos. Observa-se na seção II da constituição, sobre o direito à saúde, os seguintes artigos:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

§ 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000).

Para Lacaz (1997), é preciso ponderar realmente sobre a importância da Saúde dos Trabalhadores no Brasil, cuja formulação de políticas público-institucionais é ainda muito precária. Antes de falar do SUS e das lutas e reformas necessárias, se faz condição *sine qua non* problematizar, ainda que brevemente, o conceito de saúde do trabalhador.

A carência de estudos sobre o conceito de saúde – propriamente definido para as classes trabalhadoras parece indicar uma dificuldade quanto ao paradigma científico dominante a seu respeito, cujos diversos e desencontrados campos de abordagem

deveriam evidenciar prioritariamente a promoção de saúde preventiva, ao invés da sintomatologia e do diagnóstico de males laborais. Por outro lado, tal pobreza conceitual pode ter sido resultado da influência da indústria farmacêutica e da cultura ocidental da doença, que têm restringido o interesse e os investimentos de pesquisa a um tratamento teórico e empírico da questão da saúde como mera ausência de doença.

Diga-se que, somente há trinta anos, segundo Oliveira et. al., (2016, p. 31) criou-se o SUDS - Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde -, o que posteriormente, em 1989, se tornaria o SUS - Sistema Único de Saúde. Esse sistema foi resultado de um convênio do INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - com os governos estaduais e municipais. Com base na implantação desse convênio, elaboraram-se os artigos de 196 a 200 da Constituição Federal, os quais prevêm como responsabilidade do poder público e como direito de todos os cidadãos a assistência e o serviço integral de saúde.

O sistema anterior ao SUS, criado em 1977, foi denominado Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) sendo constituído por três institutos, quais sejam, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Instituto de Administração da Previdência Social (IAPAS) (OLIVEIRA et al, 2016, p. 31).

Depois de 1988, a Saúde passa a ser, pois “direito de todos e dever do Estado”. O Sistema Único de Saúde - SUS – nasce, de fato, com o objetivo de garantir que toda população brasileira tivesse acesso ao atendimento público de saúde. Percebe-se, assim, que o SUS veio com a proposta de amparar os menos favorecidos e possibilitar o atendimento público a todo brasileiro, garantindo, dessa forma, a saúde como direito de todos e dever do Estado, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal igualitário (OLIVEIRA et. al. 2016, p. 31).

Na Constituição de 1988, o direito universal de acesso a todos os serviços de saúde é patente, consubstanciado no Título VIII - Da Ordem Social -, no Capítulo II, da Seguridade Social, e na Seção II - Da Saúde -, conforme dispõe o art. 196, que nos diz de forma nítida: “Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

De fato, no período em que vigorou o INAMPS, apenas o trabalhador com carteira de trabalho assinada tinha direito a serviços em saúde, o que deixava muitos brasileiros às margens da assistência médica, em total desamparo, ou entregues às Santas Casas de Misericórdia (OLIVEIRA et. al. 2016).

Para Barbosa (2010), no campo das políticas de saúde - e especificamente de saúde dos trabalhadores, não se pode deixar de mencionar as estreitas relações entre o Estado brasileiro e os interesses do capital internacional: política e financeiramente operacionalizados por intermédio do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, e outros organismos internacionais similares de financiamento e de desenvolvimento econômico.

Portanto, embora a Constituição de 1988 seja um marco histórico e o SUS uma conquista inquestionável, isso ainda está longe de efetivar-se nas condições materiais da existência dos brasileiros trabalhadores que vivem a ditadura do capital. Não é difícil constatar que aquilo que foi deliberado na Constituição ainda não foi posto em prática.

Enfim, mesmo que o SUS seja um avanço, somos alertados por Franco (2010) a termos de refletir criticamente a respeito do acesso aos serviços de saúde, de maneira eficaz e preventiva, conforme previsto na Constituição de 1988:

É preciso ter em mente a noção de que há um jogo histórico de lembranças e esquecimentos, no que se refere à imperfeição do existir da vida humana. Esta voraz necessidade de extração de mais-valia se manifesta ainda na crescente retirada do Estado de suas responsabilidades sociais. A acessibilidade aos serviços de saúde pública brasileira é uma vergonha nacional [...] porquanto, no contexto da reestruturação produtiva, a lógica do Capital, ditada pelas agências internacionais como Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Internacional do Trabalho (OIT), colabora contundentemente no redirecionando das prioridades do Estado, ou melhor, na retirada do Estado e na invasão do liberalismo econômico em esferas antes garantidas constitucionalmente como prioritárias para a defesa social da classe pobre e trabalhadora (FRANCO, 2010, p. 28-29).

Dias (2008) salienta o movimento popular que nos trouxe o SUS e mostra que a luta é de grande importância para acesso irrestrito à saúde e primordialmente para a saúde do trabalhador. Pois, para ele, a Saúde do Trabalhador também se relaciona com essa luta, pois a violência da sociedade atual inclui também as violências sofridas no trabalho, sejam objetivas, como o acidente de trabalho, ou subjetivas, como o assédio

moral. Essa é a ampla questão da sociedade atual e o mundo do trabalho vai cada vez mais abandonando seu caráter de propulsor de desenvolvimento, realização e inclusão e tornando-se fator de alienação e de adoecimento, como atividade apenas de sobrevivência, que não promove a expansão do ser nem o desenvolvimento de uma vida saudável no sentido da potência de agir, da autonomia, com possibilidades de ser no mundo (DIAS, 2008, p. 02).

Soares et. al. (2013, p. 4), acrescenta que somente com base na observação do trabalho e no exame de documentos das empresas não é possível se conhecer os fatores de risco e as causas de adoecimento na vivência dos trabalhadores. De fato, quando se pensa em política pública de saúde para as classes trabalhadoras, não basta se considerar a legislação, normas e pactos.

[...] a inserção desigual dos sujeitos no trabalho e suas condições de vida desiguais produzem manifestações desiguais no corpo. Ou seja, os desgastes dos trabalhadores dependem de sua inserção de classe. Portanto, é necessária a apreensão das classes sociais, pela operacionalização de variáveis capazes de identificar os diferentes grupos sociais, em uma dada realidade. (SOARES et. al., 2013, p. 1404).

Além de saber das vantagens e desvantagens do sistema único de saúde para os trabalhadores, em sua historicidade e atividade prática, deve-se ter uma vigilância constante, para não haver a naturalização da desumanização dos serviços de saúde, pois cada vez mais se verifica a precariedade e o descaso nos atendimentos direcionados aos assalariados e às populações mais carentes - sujeitos que são negligenciados, segregados, tornados invisíveis e totalmente largados em corredores de hospitais de todo país, sejam crianças, adultos ou idosos.

O campo da saúde, que lida com questões tão caras à vida humana - sofrimento, dor, superação, solidariedade - é emblemático. Ele exige nosso compromisso com valores éticos e sociais que resultam de muitos séculos de história, de lutas e conquistas humanas. Não podemos, pois, permitir que os processos de banalização e mercantilização da vida nos transformem em profissionais, pesquisadores e pessoas insensíveis, indiferentes ou alienados em relação ao sofrimento e à injustiça (BARBOSA, 2010, p 21-22).

Não questionar os modelos e procedimentos do SUS, defendê-lo em seus déficits e não lutar para que funcione devidamente - a ponto de apoiar a privatização da saúde - são posições extremamente absurdas.

É preciso lutar por justiça e dignidade em saúde, para que os impostos sejam pagos e seja possível ter a contrapartida daquilo que, teoricamente, é assegurado para todos pela Constituição de 1988 - que todos tenham acesso a prestação de serviços públicos de qualidade, de modo que não seja necessário procurar planos de saúde, escolas particulares nem de sofrer com a falta de segurança e que sejam assegurados todos os direitos sociais afirmados no rol do art. 6 da Constituição Federal de /1988, pois o artigo 6º, deixa explícito os direitos sociais de todos: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Embora haja uma avançada Constituição, concernente ao reconhecimento de direitos e de garantias fundamentais, individuais e coletivos, no dia a dia é necessário observar a negação desses direitos aos que mais deles carecem, de forma direta e indireta, os quais traduzem as condições de acesso, de acesso a saneamento básico, a saúde de qualidade, a educação entre outros direitos que são bem subdivididos entre classe social e outros critérios que implicam diretamente na saúde ou na enfermidade dos sujeitos, pois a saúde é biológica, psicológica, mas também socioeconômica. Ter uma moradia digna, tempo para lazer, estrutura hospitalar, informações em saúde, alimentação adequada, e dignidade no trabalho, entre outros, são pré-requisitos para ter mais dignidade em saúde.

De Claro, et. al. (2003) enfatizaram que as mudanças ocorridas nas condições de trabalho, impulsionadas pelo fenômeno da globalização, foram tantas e tão rápidas que esse período vem sendo chamado por alguns autores, de terceira revolução industrial. O aumento do desemprego, as perdas de garantias sociais e o aumento dos níveis de trabalhos informais e temporários são algumas das características mais aguçadas dessa época, acarretando como consequência o aumento da precariedade e a da imprevisibilidade na vida dos trabalhadores.

Este fator induz no trabalhador picos altíssimos de estresse e de fragilização emocional e imunológica. O fazer humano para De Claro (2003), na forma de trabalho, tem sido objeto de empenho e de estudo de muitas disciplinas. No mundo globalizado,

faz-se cada vez mais imprescindível a integração das diferentes contribuições dessas disciplinas para abranger o fenômeno do trabalho humano.

O marco regulatório que remonta à Constituição Getulista de 1934, seguida da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1º de maio de 1943, e atingindo o seu auge em 5 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 - a qual se propôs assegurar os direitos civis e sociais à classe trabalhadora, merece evidência, no entanto, o atual desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho e das demais leis e garantias trabalhistas - mesmo com vigente assento constitucional -, as quais foram introduzidas ainda no Estado Novo, na década de 1930, e que resistiram mesmo à ditadura militar do país; posto que viessem sendo grandemente desrespeitadas e desacatadas ao longo das décadas. Por meio de convenções e de acordos coletivos, extremamente desiguais, entre patrões e sindicatos de empregados, invariavelmente vinha sendo exigida dos trabalhadores a transigência de seus direitos.

A CLT, por certo, sempre foi alvo de críticas ferrenhas de elitistas e de grandes empresários. Elite esta, que tem total consciência da necessidade de manter os pobres à mercê de seus mandos; afinal, essa elite vive pelo suor de uma maioria oprimida diariamente em seu trabalho e inverte o discurso dos ônus da produção para manter a situação de subserviência dos trabalhadores.

Na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - e na Constituição Federal de 1988 refletiram-se algumas conquistas dos trabalhadores, como resultado histórico de muitas e antigas lutas. Foram normatizadas a jornada de trabalho de oito horas, o salário mínimo, o direito a férias anuais remuneradas; foram garantidas condições de higiene e técnicas de segurança no trabalho, jornada reduzida de seis horas para determinadas categorias, como os bancários, telefonistas, mineiros, dentre outras. Garantiu-se igualmente a proteção do trabalho da mulher e do menor de 18 anos, proibindo-se qualquer trabalho aos menores de 14 anos, além do que, foi reconhecida a licença remunerada às mulheres grávidas.

A partir da CLT, os operários conquistaram também o direito de firmar contratos individuais ou coletivos com os empregadores. A mesma consolidação concedeu aos operários o direito de criar sindicatos, o que posteriormente foi estendido aos trabalhadores rurais, embora os seus direitos fossem limitados (BRASIL, 1988).

Segundo França Júnior (2012), a CLT pode ser analisada sob um aspecto positivo de conquistas de direitos pelos trabalhadores. Por outro lado, constata-se que ela significa a sistematização jurídica das relações entre o capital e o trabalho, que na

realidade cotidiana e prática são completamente diferentes. Os preceitos contidos na CLT muitas das vezes simplesmente não são cumpridos pelos empresários, que impõem aos empregados, por sua enorme força econômica e política, as suas condições e exigências aos trabalhadores - os quais têm de se submeter para sobreviverem.

As palavras de França Júnior (2012) são descrições do que as ex-comerciárias vivenciaram como submissas a seus empregadores, com a total negação de seus direitos, sem lutar para ter o mínimo para sobreviver.

A Constituição de 1988 corrobora com a CLT na defesa dos direitos trabalhistas, em seu capítulo II, que trata acerca dos direitos sociais, notadamente em seu artigo 7º. O art. 7º afirma que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; III - fundo de garantia do tempo de serviço; IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; [...] XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (BRASIL, 1988).

Segundo Rafaela, que em 2017, o mesmo dilema continuava, sem carteira assinada não se tem direitos garantidos e quando se é demitida a perda é total e não se pode esboçar resistência:

“O medo de perder o emprego é constante, mesmo não sendo um bom trabalho, mas como você tem dívidas, não tem outra saída, todos que sabem sua realidade e a acham cruel falam: “Porque ela não se esforça pra sair dali? Ela pode viver outra vida.”, mas de fora é bem mais fácil você ver saída, mas para quem está dentro do fogo, só sente o fogo queimar, isso nos paralisa. Você somente pode sair para outro trabalho melhor, tem de encarar sua vida sofrida e de frente. Conheci meninas que saíram do comércio redencionista para ser domésticas e foi tudo da mesma forma, era criança, casa, tudo para cuidar, pouco dinheiro e sem carteira assinada, esse é o nível de trabalho que se tem na cidade de Redenção. No meu caso, eu suportei anos no comércio, sempre entre a cruz e a espada, pois se fosse demitida não teria direito a nada, nem sequer acordo com promissórias eu tinha como garantia, então aguentei até não ter como levar mais” (Rafaela, ex-comerciária).

Observa-se que os direitos do trabalhador e os direitos em saúde, estão longe de ser uma realidade vivida pelas comerciárias redencionistas, esses direitos podem até ser conhecidos pelas trabalhadoras, mas não as favorecem. Essas questões ficam no campo apenas da formalidade e não da efetividade.

“Direto é uma palavra que não existe para comerciária, não temos tempo para cuidar da saúde, para cuidar de nada, nossa vida é somente trabalho, trabalho e depois trabalho, não se fala em direitos, nem se pode falar sobre isso, falar sobre isso é afrontar a comerciante que nem de longe nos quer falando sobre isso, já que ela é toda ilegal” (Alice, Ex-comerciária).

O Direito do Trabalhador tem como o desígnio buscar a inserção na sociedade de parcelas de trabalhadores que se encontram em arranjo de total desvantagem, quanto à acumulação de bens materiais, sendo, portanto, segundo Delgado (2013) “um dos fundamentais mecanismos de controle e atenuação das deformidades socioeconômicas inevitáveis do mercado e sistema capitalista”. Porém, mesmo reconhecendo como positivo o direito posto em lei, sua efetivação fica muito aquém da realidade de trabalhadores e trabalhadoras, o que fica evidente nas condições de trabalho das comerciárias.

### **3.1 COMO CARACTERIZAR O ASSÉDIO MORAL COM RELAÇÃO ÀS EX-COMERCIÁRIAS REDENCIONISTAS?**

Conforme Nascimento (2004), o assédio é o termo utilizado para designar toda conduta que cause constrangimento psicológico à pessoa. O assédio moral caracteriza-se por ser um comportamento abusivo, de natureza psicológica, que atenta contra a dignidade psíquica, de forma repetitiva e prolongada, e que expõe o trabalhador a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de abrolhar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica, e que tenha por decorrência excluir a posição do empregado no emprego ou deteriorar o ambiente de trabalho, durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções.

“No comércio tinha dias insuportáveis, tinha dias que a gente chegava pela manhã cedinho, cansadas já de tanto trabalho, mas a patroa já

chegava com vontade de humilhar mesmo, parece que ela jogava todos os problemas dela sobre a gente, ela vinha como uma cascavel soltando veneno pela boca, ela vinha humilhando mesmo sem a gente entender nada, já chegava soltando fogo para todo lado, falando de uma forma que quem ouvia achava que ela estava quebrada, sem dinheiro nenhum, mas era somente *show*, ela gostava de fazer pressão, de humilhar, de pisar nas funcionárias. Ela falava muito mal da gente, tanto na frente como com a manicure, com quem chegasse lá, quando não ouvíamos sempre outra ouvia e nos contava” (Kelly, Ex-comerciária).

Na seara trabalhista, o assédio moral pode ser definido como uma prática inoportuna e abusiva, que atinge, em regra, a integridade física e moral do trabalhador, por meio de condutas de perseguição repetitivas e prolongadas nas quais o agressor tenta inferiorizar a vítima, hostilizando-a e depreciando-a. Contudo, o assédio pode advir de diferentes setores, podendo emanar do comando hierárquico (vertical), de colegas da mesma hierarquia funcional (horizontal), e até mesmo da omissão do superior hierárquico diante de uma agressão (descendente) (NASCIMENTO, 2004).

O tipo de assedio moral que é foco da atenção deste trabalho é o vertical/descendente, por ser esse tipo o que foi evidenciado nas entrevistas, esse tipo de assédio, conforme Guimarães e Rimoli (2006) caracteriza-se por atos perversos cometidos por superiores hierárquicos contra seus subordinados. É a situação mais clássica. Trata-se de um comportamento no qual a pessoa que detém o poder de gerência busca delimitar o espaço desse poder.

O assédio moral é visto nitidamente por meio de atos de depreciação, falsas acusações, insultos e ofensas, atingem a dignidade, a identidade e a saúde do trabalhador, degradando as condições de trabalho e as relações interpessoais.

No Brasil, o fenômeno, sob o rótulo assédio moral, vem sendo bastante estudado, sobretudo por juristas, havendo escassez de estudos realizados dentro do campo da saúde mental. Neste último, o debate ganha intensidade a partir do estudo realizado por Barreto (2000) intitulado “Uma Jornada de Humilhações”. Posteriormente, o interesse pelo tema ganha força com a publicação do livro da psicanalista francesa Marie France Hirigoyen “Assédio Moral a violência perversa do cotidiano”, em 1998 na França, lançado no Brasil em maio de 2000. O reconhecimento do *mobbing* como uma nova causa de mal-estar e adoecimento no trabalho tem mobilizado pesquisadores da área da saúde mental ocupacional e foi objeto de um seminário especial, que antecedeu a programação do 27º Congresso Internacional de Saúde no Trabalho, ocorrido em Foz do Iguaçu (PR) em 2002. Nos novos modelos de análise da violência no ambiente de trabalho propostos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), suas manifestações físicas e psicológicas são igualmente consideradas,

tendo sido dada importância aos atos de violência, considerados até o momento como “menos graves”, tais como, o amedrontamento, a intimidação ou o assédio psicológico no trabalho. A partir desta proposta, rejeita-se a idéia de que a violência no ambiente de trabalho comporte unicamente fatores pessoais e passa-se a considerá-la como resultante de uma combinação de causas relativas às pessoas, ao meio ambiente, ao ambiente de trabalho e às condições organizacionais e contratuais do trabalho [...] assédio psicológico no trabalho é uma síndrome psicossocial multidimensional: síndrome porque se apresenta comumente com um complexo de sintomas físicos e psíquicos específicos e inespecíficos não redutíveis a uma configuração típica e facilmente diagnosticável; psicossocial porque afeta o indivíduo, o grupo de trabalho e a organização produzindo disfunções em nível individual e coletivo e multidimensional porque se origina e desenvolve permeando e afetando a todos os níveis hierárquicos da organização e também com importantes repercussões externas (GUIMARÃES & RIMOLI, 2006, p. 183 – 189).

Diniz (2014) afirma que as transformações no âmbito do trabalho e sua repercussão entre homens e mulheres no contexto da sociabilidade capitalista, bem como, as tendências atuais do trabalho feminino que, dentre outros aspectos acentuam os processos de hierarquização, têm sistematicamente se traduzido em violências no mundo do trabalho sob a forma de assédio moral que se caracteriza pela exposição das trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras prolongadas durante a jornada de trabalho, relativa ao exercício de suas funções, tendo, por sua vez, as mulheres como as mais vitimizadas, de modo que tais aspectos intensificam a divisão sexual do trabalho e trazem sérios comprometimentos para a liberdade desses sujeitos.

Com relação ao que a colaboradora sentia em sua vivência como assédio moral, Rafaela relatou, a pressão no ambiente de trabalho, humilhações, entre outros fatores que segundo a entrevistada lhe afetavam:

“No trabalho como comerciária, trabalhamos 24h na pressão, na humilhação, pois era constante ouvir que se devia suportar tudo, pois não tínhamos capacidade para ter emprego melhor, que como somente tínhamos ensino médio, o trabalho de comerciária era de bom tamanho para a gente e que reclamávamos por que não sabíamos bem sobre a realidade. Muitas vezes ouvi colegas sendo chamadas de lesadas, irresponsáveis, incapazes, burras, imbecis, entre outras humilhações verbais na frente de todos, isso era no dia a dia, uma rotina que não se pode dizer suportável, eu nunca me acostumei com isso, mesmo que digam que com tudo um dia nos acostumamos, nunca suportei aquilo, quando calada, era com ódio sufocado na garganta” (Rafaela, ex-comerciária).

Identificou-se que assim como Diniz em sua tese, as mulheres que vivenciam ou vivenciaram situações de violência na esfera laboral não identificam os serviços públicos para os quais recorrer, haja vista os governos, seja nas esferas municipal ou estadual, não dispõem de serviços de prevenção e de combate a este fenômeno, agravando assim a precarização do trabalho feminino (DINIZ, 2014). No município de Redenção é fato que a justiça pode até tentar reparar o dano, porém, como foi exposto por uma ex-comerciária, você ganha na justiça um certo dinheiro, a indenização até, por danos morais, mas o pior vem pela frente, o desemprego, já que os comerciantes ficam falando mal de quem luta contra seus direitos e fechando portas.

Rafaela relata que não existia assédio moral entre pares, somente da comerciante sobre as comerciárias, embora existissem brigas entre as comerciárias às vezes e por banalidades do dia a dia de trabalho:

“Às vezes tinha briga entre colegas, mas era raro demais e não tinha xingamento na cara, não era como ocorria com a patroa, brigávamos de forma normal, sem humilhação gratuita na frente de todos os clientes, sem rebaixar uma a outra. Com a patroa era diferente, ela humilhava a todas, por causa do erro de uma, pois por uma, todas pagavam caro. Eram gritos, muito escândalo por pouca coisa, ela falava sempre que as coisas somente progrediam se ela estivesse lá dentro da loja, pois todas nós estávamos lá, mas servíamos muito pouco, falava que a gente era inexperientes e desinteressadas, que não limpávamos, que só estávamos ali porque precisava de vendedora, mas que em Redenção era difícil encontrar moça de força pra trabalhar e ficava contando a história de vida dela. Ela se achava a pessoa mais vencedora do mundo, ela foi vendedora antes e aí como patroa ela se tornou uma carrasca, não sei como ela ficou assim, se ela já esteve naquele lugar de vendedora e sendo nova também” (Rafaela, ex-comerciária).

Heloani (2004, p. 2) afirma que alguns autores costumam colocar a questão do assédio moral como essencialmente individual, como uma perversão do ego (algo individual) no âmbito estritamente psicopatológico, em que se dá um silencioso assassinato psíquico. Entre os mais conhecidos, podemos citar aquela que popularizou o conceito, Marie France Hirigoyen, em sua primeira obra *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*, embora em sua segunda obra, *Mal estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*, essa autora relativize a variável idiossincrática.

A psicóloga francesa Hirigoyen supracitada, conceituou o assédio moral, definindo-o como:

Toda e qualquer conduta abusiva, manifestando-se, sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pondo em perigo seu emprego ou degradando o ambiente de trabalho. (HIRIGOYEN, 2000, p. 17).

Ruth, em seu depoimento, deixa bem evidente a continuidade das agressões verbais vivenciadas e confidenciou um comportamento nada comum de uma de suas patroas, como filha do comerciante, em que a moça humilha e obriga as comerciárias a trabalharem para além da jornada abusiva;

“Na loja em que trabalhei, todas as comerciárias se davam bem, mas todas tinham medo do patrão, tinha medo de falar com ele, mesmo que fosse algo simples, pois ele era imprevisível e podia ser grosso, como sempre era, ele sempre nos tratava mal, nunca vi ele de bem com a vida, era sempre mal humorado e soltando fogo pelo nariz. Mas além dele, tinha a filha dele, que certo dia, chegou na loja e estava tudo limpo, tudo no lugar, estávamos esperando os minutos passarem para sairmos pra casa, ela vinha com o demônio nos couros, ela ficou brava do nada e perguntou se o pai dela nos pagava pra não fazer nada, pra ficar ali em pé, uma colega respondeu que tudo estava feito, não tínhamos mais nada para fazer, pois tínhamos agilizado naquele dia. Sempre fomos humilhadas por ela, pelo pai dela, mal tratadas mesmo, mas naquele dia ela pegou uma cadeira e subiu próxima a prateleira de bolsas e jogou todas no chão, e depois com ar de deboche, ela disse; “agora tem o que fazer”. [Nesse dia] saímos meia hora a mais do previsto, arrumando aquilo, nesse dia eu senti um entalo na garganta, foi terrível e desumano” (Ruth, ex-comerciária).

Desta forma, as agressões pontuais, entendidas como aquelas que não continuam no tempo, consistindo em um caso isolado que não se repete, não podem ser confundidas com o assédio moral. Mas segundo as entrevistadas toda semana existia assédio moral no ambiente de trabalho. Como narrou Rafaela; “Um, ou, dois dias sem ser oprimida pela comerciante podia ocorrer, mas uma semana toda de paz nunca ocorreu”.

Uma agressão verbal pontual, a menos que tenha sido precedida de múltiplas pequenas agressões, é um ato de violência, mas não é assédio moral, enquanto que reprimendas constantes o são, sobretudo se acompanhadas de outras injúrias para desqualificar a pessoa (HIRIGOYEN, 2002, p. 30).

Em sua pesquisa sobre assédio moral, Hirigoyen (2002, p. 108) identificou as seguintes atitudes como configuradoras do assédio moral e sexual:

<b>Atitudes</b>	
Geradoras de isolamento e recusa de comunicação	8
Geradoras de atentado contra a dignidade	6
Deteriorantes das condições de trabalho	3
Violentas praticas verbal, física ou sexualmente	1

Segundo as colaboradoras, o assédio moral caracterizava-se pela verbalização violenta e traspassada pela humilhação. Sobre assédio sexual, elas relatavam que alguns clientes homens verbalizavam as ditas “cantadas”, mas elas tinham de relevar, para não ser grossa com o cliente e correr o risco de perder o emprego do qual precisavam.

A par disso, existe uma outra concepção à qual nos filiamos que, não obstante mais complexa, também considera cada indivíduo como produto de uma construção sócio-histórica [...] Sujeito e produtor de inter-relações que ocorrem dentro do meio -ambiente social, com suas leis e regras. Diretrizes estas que funcionam dentro de uma determinada lógica macroeconômica, a qual subentende e incorpora relações de poder. Costumamos dizer que a discussão sobre assédio moral é nova. O fenômeno é velho. Tão velho quanto o trabalho, isto é, quanto o homem, infelizmente (HELOANI, 2004, p. 2).

Heloani (2004) evidencia que sem querer radicalizar ou extrapolar, considerando a atual sociedade brasileira nos moldes da escravocrata, pensa-se que a humilhação no trabalho, ou o assédio moral, sempre existiu, historicamente falando, nas mais diferentes formas. Humilhação esta embasada no próprio sistema macroeconômico que, em seu processo disciplinar, favorece o aparecimento dessa forma de violência, em que o superior hierárquico detém certo poder sobre seu subordinado. Fruto de um processo cada vez mais intenso de globalização, de automação fabril, de informatização nos serviços e de agilização nos processos, a hiper-competitividade é um fenômeno recente, que vem chegando ao Brasil e, efetivamente, estimula a instrumentalização do outro. Nessa nova lógica pós-moderna ou pós-fordista, como queiram, que legitima uma ampla reestruturação produtiva, onde os salários sofrem cada vez mais reduções e a educação emerge como “salvadora” e principal ferramenta da atualização, o trabalho torna -se

cada vez mais precário e seletivo. O Estado vem, mediante uma ideologia neoliberal, retirar e diminuir benefícios e direitos do trabalhador, modificando a relação capital-trabalho; surgem, então, novas relações, como o contrato de trabalho por tempo determinado e várias formas de terceirização, que geram, desse modo, o subemprego e o trabalho informal, novas ameaças ao trabalhador, que antes tinha a garantia de alguns direitos historicamente consolidados.

Com sua formação em vitimologia na França e nos Estados Unidos, a postura de Hirigoyen é empática com relação à vítima e discordante de algumas teorias psicanalíticas que debitam boa parte da culpa ao agredido, como se de certa forma este estivesse conivente com o agressor ou desejasse inconscientemente a própria situação de agressão, por masoquismo ou mesmo por expiação de culpa. Provavelmente foi essa faceta inovadora e humana de sua abordagem o que motivou o enorme sucesso de seu livro e fez com que, em sua esteira, uma revista francesa, *Rebondir*, especializada em informações sobre o emprego, realizasse uma vasta pesquisa, em empresas francesas, referente ao assédio moral.

“Quando era demitida das lojas, eu tinha vontade de procurar a justiça para pedir meus direitos e ainda falar sobre tudo que sofria de humilhação, porque, embora não entenda bem sobre leis, sei que humilhar seu trabalhador é errado e isso é o que mais sofremos constantemente, além das demais injustiças. Se um cliente [homem] vinhesse com indireta tinha de sorrir, e isso continuava e se reagisse mal e espantasse o cliente o problema seria a briga com a patroa, então tinha assédio moral e tinha assédio sexual sim. Às vezes menores de idade, ouviam cantadas até de homens idosos, que quase todos os dias estavam lá, nunca houve nada mais que investidas, até aonde sei, mas havia muitas cantadas baratas” (Rafaela, ex-comerciária).

Kelly complementa:

“Tinha um cliente que ele era bem velho, a gente respeitava ele, mas ele queria agarrar, cheirar. Quando ele chegava todas corriam, tinha de se esconder, ele deixava dinheiro para comprar lanche, em épocas de festa ele dava presente a todas, mas ele queria algo, isso a gente sabia, não podíamos maltratar, era idoso, não poderia receber grosserias, se falássemos de forma mansa ele não levava a sério, e a patroa tinha muita amizade com ele, ele não era mal, mas que era assédio, era”

Entretanto, o fato de ocorrerem desentendimentos pessoais nas relações humanas, não significa que o Direito deva aceitá-las sem interferência. A Constituição brasileira de 1988 consagra o dever de proteção dos direitos da personalidade, exigindo

que os danos, ainda que morais, causados a outrem, sejam reparados, como pode-se observar pela redação do seu art. 5º, V: “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”. Desta forma, e principalmente a partir da entrada em vigor da Emenda Constitucional número 45 de 2004, que definiu a competência da Justiça Trabalhista para julgar os casos de dano moral decorrentes das relações de trabalho, pode-se observar maior conscientização da população sobre a existência deste tipo de agressão e da possibilidade de recurso ao Judiciário para inibir ou reparar os danos sofridos.

...a indagação sobre por que é importante trazermos para o debate o assédio sexual e moral praticados na esfera do trabalho ganha mais sentido. Em primeiro lugar, trata-se de uma forma de violência sexista que expõe as vítimas a vários tipos de sofrimentos, sejam de ordem física, psicológica ou moral, se constituindo, portanto, num grave problema de saúde pública, além de se configurar como uma expressão contemporânea da questão social (DINIZ, 2014, p.16).

O assédio moral e sexual não são fenômenos recentes, sendo possível afirmar que são tão antigos quanto à história da humanidade. No entanto, a globalização e o neoliberalismo trouxeram gravidade, generalização, intensificação e banalização do problema. “O assediador se esquece que antes de tudo o trabalhador é um ser humano; mesmo que este não tenha o perfil desejado por aquele, não pode ser tratado como um cancro a ser violentamente extirpado” (PRATA, 2008, p. 206). Uma gestão por meio do medo foi instaurada no novo cenário laboral, tendo em vista o grande receio dos trabalhadores de perder o emprego, o que os torna presas fáceis para os maus dirigentes.

“o medo estava sempre comigo, não somente comigo, mas com as demais trabalhadoras lá, pois a gente se sentia muito insegura, tínhamos muito, muito medo de perder o emprego e ficar como nossas irmãs, primas e outras amigas que ficaram desempregadas por anos, a patroa sempre falava disso, que ali era uma oportunidade única, que a gente não tinha capacidade de arranjar nada melhor por falta de estudo, que era muito difícil o mercado de trabalho e para ela não éramos qualificadas, ela que era uma boa samaritana que nos ajudava, que se fôssemos para Fortaleza, seria mais sofrimento devido nossa incapacidade, e tinha mais palavras cruéis que ela usava mais isso é ruim até de lembrar, ela nos oprimia, o medo era constante ao nosso lado, medo das agressões verbais, dos insultos”(Kelly, ex-comerciária).

Todas as colaboradoras relataram sobre a ditadura do medo que permeia os estabelecimentos comerciais varejistas, segundo as entrevistadas, o medo tem base na realidade redencionista de desemprego e de empregabilidade informal, acrescidos das ameaças dos patrões. Todas mostraram medo, não com relação à participação na pesquisa, mas com relação às gravações em imagens e vozes, qualquer elemento que as deixassem expostas, mas, mesmo assim, colaboraram com eficácia, porém, queriam saber todo percurso, depois de explicado, as mesmas pediram que mesmo com as gravações de áudio, que a voz não ficasse à disposição, somente transcrições, isso foi um pedido direto ou indireto de todas. já os comerciários atuantes, trabalham demais e não tinham como participar, esses se recusavam de forma clara, mas como temos colaboradoras datando do ano de 2002 até 2017, foi possível atingir o objetivo, mesmo com o medo que sempre se fez presente, tanto nos comerciários atuantes de forma mais intensa e protetiva, como nas ex-comerciárias de forma mais leve, porém com exigências:

“Eu não posso mentir, eu desejo colaborar com a pesquisa, mas tenho medo, não é desconfiança de você nem da Unilab não, afinal, é teu nome que vai ficar lá, tua cara ficará a tapa, mas não quero que minha voz seja utilizada, eu te conheço, sei que é daqui de Redenção, aqui todos se reconhecem por face, por voz. Você pode gravar e transcrever, quanto a transcrição, você pode analisar, mas a minha voz você tem que promete que ficará somente com você e com ninguém mais do município de Redenção. Porque eu temo, a cidade é pequena, exclui esses áudios depois, por favor, porque pelos relatos eles não tem como saber quem é, devido o número de trabalhadoras por loja, mas pela voz, vai que por acidente um deles escuta, eu não nego meu medo, sabe porque, isso que fazem com a juventude redencionista é crime, é coisa séria, eles sabem, mas por dinheiro fazem tudo, ai se pegam alguém querendo desfazer a boquinha deles é perigoso isso, eu sei que você está entendendo, nós queremos ajudar, para nós que sofremos é uma forma de justiça, se estamos falando é porque o que vai está lá escrito foi vivido, mas para eles [comerciantes] é uma afronta aos negócios, mesmo que não estejamos mais trabalhando com isso, eu tenho medo, quero contribuir, mas com medo, duvido que tenha uma que não tenha medo, mas você tem nosso nome e nossos dados reais, caso precise de mais informações, ou um professor é só chamar, não tem outra história se a verdade é essa”(Ruth, ex-comerciária).

Diniz (2014, p. 29) encontrou em sua pesquisa a mesma dificuldade, pois o medo era protagonista desse cenário, “o medo estava quase sempre relacionado a expor as condições de trabalho, de falar coisas que poderia “comprometê-las” junto à empresa,

além do receio de perder o emprego por socializar questões restritas ao âmbito privado do local em que trabalham”.

### **3.2. SINTOMATOLOGIA FÍSICA E PSÍQUICA, AFETOS E SENTIMENTOS COM LIGAÇÃO DIRETA COM O LABOR DAS EX-COMERCIÁRIAS**

Segundo Grenier-Pezé (2004, p. 8), ter de padecer em um trabalho precário, aonde existe assédio moral, deixa a vítima do assédio, na maioria dos casos, submersa no sentimento de solidão com seus mecanismos de defesa individuais, privada do recurso das estratégias coletivas de defesa.

Pontuando os cinco casos das ex-comerciárias redencionistas, que não contavam com sindicato e por muitas vezes tinham atritos entre os pares, entre a própria categoria, nos deparamos com uma situação de maior agravo e que ocasiona variadas somatizações e afetações:

“Como já falei, nesses anos todos de trabalho nunca recebi diagnóstico nenhum, mas sintomas desagradáveis, devido aos trabalhos tive, ira, insônia, tremo nas horas em que o dono do comércio fazia barraco na frente de clientes, era vergonha gratuita mesmo. Ele nos deixava no chão, humilhadas, tinha de limpar chão, limpar tudo, e nunca o agradava ele era nosso carrasco e isso nos deixava tão iradas que as vezes a gente ficava tão piradas que brigávamos umas como as outras, o clima pesava, assédio geral” (Rafaela, ex-comerciária, 2002 – 2008).

A autora afirma que as estratégias coletivas de defesa, propostas a fazer frente ao sofrimento no trabalho informal e irregular, são particulares a cada ambiente profissional, abrolhadas, materializadas e arquitetadas coletivamente e que quando o trabalhador, ou trabalhadora, se encontra isolado, não pode beneficiar-se delas, ele pode ser atingido, ou servir, pelo seu estado físico e emocional, de bode expiatório para os pedradores, o que suscita mais conflitos. A precariedade tende a paralisar a mobilização coletiva, produzindo o silêncio e o cada um por si, o individualismo que é cultivado pelo capital, onde cada ser humano deve lutar pelo seu sucesso. (GRENIER-PEZÉ, 2004).

O medo de perder seu emprego induz as condutas de subordinação e de dependência. É imprescindível constatar que a manipulação deliberada da ameaça, da chantagem, do assédio tem sido empregada como um método de gerenciamento para desestabilizar os trabalhadores e principalmente as comerciárias redencionistas, estimulando o erro e permitindo o afastamento por uma falta, ou incitando o pedido de demissão. Alguns ex-comerciárias se queixam do assédio moral que vivenciaram no comércio e que também presenciaram, tendo como alvo uma colega de trabalho, eles viram ser exercido sobre outra sem intervir ou, muito pior, para guardar seu lugar no emprego, acabaram contribuindo para que isso acontecesse. Nestas circunstâncias, a angústia resulta, de um lado, da pulverização da autoestima, e ainda da culpabilização às avessas da outra sem que ela tenha sido defendida.

A precariedade tende a neutralizar a mobilização coletiva, a produzir o silêncio e o “cada um por si”. O medo de perder seu emprego induz as condutas de dominação e de submissão. É necessário constatar que a manipulação deliberada da ameaça, da chantagem, do assédio tem sido utilizada como um método de gerenciamento para desestabilizar, incitar o erro e permitir o afastamento por uma falta ou incitar a demissão. Alguns se queixam do assédio que alguns meses antes eles viram ser exercido sobre outro sem intervir ou, muito pior, para guardar seu lugar e contribuindo para que isso acontecesse (GRENIER-PEZÉ, 2004, p. 8).

Lourenço e Bertani (2007, p. 123) alegam que se faz necessário transcender às ações curativas para as de caráter profilático, promoção e vigilância em saúde do trabalhador. Para as autoras, a saúde do trabalhador deve se aproximar das condições de trabalho não apenas do mercado formal mas, sobretudo, dos autônomos, dos trabalhos informais também, o que nesse caso, seria benefício para aqueles que vivem como subproletariado. Como as trabalhadoras entrevistadas que viviam mergulhadas em sintomatologias silenciadas, devido à necessidade de permanência no trabalho.

“Eu tinha muitos sintomas ruins, mas era uma coisa que não adiantaria ir ao médico, eu achava que seria perda de tempo, chegar lá afirmando insônia, dor de cabeça, náuseas, raiva, coração acelerado, me mandariam pra psicóloga e psiquiatra na certa e de que adiantaria terapia se eu ainda estaria com mais de 90% da minha vida nas mãos da minha patroa, vivendo pra trabalhar, eu acredito até hoje, que as pessoas só se importam com a doença, já descoberta, mas descartar sintomas não é sabedoria, afinal a doença se descobre por sintomas” (Carla, ex-comerciária).

Dejours (2005), em seu estudo sobre a banalização da injustiça social, assinala que pode sim existir uma dualidade do sofrimento pelo trabalho. Pois, por um lado, há os que sofrem os efeitos da exclusão do mercado de trabalho, os que sofrem o desemprego, que refletem na degradação das condições de vida, expressa, entre outros, no aumento de moradores de rua, de periferias, e na violência cotidiana, da marginalidade, da desnutrição, da subnutrição e dos mais diversos conflitos e doenças sociais, que podemos encarar como as grandes patologias sociais do capital. Por outro lado, estão àqueles inseridos precariamente no mercado de trabalho, é justamente nessa parcela que estão nossas ex-comerciárias, que em casos mais graves de trabalho precarizado, o trabalhador ou trabalhadora são expostos às condições insalubres, inseguras e de risco para as saúdes física e mental. Cabe ressaltar que as comerciárias vivem em comércios limpos, não trabalham com máquinas que apresentem riscos, os maiores problemas citados pelas colaboradoras são o assédio moral e a alimentação inadequada e corrida. Dejours (2005) vem alertar que não se pode restringir a acidentes de trabalho como único problema a ser enfrentado pela saúde do trabalhador, mas também as sequelas dos desempregados e dos que estão subempregados.

“Eu acredito que esse trabalho de comerciária afeta demais o psicológico da pessoa, eu acho que se for fazer um estudo, ou uma análise sobre nossos sintomas na época, eu acho que oitenta por cento, ou mais, vai apresentar sintomas vindos do cotidiano no comércio, como já falei meche com nossa saúde psicológica mesmo, não pra deixar maluca, mas pra deixar bem mal. Porque não há nada melhor do que você trabalhar num ambiente agradável, não vou dizer sem pressão porque onde a gente vai tem pressão por todos os lados, obviamente, mas um ambiente confortável que você tenha seus direitos garantidos registrados amparado pela Lei, que um dia, sei lá quando, a pessoa vai ser demitido e não vai precisar comprar briga correndo atrás de direitos, disso ou daquilo, porque barraco no cotidiano das comerciárias não faltava no meu tempo, não chegava a ser barraco, porque a gente não podia responder, somente ouvir. É muito estressante o trabalho com clientes indecisos, com patrão enjoado, com pessoas que humilham, pisam e ainda se acham donos das verdades, mas eu acredito que relacionar trabalho comercial a saúde é uma questão muito permeada pelo que se sente na pele, eu sentia enxaqueca quando o dia era de sermão, ficava de cama, minha cabeça parecia que ia explodir, pesadelos, desespero por não poder largar o trabalho, por precisar dele, tinha dores no corpo sem gripe, tinha cansaço muscular, me sentia sem saída, eu não nego que chorei muitas vezes no quarto, não digo que era depressão, mas que era choro de desespero era. Eu era um menina, passei a ter medo de ir pela manhã pro trabalho e já encontrar a comerciante, patroa, naquele nível

de arrogância, isso me dava pavor, meu coração só faltava sair pela boca e isso antes de dormir, tentava, tentava e o cérebro a mil, trabalhando só coisas negativas, que seria pior no outro dia, ela estaria pior, não gosto de lembrar” (Kelly, ex-comerciária, 2002 – 2004).

A Organização Mundial de Saúde define o fenômeno saúde como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consiste, somente, em uma ausência de doença ou enfermidade". Muitos questionam esse completo bem-estar, já que como seres humanos estamos sempre em meio a intempéries e isso nos leva a um certo mal estar que já é do nosso dia a dia, por menor que seja a problemática. Como Dejours et. al. (1993) que afirma ser preferível considerar o completo bem-estar mais como um ideal, ou mesmo uma ficção, do que uma realidade.

Todavia, deve-se tomar por base a OMS, foi observado que se qualquer uma das colaboradoras da pesquisa mencionou mal-estar psíquico ou físico, interligando-se ao seu labor como comerciária, isso é um apontamento de fragilidade da saúde. No discurso acima, da colaboradora Kelly, observa-se vários sintomas de origem psíquica e interligados a sua atuação enquanto comerciária, a seu dia a dia de conflitos, embora sem diagnóstico, é possível perceber a olho nu a fragilidade da jovem enquanto comerciária, pois a mesma, afirmou que quando saiu do ramo comercial para outra atividade, essas perturbações findaram.

Dejours et. al. (1993) analisam o trabalho por dois ângulos, para os autores o trabalho não é só um modo de ganhar a vida, de sobrevivência, para suprir necessidades como encontramos nos dados coletados, para eles, o labor é também uma forma de inserção social onde os aspectos psíquicos e físicos estão fortemente implicados. Essa inserção social foi elaborada pelas colaboradoras como o benefício de ter trabalhado um dia como comerciária, já que essa atividade ajudou na inserção social dessas jovens ou adolescentes com a mais diversa clientela. Mas os estudiosos também salientam que o trabalho pode ser um fator de deterioração, de envelhecimento e de doenças graves, mas pode também, constituir-se em um fator de equilíbrio e de desenvolvimento. Todas as entrevistadas ressaltaram desenvolvimento social, maior socialização, após o trabalho como comerciárias em Redenção, porém, das cinco entrevistadas todas apontaram essa socialização como única positividade dessa atividade, isso quando comparadas às dificuldades enfrentadas, os sintomas nunca diagnosticados, afetações e sentimentos que ainda carregam consigo:

Neste cenário, podemos observar uma contradição marcante: enquanto parte significativa da classe trabalhadora é penalizada com a falta de trabalho, outros sofrem com seu excesso. Além da precarização das condições de trabalho, da informalização do emprego, do recuo da ação sindical crescem, em variadas atividades, os problemas de saúde, tanto físicos quanto psíquicos, relacionados ao trabalho (NAVARRO & PADILHA, 2007, p. 14).

A saúde mental para Dejours et al (1993) não é a ausência de angústia, nem o total conforto frequente e invariável. A saúde psíquica requer a existência da esperança de dias melhores, de planejamento futurístico, de metas de vida, de objetivos que podem ser elaborados e planejados pelo sujeito para um futuro breve ou em longo prazo. O que não pode ocorrer é a paralização dessa esperança, desse planejamento, desses sonhos e da luta para galgá-los. Existe saúde psíquica quando existe o desejo de prosseguir rumo a algo. O que faz as pessoas viverem é o desejo e não somente as satisfações do presente.

Dejours et. al. (1993) ressaltam que o verdadeiro perigo à saúde psíquica e física ocorre quando o desejo não é mais possível. Surge, então, o espectro da "depressão". O ser humano não se projeta mais no futuro, se percebe estagnado, preso às angustias e problemáticas do presente, não tem nenhuma meta, e pode até pensar constantemente em suicídio. A psicossomática mostra que esta situação é perigosa, não somente para o funcionamento psíquico, mas também para o corpo: quando alguém está em um estado depressivo, seu corpo se defende menos satisfatoriamente e ele facilmente fica doente, o sistema imunológico baixa a guarda, além de o próprio ser humano ser uma ameaça a sua integridade física, tudo isso pode ocorrer em detrimento de problemas oriundos do ambiente de trabalho.

Casos como esses, descritos acima, em meio às entrevistas só foram coletadas informações de uma única ex-comerciária e que foi superado com a mudança de estabelecimento comercial e as melhoras advindas das novas possibilidades. O caso que mais se assemelha com o adoecimento psíquico, mesmo sem diagnóstico, mas que paralisou a ex-comerciária, foi o de Carla, como a mesma o descreve:

“Olha, eu trabalhava pra receber 100,00 reais mensais como já disse, então vamos supor que naquele mês eu tivesse devendo 40,00 reais de promissória de uma sandália, então eu já deixava 40,00 reais do meu salário com a dona do comércio, o dito salário que já era pouco ficava uma miséria, só vinha pra casa com 60,00 reais. Então, era complicado lidar com isso, eu não imaginava outro futuro para mim, vivia aborrecida, não me importava se alguém estava se dando bem,

porque me via muito jovem e afundando cada vez mais, sem vida social, sem projeto de vida. Eu sempre amei estudar, ler bastante, talvez por isso hoje esteja na UNILAB. Mas confesso que no período em que trabalhei no primeiro estabelecimento comercial eu tive sérias dificuldades, ninguém enxergava minha dor, eu tentava tapar o sol com uma peneira, e nem precisava, os outros não viam, eu queria esconder de mim. Nesse tempo parei de ler, de planejar estudos, carreira, casamento, filhos, parou tudo, eu vivia cada momento de forma intensa e não era nada bom. Como evangélica desde criança eu tentava retirar os maus pensamentos, você sabe do que estou falando, né?! Pois é, foi difícil, sem ajuda profissional, nem familiar, de ninguém, foram tempos de trevas. Não costumo falar de sintomas, sobre o que pensava com clareza, porque não gosto, é uma carga que foi muito pesada. Não desejo pra ninguém. Eu devia até um bocadinho na loja, sem falar da necessidade de ajudar meus pais na época, então não tinha jeito, mas um dia tive oportunidade de sair de lá e me libertei desse mal” (Carla, ex-comerciária).

Os especialistas levaram muito tempo para concluir que o trabalho é um dado fundamental para manutenção ou destruição da saúde do ser humano, demoraram a compreender que o trabalho é algo fundamental na vida do sujeito. Não unicamente de modo negativo, pois, o trabalho como causa de doenças, de intoxicações, de acidentes, de desgastes etc., existe, mas também de forma positiva, como ocupação, e modo de utilidade social, mas aqui nos remetemos ao trabalho formal, não ao trabalho precarizado ao extremo. O não trabalho, o desemprego, é na maioria dos casos, perigoso para a saúde pois, o desemprego estrutural é hoje encarado como patologia social. O desemprego deve ser encarado como patologia de forma mais assertiva. Afinal, quando um ser humano não faz nada, não deseja realizar nada, e se mantém em uma inatividade quase total, comumente é sinal, do ponto de vista psiquiátrico e psicológico, que este ser humano está momentaneamente sofrendo de uma psicopatologia. Se for feita a análise do comportamento de crianças deixadas livres, somente em condições de cuidados, suas escolhas não incidem, de forma nenhuma, em ficar ociosas. O oposto ocorre, elas não ficam acomodadas, paralisadas. Começam a aderir a jogos, depois construções de quebra cabeças, depois todo um universo de experimentações, de projetos, de concretizações que não tem nada a ver com a ociosidade (DEJOURS et. al., 1993).

Apenas uma das entrevistadas (Carla), apresentou um quadro de apatia quando exercia a atividade de comerciária, a mesma, relatava que sentia-se estagnada e nem tinha forças para fazer nada, as fazia por obrigação e com dificuldades mas, devemos considerar que a colaboradora Carla foi a que apresentou menos resistência em falar

sobre tudo que sentia e sente, enquanto as demais ainda ficavam procurando palavras e pulando certos assuntos, devido o medo de represaria.

Carla nos falou do desejo de paralização em certo momento da sua vida, no depoimento logo acima, porém uma situação superada logo após o escape da situação de trabalho altamente opressor.

As comerciárias queriam trabalhar, requeriam seus direitos que eram sonegados, queriam o direito de cuidar da saúde, menor jornada de trabalho, para ser filha, para ser mãe, para ter outros papéis além de vendedora de loja varejista de domingo a domingo, elas somente afirmaram que desejavam cada uma em sua época, um salário mínimo e a carteira assinada, pois as entrevistadas não falavam maliciosamente do ambiente, ou, estrutura física de trabalho, somente das condições de trabalho. Sobre estrutura física, um caso isolado e bem atípico, foi constatado:

“De todos os ambientes que trabalhei, esse último foi o que tinha uma problemática na estrutura que eu não entendo porque a fiscalização da prefeitura não enxergava aquilo, era loja pequena, eu era única, para tudo, mas não tinha banheiro, então imagine só a minha situação, tinha lojas do lado, mas pra sair tinha de deixar lá sem ninguém, e qualquer falta caía em cima de mim, escapei muitas vezes no estabelecimento da frente, pedia pra moça da outra loja olhar, mas sabendo que qualquer coisa sobraria pra mim, passei o início de uma gestação nessas condições, isso me motivou a sair de vez dessa vida, isso tanto afetaria minha saúde como a do bebê” (Rafaela, ex-comerciária, 2002 – 2017).

Devido à precariedade que Rafaela confidenciou, houve a curiosidade de realizar uma visita ao local de forma discreta, para verificação de mudança ou não no espaço físico do comércio e lamentavelmente observamos que até dezembro de 2017, nenhuma mudança ocorreu, apenas encontramos outra jovem comerciária nas mesmas condições de Rafaela.

Observa-se desde o princípio das análises dos dados coletados que as entrevistadas tanto precisavam quanto queriam trabalhar, as insatisfações externadas não são direcionadas ao trabalho de comerciária em si, mas a precariedade deste na cidade de Redenção e com base na experiência de cada uma dessas trabalhadoras. As mesmas relataram muito sofrimento, humilhações, entre outras ocorrências, vividas:

“Eu me sentia adoecida às vezes, eu me sentia doente, para morrer de aflição, quando saía algo errado, uma das colegas, ou eu mesma

errava, e aí, lá vinha meu patrão, vinha sem nenhuma educação, ele falava como se não fossemos seres humanos, entrava representante, cliente e ele continuava o barraco, poderia entrar o papa ele não parava, ele pirava mesmo [...] nos chamava de inúteis, não tinha aquela coisa de chamar em particular, ele mesmo era que fazia o barraco dentro da própria loja ele e a filha mimada dele, chamava no meio de todos com muita grosseria, era constrangedor. Um dia isso ocorreu e o representante ignorou arrumou as malas e saiu, disse que voltava quando ele estivesse bem, ele quis consertar, mas não deu, o representante também se sentiu ofendido pela falta de respeito dele em geral [...] eu digo por mim, eu sou traumatizada, eu não consigo passar na rua da loja dele, não dá, eu revivo tudo, juro que não passo mais ali, só se for de carro ou moto, de passagem e por necessidade, terrível aquele lugar” (Ruth, Ex-comerciária).

Ruth demonstra um trauma que ainda não foi superado, revelando, assim, o quanto a atividade de comerciária foi prejudicial em sua saúde psíquica.

Nas últimas décadas, o mercado de trabalho no Brasil tem exibido um aumento de trabalhadores não registrados, na informalidade. Essa situação acarreta danos sociais, econômicos e psíquicos, e situações essas que não são assistidas pela seguridade social, justamente pelo fato da informalidade que traspassa todo o processo de contratação e demissão, que se dá na ilegalidade e, sendo assim, não importa se a trabalhadora saia com saúde, ou não. Trabalhadores informais, além de apresentarem remunerações abaixo do salário mínimo legal, não contam com seguridade social e vivem desprovidos de medidas de prevenção de riscos e com longas jornadas de trabalho (IRIART et. al., 2008).

No emprego informal, além de ser comum a remuneração abaixo do nível mínimo legal, os trabalhadores são privados dos benefícios de seguridade social, como a aposentadoria remunerada, são menos incentivados à sindicalização e não se encontram cobertos por medidas de proteção à saúde. Sem a carteira de trabalho registrada, indicativo da formalização do contrato de trabalho, não há garantia da compensação financeira em casos de doenças e acidentes, como nas licenças médicas, ou em casos de negligência por parte dos empregadores, abusos e de situações de perigo reconhecidos (IRIART et al., 2008, p. 166).

Todas as entrevistadas, em algum momento declararam que sofriam estresse, devido ao assédio moral, desentendimentos com outras comerciárias, o acúmulo de atividades ou, quando ficavam sob desconfiança da patroa, quando as contas não batiam no fim do dia. Segundo Sahão et. al. (2011, p. 4) o ambiente de labor é um intenso

agente desencadeador do estresse. O ambiente hostil, rotinas pesadas e repetitivas, com cobranças que contribuem para o desgaste físico e mental, são algumas das causas do surgimento de sintomatologias. O meio em que o indivíduo está inserido em seu labor e o seu psicológico são responsáveis por desenvolver o estresse.

O estresse, analisado isoladamente e independentemente da ação de outras pessoas, pode ser resumido em um grande cansaço, caso resulte das sobrecargas ou más condições de trabalho (HIRIGOYEN, 2002, p. 59). Mas o estresse que nos referimos aqui é um estresse que tem sua gênese e manutenção no dia a dia de convivência com os “outros”, inteiramente ligado à rotina e ao ambiente de trabalho como um todo, exigências, rotinas, jornada de trabalho, saúde, salário, vendas, metas e etc.

“Quando ficávamos até 20h [quando extrapolava às 18h e 19h, horário de saída] no local de trabalho, somando e refazendo contas, porque faltava um valor insignificante, me sentia muito mal, era como se me chamassem de ladra, pois ninguém poderia sair do estabelecimento, enquanto a falta do dinheiro não fosse desvendado, na maioria das vezes, o filho tinha retirado sem avisar, o marido da patroa, enfim, sempre terminava assim, e nem um esboço de desculpas existia” (Alice, ex-comerciária).

Tamayo (2004) em seu estudo sobre *“Cultura e Saúde nas Organizações”* descreveu estudos pautados no prazer e no sofrimento de trabalhadores, padecer este, que é possibilitado pelas organizações, como também por diversificados ambientes de trabalho. O pesquisador aponta que, através da psicodinâmica do trabalho, o trabalho pode ser prazeroso, mas desde que as condições e o ambiente em que é concretizado sejam apropriados e que exista compatibilidade entre as cobranças e a habilidade do trabalhador. Mas, para o autor, o labor também pode ser determinante no sofrimento, quando impõe ao ser humano exigências maiores do que ele pode desenvolver.

“O grande problema de ser comerciária é que é muito trabalho, muito mesmo, a jornada de trabalho é muito extensa, para um salário medíocre. Deveria ter comissão, algo pra motivar, ter extra, mas o que tínhamos era somente trabalho e nada mais, e quanto ao INSS, isso era outra preocupação, trabalhar de 2002 – 2017, com carteira suja, por um estabelecimento, e sem carteira assinada nos demais é preocupante, tantos anos de trabalho e nada que conste a meu favor, por isso, acredito que o comércio redencionista é criminoso, pois você trabalha, mas legalmente não trabalha, se alguma coisa ocorrer você está mais perdida que antes” (Rafaela, ex-comerciária).

Segundo Rodrigues (1994, p. 93), os trabalhadores e trabalhadoras que possuem uma vida familiar insatisfatória têm no trabalho como o único ou maior meio para obter a satisfação pessoal de muitas de suas necessidades, principalmente, as sociais. Nesta concepção, o trabalho assume proporções enormes na vida dos seres humanos. Mas, em trabalhos informais e precarizados, é quase impossível ter essa vida profissional como satisfação pessoal, sendo que, na maioria dos casos de pessoas em situação de precariedade trabalhista o que tem maior probabilidade de ocorrência, são agravos psicológicos para quem já se encontra com fragilidades.

“Eu tenho gastrite nervosa e alimentar, tenho de comer de 3 em 3 h, sempre fico mal se não me alimentar assim, devido a isso sofri muito em tempos festivos, tinha de atender clientes, limpar, comer rápido, sem uma boa mastigação, tinha fortes dores no estômago, a gastrite atacava mesmo quando a coisa esquentava, mas tinha de suportar” (Alice, ex-comerciários).

Concepções teóricas que não dão conta da pluralidade e complexidade do desenvolvimento do ser humano e do seu psiquismo, como perspectivas reducionistas na apreensão do processo de saúde/doença e a fragmentação do campo psicológico, são algumas das explicações para a relativa invisibilidade das ligaduras entre trabalho, saúde mental e física no campo conceitual da psicologia, da psicossomática, como da saúde do trabalhador em geral. A supremacia da psicologia aplicada nos espaços de trabalho, suas aberturas, limitações e arcabouço teórico, contribuem para esta invisibilidade. Já a aproximação com o campo conceitual da psicologia social, abalizada no materialismo histórico dialético, permite realizar análise, comparação dos fatos e possíveis previsões, não se limitando ao campo individual.

Nas observações de Codo (2006, p. 26) foi possível sintetizar algumas dessas críticas à psicologia industrial organizacional e suas limitações, que insiste em inventar um ser humano desprovido de afetos, ou como na Teoria das Relações Humanas, em instrumentalizar o afeto como forma de aumentar a produtividade em prol do capital e não da coletividade dos seres humanos.

O trabalho é o modo de ser do homem e da mulher contemporâneos, e como tal, permeia todos os níveis de sua atividade, seus afetos, sua consciência, o que permite que os sintomas se escondam em todos os lugares: quem garante que o chute no cachorro ao retornar para casa não se deve a razões de ordem profissional? (CODO, 2006, p. 186)

“O que sempre lembro do período em que trabalhava no comércio, é que eu não conseguia ser tão carismática quando saía do trabalho, recordo que era uma jovem abusada, alterada, principalmente nos dias em que a dona da loja nos pressionava mais, meu pai criava gatos, muitos, eu ficava irritada com o miado do gato, com o roçar na perna, as vezes os espantava a gritos, eu chegava sem nenhuma força, ainda tinha a alienação das novelas, era o que alguém poderia fazer se sentindo acabada, ficava lá sentada, nem sempre pegava o fio da meada do capítulo, por vezes fui grosseira com mãe, pai, com irmão nem se fala, sempre o atacava, ele era mais vitimado do que os gatos, ele é chato, contribuía” (Carla, ex-comerciária)

É necessário assimilar como a ressonância das más condições de trabalho se prolongava para além do espaço de trabalho, adentrando ao convívio familiar e social. Carla se dizia isolada e que sentia dificuldade na convivência com o outro, até mesmo com animais, sendo que nem mais as novelas ela conseguia compreender. A jovem já não era uma leitora e já apresentava dificuldades de aceitar coisas banais, como um enredo de novela fantasioso, o esquecimento da data de seu aniversário, ou qualquer outra coisa que a contraria-se.

Ricardo (2011, p. 80) nos alerta sobre mais um dos males que existe dentro da própria classe trabalhadora, nesse caso, de trabalhadores da mesma categoria: a competitividade autorreferenciada e autodestrutiva. Nos dados coletados, as entrevistadas relataram que existia rivalidade entre as mesmas, pois sempre ocorriam erros nas vendas, ou na limpeza, algo que não agradava a comerciante, isso recaía sobre todas elas e isso gerava contendas constantes, mas por cargos e hierarquias não exista briga, já que de comerciária não passariam. Segundo Ricardo (2011), a competitividade entre os próprios trabalhadores por um posto de trabalho ou por promoção dentro do mesmo trabalho gera angústia e ansiedade, o que faz aumentar as tensões psicológicas e pode acarretar distúrbios mentais e lesões de diversos tipos e graus. No caso das colaboradoras, elas relatam ira, sentimento esse que as afetava umas contra as outras e contra o próprio ambiente de trabalho, não por maior hierarquia, mas por erros que eram inadmissíveis:

“Eu sentia raiva de tudo e de todas quando alguém errava em uma venda, um sapato com numeração errada, era o suficiente. Todas pagavam, todas sofriam as humilhações, todas eram chamadas de lesadas, de despreocupada com o trabalho, de irresponsáveis e isso já me deixava com ódio do mundo e muita enxaqueca” (Rafaela, ex-comerciária).

Foi registrado que as comerciárias necessitavam atuar dentro do comércio como um só corpo, pois o erro de uma era de todas na hora da punição, e toda essa engrenagem é de alta complexidade, pois submersas nas condições degradantes de trabalho e na alta exploração, a comerciária tinha de se autovigiar e ainda ter a esperança de vigiar sua companheira de trabalho para evitar as punições. Nas entrevistas observamos muitos afetos e sofrimentos, pois o baixo salário e as altas humilhações lhes esmagavam no dia a dia.

Alves (2000, p. 3) destaca que a incerteza e instabilidade das novas modalidades de contratação salarial e a vigência da remuneração flexível alteram, do mesmo modo, a troca metabólica entre o homem e os outros homens (a dimensão da sociabilidade); e entre o homem e si próprio (a dimensão da autorreferência pessoal). Deste modo, a precarização do trabalho e a precarização do homem que trabalha implica na abertura de uma tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, a crise de sociabilidade e a crise de autorreferência pessoal. Diante de tudo isso, há a saúde em risco.

“Por mais inacreditável que pareça, meu último patrão não aceitava atestado, era descontada a falta no salário e ele ainda falava que os médicos somente serviam pra ajudar a vagabundos a ficarem em casa quando não queriam trabalhar, que era muito fácil se dizer doente e pegar um atestado de 3 dias com um médico sem estar, ele falava isso sempre pra gente, é tanto, que tínhamos muito medo de levar atestado médico, ele ficava bravo, fazia sermão, ele basicamente era descrente em médicos, como se o médico nos fosse beneficiar e prejudicá-lo”  
(Ruth, ex-comerciária)

A força de trabalho, considerada mercadoria básica no processo de produção capitalista, é requerida pelo mercado, mas lhe é exigida ter a saúde necessária para executar um processo de trabalho: “para o capital, a saúde – entenda-se a saúde suficiente – é um simples e relativizado componente da mercadoria força de trabalho” (RIBEIRO, 1997, p. 102). Entretanto, fica explícito que as comerciárias deveriam ter força e saúde suficientes para vender para o comerciante, caso contrário, era o desemprego.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

... O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si, [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. [...] O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (MARX, 2010, p. 83).

Diante das respostas obtidas com as ex-comerciárias, foi possível perceber como o trabalho sob o capital pode ser de degradação humana, confirmando o que Marx (2010) afirma na epígrafe, o que leva a acentuar que aquilo que o pensador registrou no século XIX, continua vigente no século XXI.

Não é pretendido afirmar que o trabalho seja em seu absoluto, negatividade, pois o próprio Marx (2013) reconhece o trabalho como condição ineliminável da sociabilidade humana:

[...] trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é uma condição da existência do homem, independentemente de quaisquer forma de sociedade, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercambio material entre o homem e a natureza, e , portanto de manter a vida humana (MARX, 2013, p. 57).

É bem sabido que o trabalho das ex-comerciárias se situa no setor de serviço privado, no qual as mesmas vendem sua força de trabalho para um comerciante, e que assim, estas não fazem intercâmbio com a natureza, porém, são exploradas na esfera da circulação para geração de lucro para seu empregador. Contudo, mesmo inseridas em um trabalho precarizado, não há uma ruptura entre o cotidiano do ser humano e o trabalho, mesmo em uma forma distinta desse intercâmbio direto com a natureza, como nos colocou Marx (2013), sobrevivência e trabalho continuam interligados.

Se por um lado o trabalho é visto como garantidor da vida do ser humano, por outro, sob a égide do capital ele se consolida como expressão de exploração e dominação de classe, onde, o trabalho que tem como essência a satisfação das necessidades humanas é canalizado para atender a acumulação privada da riqueza.

Mostrou-se evidente nos depoimentos das entrevistadas a consciência de cada uma sobre a exploração que vivenciaram no comércio varejista de Redenção -CE, porém, todas admitiram esforço em permanecer no trabalho e suportar a situação devido

as necessidades de responder suas carências materiais, de comer, vestir, beber e de moradia.

O trabalho como comerciária redencionista não permite espaço para realização pessoal, se forem somados todos os fatores elencados pelas entrevistadas, tais como; salário ínfimo, condições degradantes de trabalho, assédio moral dos patrões, assédio sexual de alguns clientes, sobrecarga de atividades, longas jornadas de trabalho e enfim, todo esse conjunto de elementos nos leva a um distanciamento com relação a possibilidade de realização pessoal e projeções de futuro, pois as mesmas encontravam-se submersas em um processo de exploração e informalidade.

Foi possível contar, na fala das entrevistadas, que as mesmas percebiam que a exploração vivenciada no trabalho como comerciária não tinha como fonte somente o comerciante, mas era respaldada por toda uma estrutura organizacional que ao fim e ao cabo, essa exploração encontrava sustentação nos poderes constituídos; executivo, legislativo e judiciário. Dessa forma, cristalizava-se a ditadura do medo e da submissão, já que as trabalhadoras se sentiam impotentes diante do poder dos exploradores, tendo como agravante para a submissão e passividade a não existência de um sindicato e nenhuma outra entidade que atuasse de forma a organizá-las para lutar contra a intensidade da exploração.

O que foi encontrado em nossa pesquisa de campo foi corroborado pela tese de Diniz (2014), no Estado do Rio Grande do Norte, em ambas as pesquisas, há indícios de maior precarização de comerciárias em cidades do interior em ambos os Estados, tanto no interior do Ceará como do Rio Grande do norte, que além de receberem baixos salários ainda sofriam com o assédio moral e o descaso por parte do poder público.

Diniz (2014) afirma a necessidade dessa problemática ser mais debatida tanto no âmbito público, quanto no universo acadêmico, para que os sujeitos que cotidianamente sofrem esse tipo de violência tenham subsídios para identificá-lo e para de algum modo desenvolver estratégias de resistência, mesmo entendendo as dificuldades advindas do estabelecimento de padrões de produção, marcados pela flexibilização e eliminação dos direitos trabalhistas que tem sistematicamente ampliado e complexificado as relações de trabalho, especialmente a feminina.

Diniz (2014) prossegue salientando que, mesmo com toda essa violência visível contra a mulher, existe um tipo de iniquidade que vai além da violência doméstica e que não esbarra somente no quesito assédio moral no trabalho, mas a autora agrega ao termo

violência, a precariedade do trabalho feminino pois, nessas condições, as mulheres são vitimizadas nesse novo rumo do trabalho precarizado.

Com isso, vale ressaltar a relevância do tema, pois o ambiente de trabalho torna-se mais um ambiente de violência contra a mulher, ambiente esse que ultrapassa a violência doméstica e surge como mais um ambiente ameaçador para mulher, pois, segundo Diniz (2014), essa violência é velada, raramente foco de discussão, seja na teoria, ou na pesquisa acadêmica, nos processos de negociações coletivas, ou mesmo na elaboração de leis e regulamentos. A realidade na qual prevalece uma espécie de invólucro que escamoteia uma realidade cada vez mais presente nas relações de trabalho.

Este trabalho apresenta similaridades com a tese de Diniz, pois em ambos os estudos, falamos sobre o trabalho precarizado feminino, o descaso com a temática e sobre o assédio moral que as comerciárias sofrem no ambiente de trabalho cotidianamente, sendo que, o assédio moral é uma grande ameaça à saúde dessas mulheres trabalhadoras, que mesmo sem diagnósticos, apresentaram em seus relatos grande sofrimento psíquico, em alguns casos já superados e em outros ainda caracterizados como traumas.

Conclui-se que o labor de uma comerciária é bem mais que um sofrimento datado de quando esta estava trabalhando como vendedora do comércio varejista do município de Redenção – CE com isso, é possível visualizar que essas jovens mesmo depois de meses, ou, anos fora do comércio, guardam um sentimento negativo sobre o passado como comerciária, quando não apresentavam temor, apresentavam revolta, ou, afetações que pareciam serem revividas. Hoje, fora do comércio, umas se dizem prejudicadas, outras se mostram temerosas com relação a falar sobre o trabalho no comércio. É possível observar que para essas moças as mazelas advindas da atividade foram de maior intensidade e impacto psíquico do que os fatores benéficos.

É impossível concluir o trabalho realizado de outra forma, perante a fala das colaboradoras, é impossível negar fatos, não se pode esquivar-se entre as linhas para que a referida pesquisa seja o mais leve possível com relação à temática, se for necessário partir da materialidade, do concreto, para depois trabalharmos esses dados, é preciso minimamente de ter o dever da lealdade com as colaboradoras assim como estas nos devotaram confiança e abriram a realidade de precariedade e de humilhações vivenciadas no passado. O que foi encontrado foi mais um indício de trabalhadoras,

mulheres, pobres e de regiões periféricas que sofrem intensamente as mazelas do capital em crise.



## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Lais Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ALVES, Giovanni. **O novo e precário mundo do trabalho - Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital-O Novo (e Precário) Salariato Tardio**. RET Rede de Estudos do Trabalho < [www. estudosdotrabalho. org.](http://www.estudosdotrabalho.org)> Acesso em 10 de fevereiro de 2018, v. 28, n. 06, 2010.

ANTUNES, Ricardo. Origens, **Evolução e Importância dos Sindicatos**. In. O que é sindicalismo?. Brasília: Brasiliense, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **A crise, o desemprego e alguns desafios atuais**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 632-636, out./dez. 2010

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?!**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. – 15. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação e Sociedade, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. **A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil**. Disponível: [http://bibliotecavirtual. clacso. org. ar/clacso/se/20100517090935/08antu. pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100517090935/08antu.pdf), v. 200, n. 7, 2007.

BARBOSA, Regina Helena Simões. **A 'teoria da práxis': retomando o referencial marxista para o enfrentamento do capitalismo no campo da saúde.** *Trab. educ. saúde*, vol.8, n.1, pp. 9-26. ISSN 1981-7746, 2010.

BORGES, Livia Oliveira et al. **A síndrome de burnout e os valores organizacionais: um estudo comparativo em hospitais universitários.** *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 15, n. 1, p. 189-200, 2002.

CAFIERO, Carlos. **Karl Marx O capital – compêndio.** Hunter Books Editora 2014.

CODO, W. **Por uma psicologia do trabalho: Ensaios recolhidos.** São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. 2006.

DE CLARO, Maria Marcela Fernández; BOTOME, Sílvio Paulo; KUBO, Olga Mitsue. **Condições de trabalho, vida e saúde de trabalhadores de comércio em shopping center.** *Rev. Psicol., Organ. Trab. Florianópolis*, v. 3, n. 2, p. 63-90, dez. 2003.

DEJOURS, Christophe; DESSORS, Dominique; DESRIAUX, François. **Por um trabalho, fator de equilíbrio.** *Revista de Administração de empresas*, v. 33, n. 3, p. 98-104, 1993.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social.** Rio de Janeiro: FVG, 2005.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho.** 12ª Ed. São Paulo: LTr, 2013.

DIAS, Maria Dionísia do Amaral. **Atenção à Saúde Mental do Trabalhador no SUS. Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008.**

DINIZ, Maria Ilidiana. **Mulheres como eu, mulheres como as outras: desvelando o assédio moral e sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio**

**Grande do Norte.** 2014. Tese de Doutorado. Tese de doutorado, Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?**. Caderno CRH, v. 24, n. 1, 2011.

FRANCO, Roberto Kennedy Gomes. **A Face Pobre da AIDS.** Tese (Doutorado)- Universidade federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2010.

FERREIRA, Vanessa A.; MAGALHÃES, Rosana. **Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais.** Cadernos de Saúde Pública, v. 23, p. 1674-1681, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIMPEL, José Luiz. **Administração de empresas varejistas no Brasil.** Editora Atlas, 1980.

GONÇALVES, Antonio Giovanni Boaes. **O corpo na vitrine.** Política & Trabalho; Revista de Ciências Sociais; nº 21; p. 105-119, out: 2004.

GRESPLAN, J. **A desmedida do capital.** Cadernos de Ética e Filosofia Política 13, p. 7-16, 2008.

GRESPLAN, J. **A crítica da economia política em Marx | IV Curso Livre Marx-Engels.** Data 2 de setembro de 2013. Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=5Xp3UFM3nPc>. Acesso: 05 de maio de 2017.

GRENIER-PEZÉ, Marie et. al. **Forclusão do feminino na organização do trabalho: um assédio de gênero.** Revista Produção, v. 14, n. 3, p. 6-13, 2004.

GOULART, Débora. **Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e subproletarização: elementos para um debate sobre a classe trabalhadora no Brasil.** Lutas Sociais, n. 29, p. 160-171, 2012.

GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães; RIMOLI, Adriana Odalia. **“Mobbing” (assédio psicológico) no trabalho: uma síndrome psicossocial multidimensional.** Psicologia: Teoria e Pesquisa. v.22, n.2, Brasília. maio/ago 2006.

HELOANI, Roberto. **Assédio moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho.** RAE-eletrônica, v. 3, n. 1, 2004.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio Moral: a violência perversa do cotidiano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal estar no trabalho - redefinindo o assédio moral.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais Brasil 2002-2006.** Contas Nacionais, n.24. Rio de Janeiro, 2008.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein et. al. **Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 13, p. 165-174, 2008.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. **Saúde dos trabalhadores: cenário e desafios.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. S07-S19, jan. 1997.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Sousa; BERTANI, Íris Fenner. **Saúde do trabalhador no SUS: desafios e perspectivas frente à precarização do trabalho.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, 32 (115): 121-134, 2007.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Volume I. São Paulo: Editora Boitempo; 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Volume III. São Paulo: Editora Boitempo; 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999.

MATTAR, F. N. **Administração de varejo**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2011.

MATTOS, A. E. **Cultura da crise da seguridade social – Um estudo sobre as tendências da previdência social e da assistência social nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e o estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Desemprego e Precarização: um grande desafio para a esquerda**. Tradução de Claudete Pagotto. Revisão de Maria Orlanda Pinassi. IN; Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil / Ricardo Antunes (Organizador) – São Paulo: Boitempo, 2006.

NASCIMENTO, S. A. C. M. **O assédio moral no ambiente do trabalho**. Revista LTr, v. 68, n. 8, p. 922-930, 2004.

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. **Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Revista Psicologia & Sociedade, v. 19, 2007.

PRATA, Marcelo Rodrigues. **Anatomia do assédio moral no Trabalho: uma abordagem Transdisciplinar**. 1. ed. São Paulo: LTR, 2008.

PIALARISSI, Renata. **Precarização do Trabalho**. Rev. Adm. Saúde Vol. 17, Nº 66, Jan. – Mar. 2017.

PORTO, MF de S.; ALMEIDA, GES de. **Significados e limites das estratégias de integração disciplinar: uma reflexão sobre as contribuições da saúde do trabalhador.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 7, n. 2, p. 335-347, 2007.

RIBEIRO, H.P. **A violência do trabalho no capitalismo – o caso dos membros superiores pelo esforço repetitivo em trabalhadores bancários.** 1997. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 1997.

RODRIGUES, M. V. C. **Qualidade de vida no trabalho – Evolução e análise no nível gerencial.** Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

RICARDO. Lara. **Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política.** *Revista Katálysis*, v. 14, n. 1, p. 78-85, 2011.

SAHÃO, Bruna Prescinotti et. al. **A Interferência do Estresse na Vida Profissional dos Comerciários do Calçadão de Londrina e Arredores.** In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. 2011.

SANTOS, Débora. **A atividade ambulante: do período agro-exportador ao capitalismo globalizado.** Rio de Janeiro: 2010.

SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica.** Moderna, 1987.

SINGER, P. **Desemprego e exclusão social.** *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, nº 1. São Paulo: Fundação Seade, 1996.

SOARES, Cassia Baldini. CAMPOS, Celia Maria Sivalli. YONEKURA, Tatiana. **Marxismo como referencial teórico metodológico em saúde coletiva: implicações para a revisão sistemática e síntese de evidências.** *Rev. Esc. Enferm USP*; 47(6): 1403-9, 2013.

TAMAYO, A. **Cultura e saúde nas organizações.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial.** In.: -- Costumes em comum. Trad. Rosaura Eichemberg. Editora Schwarcz, São Paulo: 1998.p. 267 – 304.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Sindicalismo comerciário: retarguarda e conservadorismo político.** Cadernos AEL, v. 7, n. 12/13, 2010.

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WICKERT, Luciana Fim. **O adoecer psíquico do desempregado.** Psicologia: ciência e profissão, v. 19, n. 1, p. 66-75, 1999.